INFOCOS – Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário
Parcerias Escola Técnica Federal do Paraná, CRESOL BASER, UNICAFES e CRESOL – SINGULARES
CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO COM ÊNFASE EM COOPERATIVISMO

SOLUÇÕES INTEGRADAS PARA ATENDER OS CITRICULTORES E FRUTICULTORES DO VALE DO ALTO RIBEIRA

Trabalho realizado pelos alunos
Arlei C. Rosa, João C. Oliveira, Jocieli de Oliveira e Mara L. Moreira Lovato.

Cerro Azul - PR
Fevereiro de 2010

INFOCOS – Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário
Parcerias Escola Técnica Federal do Paraná, CRESOL BASER, UNICAFES e CRESOL – SINGULARES
CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO COM ÊNFASE EM COOPERATIVISMO

SOLUÇÕES INTEGRADAS PARA ATENDER OS CITRICULTORES E FRUTICULTORES DO VALE DO ALTO RIBEIRA

Trabalho realizado pelos alunos
Arlei C. Rosa, João C. Oliveira, Jocieli de Oliveira e Mara L. Moreira Lovato.

Educadora Ângela Maria Hilman

Cerro Azul - PR
Fevereiro de 2010

Ficha Catalográfica

Agradecimentos

Muitas pessoas precisamos aqui agora agradecer pois contribuíram sobremaneira para este trabalho. É certo que não conseguiremos lembrar de todas, mas eis as principais:

Agradecemos primeiro a DEUS que nos dá a vida e força para superar todos os obstáculos.

À equipe do PROJETO RONDON 2006 e 2007, através do professor Valdomiro Lourenço Nachornik.

Ao Daniel Spinelli do Praia Secreta Expedições.

Ao Edson de Almeida e Franzen, Engenheiro Agrônomo e editor do Jornal Folha do Vale.

Ao Newton Sponholz, Engenheiro Agrônomo da Prefeitura de Cerro Azul.

Ao Dr. José Roberto da Fonte, Engenheiro Agrônomo.

Ao pessoal do Instituto Socioambiental.

Em especial ao meu esposo, Ernesto Lovato
pela sua dedicação, apoio
incondicional, revisão e dicas.

RESUMO

O Vale do Alto Ribeira possui mais de 7 mil produtores rurais e está dentro de 02 (duas) áreas que precisam ser estudadas, preservadas e exploradas de forma sustentada: a Mata Atlântica e a floresta de Araucária.
Esta região tem a maior reserva de calcário, cimento, fluorita, barita, chumbo, ouro e prata de dois estados: Paraná e São Paulo. O Vale do Alto Ribeira é a maior reserva de calcário e cimento do Brasil.
Além disto aqui há muita disponibilidade de água, cachoeiras magníficas, cavernas, grutas e muitos sítios arqueológicos, como em nenhum outro lugar no Brasil.
Rica, mas ao mesmo tempo, esta região tem os piores IDH-Municipais do Paraná e de São Paulo. O Vale do Ribeira Paulista tem o pior IDH-M médio do estado de São Paulo. E o vale do Ribeira Paranaense tem o 2º pior IDH-M médio do Paraná, só perdendo para a região de Ortigueira.
Por outro lado Cerro Azul e Dr Ulysses juntas têm a maior quantidade de pequenos produtores dos 27 municípios da Região metropolitana de Curitiba.
- Como fazer com que estes mais de 3.000 produtores não invadam as cidades, enxotados pelo êxodo, inundação de represas e pela inviabilidade das suas propriedades?
- Como melhorar a sanidade das frutas e ampliar ainda mais oferta e variedades, viabilizando as pequenas e médias propriedades?
- Como acabar com os mais de 200 atravessadores que fazem fila na safra para ganhar fortunas a custa dos sofridos produtores?
Estes problemas (e outros mais) são dimensionados e solucionados neste trabalho.

Palavras-chaves: associativismo, citricultura, inclusão social, agrofloresta, sustentabilidade, desenvolvimento rural, cooperativa, turismo.

ABSTRACT

The Alto Ribeira Valley has more than 7 thousand farmers and is within 02 (two) areas that need to be studied, preserved and exploited in a sustainable manner: the Atlantic forest and Araucária.
This region has the largest reserves of calcareo, cement, fluorite, barite, lead, gold and silver of two states: Paraná and São Paulo. The Alto Ribeira Valley is the largest reserve of limestone and cement from Brazil.
Moreover here is a lot of water availability, magnificent waterfalls, caves, grottoes and archeological sites, as anywhere else in Brazil.
Rich, but at the same time, this region has the worst IDH-Municipal Paraná and São Paulo. The Ribeira Valley Paulista has the worst average IDH of the state of São Paulo. And the valley of the Ribeira Paranaense has the 2nd worst IDH average of Paraná, second only to the region of Ortigueira.
Moreover Cerro Azul and Dr. Ulysses together have the largest number of small producers in 27 municipalities of the metropolitan area of Curitiba.
- How to make these more than 3,000 producers remain outside the cities, driven by the exodus, flood dams and the viability of their properties?
- Improving the health of the fruit and further expand and offer variety, enabling small and medium properties?
- How to terminate the more than 200 middlemen who line the harvest to earn fortunes suffered at the expense of producers?
These problems (and others) are scaled and solved in this work.

Keywords: associations, citrus, social inclusion, agroforestry, sustainability, rural development, cooperatives, tourism.

SUMÁRIO

RESUMO **5**

ABSTRACT **6**

SUMÁRIO **7**

LISTA DE FIGURAS **9**

LISTA DE QUADROS E TABELAS **11**

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS **12**

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA **13**

1.1. COMENTÁRIOS INICIAIS 13
1.2. CONTRIBUIÇÃO SIGNIFICATIVA 13
1.3. CONTRIBUIÇÃO AINDA MAIS SIGNIFICATIVA 15

2. DESENVOLVIMENTO RURAL X DESENVOLVIMENTO LOCAL **16**

3. CARACTERIZAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA PARA DIAGNÓSTICO **21**

3.1. A PARTE POLÍTICA 21
3.2. A PARTE AGROPECUÁRIA E GEOGRÁFICA 22
3.2.1. IDH-M *24*
Região do Paraná com o Pior IDH-M - Sul do Norte Pioneiro 25
Região do Paraná com o 2º Pior IDH-M - Alto Ribeira 25
Região do Paraná com o 3º Pior IDH-M - Central do Estado 25
3.2.2. População dos Municípios do Vale, por faixa etária *27*
3.2.3. Projeção do (De)Crescimento Populacional *27*
3.2.4. Diagnóstico Citricultura - Cerro Azul *27*
Principais Problemas da Citricultura 28
Produção de Mudas 28
Organização de Produtores 29
Destino da Produção 29
Canais de Comercialização 29
Atravessadores e Atacadistas 29
Doença grave: Pinta Preta 31
3.2.5. Alternativas e Solução para a Citricultura *34*
3.3. A PARTE HISTÓRICA 38
3.3.1. Princesa Isabel *38*
3.3.2. Década de 20 ..... *38*
3.3.3. Em 1968 - a Primeira Ponkan *39*
3.3.4. As Casas Históricas e Uma Cidade Histórica *40*
A Cruz do Alemão 41
A Criação de Dr. Ulysses 42
Livro do Dr. Rui Villela Guiguer 42

4. POR O VALE NÃO SE DESENVOLVEU **45**

5. USINA HIDRELÉTRICA DE TIJUCO ALTO **51**

5.1. CONCLUSÃO 60
6. SOLUÇÕES 61
6.1. CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA E FUNDEVALE 61
6.1.1. Nova Atuação da FundeCitrus 62
Nomes sugeridos para a Associação ou Cooperativa ou... 64
Finalidade da Associação, Cooperativa... 64
Objetivos e Metas da Associação, Cooperativa 65
6.2. PROJETO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA UMA CITRICULTURA ECOLÓGICA NO VALE DO ALTO RIBEIRA 66
6.2.1. Objetivo Geral 66
6.2.2. Objetivos Específicos 66
6.2.3. Metodologia 68
Resultados Esperados: 69
6.2.4. Considerações Finais 70
6.3. AGROFLORESTA 71
6.3.1. Noções de AgroFloresta 71
6.3.2. Agrofloresta da Vitrine de Tecnologias da Embrapa 72
6.3.3. Do Plantio Convencional para a Agrofloresta 74
6.3.4. Alguns Fundamentos da Agrofloresta 75
6.3.5. Conceitos de Agroecologia 76
Análise destas Informações 78
6.3.6. Grandes questões/problemas da Agroecologia e Agrofloresta a serem enfrentados 79
6.4. TURISMO 81
6.4.1. Diretrizes para Um Turismo Sustentado no Vale do Ribeira 81
6.4.2. Exemplos Práticos 83
Juízes de Curitiba vem fazer Turismo: Circuito de Bike Cerro Azul 83
6.4.3. Café Do Vale e GAT - Grupo de Acolhida ao Turista 85
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 89
PÁGINAS DA INTERNET CONSULTADAS 90

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PERMACULTURA 15

FIGURA 2 - MÉTODO INTEGRADO PARA FAZER OS PROJETOS FUNCIONAREM 18

FIGURA 3 - ILUSTRANDO O COOPERATIVISMO 20

FIGURA 4 – MUNICÍPIOS DO ALTO RIBEIRA COM A REGIÃO EM VERMELHO DA CITRICULTURA 24

FIGURA 5 – PONKAN PLANTADA NA REGIÃO DE CERRO AZUL: EM ALINHAMENTO MORRO ABAIXO EM DECLIVE SUPERIOR A 35 GRAUS 28

FIGURA 6 – FOLHAS E GALHOS NA PONKAN COLHIDA QUE NEM DEVERIAM EXISTIR 29

FIGURA 7 – FOLHAS DE LARANJA ATACADAS POR COCHONILHAS E PULGÕES 30

FIGURA 8 – ASPECTO DA LARANJA DEPOIS DO ATAQUE DE COCHONILHAS E PULGÕES EM IDADE TENRA 30

FIGURA 9 – LARANJA ATACADA COM O FUNGO PINTA PRETA 32

FIGURA 10 - PRINCESA ISABEL, FILHA DO IMPERADOR D. PEDRO II 38

FIGURA 11 - CONRADO VON DER OSTEN E SEU REPOLHO DE 18 KG. 39

FIGURA 12 - ALGUMAS DAS CASAS HISTÓRICAS (COM MAIS 80 ANOS - ALGUMAS COM MAIS DE 100 ANOS) DE CERRO AZUL 40

FIGURA 13 - A CABEÇA DO ALEMÃO HENNING ENTREGUE AO GOVERNADOR VICENTE MACHADO E AO CAPITÃO HERMÓGENES, NUMA FESTA DE ANIVERSÁRIO EM CERRO AZUL (FONTE: CID DEREN DESTEFANI) 41

FIGURA 14 - ESTAS SÃO AS ÁREAS E CATEGORIAS TURÍSTICAS QUE PODEM SER EXPLORADAS NA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA 43

FIGURA 15 - SITE WWW.CERROAZUL.TUR.BR PARA INCENTIVAR O TURISMO 44

FIGURA 16 - A REPRESA PROJETADA DA USINA HIDRELÉTRICA DE TIJUCO ALTO, INUNDANDO 5 MUNICÍPIOS 51

FIGURA 17 - AS TERRAS QUE PODERÃO SER ALAGADAS, MOSTRANDO AS TERRAS JÁ ADQUIRIDAS (EM VERMELHO) E AS TERRAS A ADQUIRIR 60

FIGURA 18 - SISTEMA AGROFLORESTAL USANDO 12 ESPÉCIES DAS 36 ESPÉCIES RECOMENDADAS PARA ENTENDER VISUALMENTE 72

FIGURA 19 - 4 MESES 74

FIGURA 20 - 1 ANO E MEIO 74

FIGURA 21 - 5 ANOS 74

FIGURA 22 - 18 AOS 74

FIGURA 23 - 40 ANOS 74

FIGURA 24 - TRABALHO AGROFLORESTAL COM AS COMUNIDADES 80

FIGURA 25 - EXISTE UM TIPO DE TURISMO NÃO CITADO AINDA AQUI: TRATA-SE DA VISITA AO POMAR QUE PODE SER FEITA EM CERRO AZUL E REGIÃO... 82

FIGURA 26 - REPÓRTERES DE VÁRIOS VEÍCULOS, CONVIDADOS PELO PRAIA SECRETA EXPEDIÇÕES EM 2005 QUANDO DANIEL (ÚLTIMO A DIREITA AGACHADO) OS TROUXE PARA CONHECEREM O ESPORTE E CERRO AZUL 83

FIGURA 27 - O CIRCUITO DE BIKE CRIADO EM 2005 84

FIGURA 28 - O CIRCUITO DE BIKE IA DE CERRO AZUL, ATÉ A BALSA E VOLTAVA POR DENTRO, TOTALIZANDO 23 KM 84

FIGURA 29 - O JFV 12 COM A PRAIA SECRETA QUE VIROU PASSARELA..... 85

FIGURA 30 - EM PRIMEIRO PLANO, MARA DO CAFÉ REGIONAL DO VALE, COM UM GRUPO DE TURISTAS EM 2005 86

FIGURA 31 - O CAFÉ COLONIAL SIMPLES DO CAFÉ REGIONAL DO VALE 87

FIGURA 32 - NO CAFÉ REGIONAL DO VALE NESTE ANO DE 2010, COM UM GRUPO DE JORNALISTAS (AO FUNDO DANIEL SPINELLI - ORGANIZADOR DO EVENTO) 87

FIGURA 33 - UM MOSAICO DE LUGARES E MOMENTOS TURÍSTICOS EM CERRO AZUL E REGIÃO 88

LISTA DE QUADROS E TABELAS

TABELA 1 – IDH DO SUL DO NORTE PIONEIRO 25

TABELA 2 – IDH DO SUL DO ALTO RIBEIRA 25

TABELA 3 – IDH DO SUL DO CENTRO DO ESTADO 26

TABELA 4 – POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NO VALE DO RIBEIRA 27

TABELA 5 – PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO VALE DO RIBEIRA 27

TABELA 6 – PRODUTORES, ÁREA E POPULAÇÃO DE CITRICULTORES EM CERRO AZUL 28

TABELA 7 - OS PROJETOS NO VALE DO RIBEIRA ATÉ HOJE (1850 A 2006) 45

TABELA 8 - PERCENTUAL E ÁREA INUNDADA DE CADA MUNICÍPIO. 59

TABELA 9 - LISTA DAS 36 ESPÉCIES RECOMENDADAS PELA EMBRAPA NESTE EXPERIMENTO 73

TABELA 10 - SINTOMAS GERAIS NA PLANTA DEVIDO À FALTA DO ELEMENTO 77

TABELA 11 - EXCESSO DE UM ELEMENTO FALTA DE OUTRO 77

TABELA 12 - SINTOMAS GERAIS NA PLANTA DEVIDO À FALTA DO ELEMENTO 77

TABELA 13 - PALHA QUEIMADA OU ENTERRADA 78

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS e SÍMBOLOS

® - Marca Registrada
AOPA - Agricultura Orgânica do Paraná
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CAFE do PR - Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná
CBA - Companhia Brasileira de Alumínio
CCouBC - Cooperativa de crédito ou um banco que faça crédito
CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico
CEE - Comunidade Econômica Européia
CFO – Certificado ou Certificação Fitossanitária de Origem
CNEC Engenharia - Conselho Nacional de Engenheiros Consultores.
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMEC - Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba
CVC – Clorose Variegada dos Citros ou Amarelinho
DER - Departamento de Estradas de Rodagem
DERAL - Departamento de Economia Rural
DOU - Diário Oficial da União
EF - Empresário familiar
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
EMATER-PR - Empresa ou Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA - Estados Unidos da América
FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Fundecitrus - Fundo de Defesa da Agricultura - Entidade de São Paulo
GPS - aparelho para Guia de Posicionamento Global (descobre as coordenadas onde está)
IAP - Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR - Fundação Instituto Agronômico do Paraná
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ISA - Instituto Socioambiental
MAE – Movimento de Ação Ecológica
MAP - Meeiros, Arrendatários, Posseiros...
MINEROPAR - Minerais do Paraná Sociedade Anônima
MPF - Ministério Público Federal
MS - Ministério da Saúde
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONGs - Organizações Não Governamentais
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC - Política Agrícola Comum
PRODELAR - Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral e Alto Ribeira
PRONAF - Programa de Apoio a Agricultura Familiar
PRORURAL - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
SAFs - Sistemas Agroflorestais
SEAB PR - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná
SEED - Secretaria de Educação do Estado do Paraná
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SISLEG - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente
SUDERHSA - Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente

1. Introdução e Metodologia

1.1. Comentários Iniciais

Quase tudo o que precisou ser levantado ou que precisou ser escrito sobre Cerro Azul já foi. Bem ou mal, já foi levantado e escrito.

Este trabalho talvez peque por ter poucas ideias novas ou próprias, ou poucas conclusões originais sobre determinados assuntos, justamente porque, pelas nossas pesquisas, levantamos muitos diagnósticos, muitas conclusões e muitas ideias.

Tantos e tantas que selecionamos para este trabalho somente uma parte.

O que este trabalho prima é justamente pesquisar muito e trazer o que há de melhor e mais técnico escrito sobre os problemas e dificuldades desta região, e o que o corpo técnico e a comunidade em geral deduz e conclui que seja A SAÍDA ou AS VÁRIAS SAÍDAS.

1.2. Contribuição Significativa

Tivemos a felicidade por alguns anos de ter a companhia do Engenheiro Agrônomo Edson de Almeida e Franzen aqui na região, em dois momentos:

- Quando Agrônomo da Emater de 1987 a 1989.

- Quando morador mesmo de Cerro Azul, editor do Jornal Folha do Vale de 2004 a 2006, presidente do CMMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente e presidente do FDCA - Fórum de Desenvolvimento de Cerro Azul.

A passagem pelo município deste técnico, profundo conhecedor da região (uma vez que só de fotos do Vale do Ribeira tem mais de 12 mil), formado também em Teologia, adepto da Teologia da Libertação e de intensa atuação social e educacional, trouxe muito material e ideias para combater as mazelas da nossa região.

Selecionamos somente uma parte de seus escritos no Jornal Folha do Vale por ele editado, de sites e de alguns trechos de seus 35 livros até hoje editados, parte esta plenamente suficiente para chegarmos à conclusão ou às considerações finais do presente trabalho.

Ao ser consultado, ele prontamente autorizou o uso do material e ainda se colocou à disposição para revisar o texto, o que fez acreditamos com grande eficiência, pois como diz um ditado popular: "quem está como .expectador numa

partida de xadrez ou pôquer, consegue ver melhor todas as táticas, cartas, peças, ataques e defesas de todos os oponentes..."

Apesar do Edson Franzen ter ficado somente 6 anos quase completos aqui na região, é um dos maiores conhecedores do vale do Ribeira, das informações, histórias, pontos turísticos, grutas, cavernas e das dificuldades do povo daqui, assim como as possíveis soluções para os problemas.

O fato de ter estado em dois momentos diferentes, separados quase 20 anos um do outro, é ainda um fato que vem somar para este trabalho, porque, segundo ele, os problemas de Cerro Azul praticamente não mudaram desde a década de 40 quando da extinção da primeira cooperativa motivada pelos atravessadores, depois na década de 80, com o término da Associação Cerrana motivada pela ganância de diretores atravessadores, e agora 70 anos depois da extinção da primeira cooperativa, o problema é a imensa quantidade de mais de 220 atravessadores que sugam a riqueza do município cada ano, e ainda trouxeram cancro cítrico no passado com seus caminhões e caixas sem lavar, e agora recentemente trouxeram Pinta Preta e outras pragas e doenças.

Portanto nenhum tema aqui tratado está velho, antigo, antiquado ou ultrapassado. Os temas aqui expostos são todos contemporâneos.

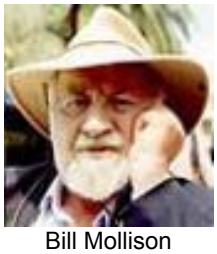
O nosso trabalho, o leitor verá, traz o diagnóstico do porque Cerro Azul e região tem dificuldades em se desenvolver, e traz também muitas ideias para solucionar os problemas do Vale do Alto Ribeira.

Referenciamos também uma tese de uma pessoa indicada pelo Edson Franzen, tendo inclusive contribuído em uma pequena parte da tese. Trata-se do Eng. Agrônomo José Roberto da Fonte, com a sua tese **Limitações e Possibilidades para o Desenvolvimento do Vale do Ribeira**.

Esta tese, juntamente com os escritos do Eng. Edson Franzen, e também do Professor Ladislau Dowbor, vão na raiz do problema principal da região: **a falta de programas de governo abrangentes que contemplem todas as fases do negócio ou atividade**.

Sobre este assunto, acreditamos o cerne, o miolo, o centro deste trabalho, separamos com ênfase e desenhos no próximo capítulo.

1.3. Contribuição Ainda Mais Significativa


Bill Mollison

"Devemos mudar nossa filosofia, antes que qualquer outra coisa mude. Mudar a filosofia da competição (a qual, hoje, penetra nosso sistema educacional) para a filosofia da cooperação, **em associações livres**. Mudar nossa insegurança material para uma humanidade segura; trocar o indivíduo pela tribo, petróleo por calorias e dinheiro por produtos. A grande mudança que necessitamos fazer é **de consumo, para a produção**, mesmo que em pequena escala, em nossos próprios quintais. Se 10% de nós fizessem isso, haveria o suficiente para todos. Assim, vê-se a futilidade dos revolucionários que não tem jardins, que dependem do próprio sistema que atacam, que produzem palavras e balas, e não alimento e abrigo. Algumas vezes, parece que somos apanhados, todos nós, na Terra, em uma conspiração consciente ou inconsciente para nos mantermos sem esperança. E mesmo assim, são pessoas que produzem todas as necessidades de outras pessoas. **Juntos, podemos sobreviver**. Nós mesmos podemos curar a fome, toda a injustiça e toda a estupidez do mundo. Podemos fazê-lo compreendendo a forma com que funcionam os sistemas naturais, pelo reflorestamento e a jardinagem cuidadosos, pela contemplação e pelo cuidado com a Terra."

A meta deste trabalho é criar ideias que atendam esta mudança de paradigma, tão necessária e eficientemente resumida nesta citação de Bill Mollison[1].

MINIMUM EFFORT FOR MAXIMUM YIELD • MAXIMISE DIVERSITY • RELATIVE LOCATION
INCREASE 'EDGE'
USE LOCAL AND BIOLOGICAL RESOURCES
EVERYTHING CYCLES
MAKE LINKS AND CONNECTIONS
BUILD IN MULTIPLE BACK UP AND SUPPORT SYSTEMS
UNDERSTAND AND UTILISE NATURAL ENERGIES
OBSERVATION IS THE KEY!
EARTHCARE
PEOPLECARE
FAIR SHARES
FARMER'S MARKET
PERMACULTURE: Creating sustainable human habitats by following nature's patterns
Figura 1 - Permacultura

[1] **Bill Mollison** (Tasmânia, Austrália, 1928) é pesquisador, autor, cientista, professor, naturalista e é considerado o pai, junto com David Holmgren, da permacultura, um método holístico para planejar, atualizar e manter sistemas de escala humana (jardins, vilas, aldeias e comunidades) ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e financeiramente viáveis.

2. Desenvolvimento Rural x Desenvolvimento Local

Este capítulo é a análise do texto do Jornal Folha do Vale n. 15, pg 5 - material retirado dos escritos do Ladislau Dowbor (com pequenas alterações do Jornal Folha do Vale para atender a realidade local).

Precisamos começar citando este assunto porque o entendimento desta matéria é a base para entender porque este trabalho segue uma determinada linha. Os escritos de Bill Mollison, Prof. Ladislau Dowbor, Eng. Edson A. Franzen, Eng. Newton Sponholz, Eng. e Dr. José Roberto da Fonte foram todos unidos, porque justamente trabalham numa mesma direção. E todos eles entendem que é preciso **fazer diferença entre desenvolvimento agrícola, desenvolvimento rural e desenvolvimento local**. Esta diferença a princípio parece não haver, mas além de gigantesca, permite que sejamos realmente agentes de mudança do meio em que vivemos, extencionistas no sentido amplo da palavra.

Portanto a ênfase que queremos aqui é que não adianta tão somente obter altas produtividades, grandes colheitas, expressivos ganhos financeiros, se não estivermos pensando em como desenvolver o local onde atuamos.

Isto vale para qualquer atividade e não somente para os técnicos agrícolas ou produtores rurais, mas também para os comerciantes de modo geral, os funcionários, sejam públicos ou não.

Isto porque a crise mundial ocorrida principalmente no ano de 2009, mas iniciada em 2008, foi mais especificamente uma crise de valores, de ética, do que propriamente uma crise financeira.

Sim, bancos, instituições financeiras e instituições imobiliárias, operadores de bolsas, achavam (muitos ainda acham hoje) que seus negócios são essencialmente correr atrás do dinheiro. Mais dinheiro, mais eficiência. Não importa os meios. Os fins justificavam os métodos. E então aconteceu. O castelo de cartas desabou.

Eles achavam que podiam lograr, mentir, roubar, esconder, especular, falsificar, que estavam protegidos pelos seus acionistas, seus diretores ou seus cargos. Não! Precisam responder pelos seus atos e pela melhoria do meio em que vivem. Chamaria isto de **desenvolvimento local**. Todos devemos estar imbuídos, focados e direcionados para este desenvolvimento, o desenvolvimento da comunidade da qual fazemos parte. Cada qual com seu dom, sua aptidão, sua habilidade, fazendo parte do corpo maior, e juntos buscando ser agentes de

mudanças (positivas) da sua comunidade. Esta é a base do livro 37 - A Igreja Quântica de Edson Franzen, que pode ser utilizada para a Empresa Quântica que está disponível na internet em http://www.nbz.com.br/arquivos/empresaquantica.pdf.

A lista completa dos livros de Edson Franzen podem ser acessada em http://www.nbz.com.br/editoraherr.

Voltemos agora para nosso pano de fundo que é o setor agropecuário. Segundo o JFV n. 15, pg 5, o conceito de **desenvolvimento agrícola** é normalmente entendido como:

> - aumento de produtividade;
> - melhoria na genética das plantas e animais;
> - melhoria dos solos;
> - aumento de produção e renda dos produtores rurais.
>
> Que não é o mesmo conceito do **desenvolvimento rural**:
> - não é somente desenvolvimento agrícola, mas também todo tipo de desenvolvimento que envolva trabalho manual ou artesanato, melhoria da moradia, preservação da qualidade do meio ambiente, bons relacionamentos com os vizinhos, educação continuada, reciclagem, produtos ecológicos ou orgânicos, mercado justo (sem mão de obra infantil ou escrava, pagamento condizente, sem agressão ao meio ambiente)...

Em vez de esperar somente o desenvolvimento, você começa a olhar em volta para ver onde estão os recursos subtilizados e como poderá querer ou atuar para mudar a história da comunidade. O JFV n. 15, pg 5, continua:

> Podemos entender miséria num lugar desértico, sem solo, sem água.
> Mas fome no Brasil?
> Com a terra que temos, em quantidade e qualidade, além do nosso clima?
> Um monte de gente parada e passando fome é falta de bom senso.
> Não se trata nem de ser de esquerda ou de direita, mas de locação racional de recursos.
> Quem viaja por tantos países com pouca terra vê o trigo chegar até a beira do asfalto porque se aproveita cada metro quadrado.
> Processo de aproveitamento inteligente de recursos, não acontece a partir de um ministro ou de um decreto em Brasília. A iniciativa tem que partir do nível local. As pessoas se organizam porque sabem onde está o problema: quantas pessoas estão paradas ou que tipo de investimento desbloquearia uma região.
> Essas experiências são pouco conhecidas. Acho trágico que, até hoje, da mesma maneira que se faz um programa como as "Pequenas Empresas, Grandes Negócios," não se faça "Pequenas Administrações, Grandes Políticas". Nós temos de saber o que está acontecendo nos locais onde as pessoas cansaram de esperar e decidiram arregaçar as mangas, se unir e mobilizar recursos.
> O município de Cabaceiras, no interior da Paraíba, a 170 km do mar, é um dos municípios mais secos do país, com cinco mil habitantes, um bocado de bode e muito espinho. Eles disseram: “nós queremos fazer turismo aqui”.
> Turismo em Cabaceiras? Fizeram um programa, puseram computadores, inundaram a Suécia com mensagens: “Em vez de visitar um resort

> expatriado, venha ver como é o agreste verdadeiro". Está chovendo turista sueco em Cabaceiras.
> E lançaram a festa do Bode Rei, um grande sucesso! Quadruplicaram a receita da prefeitura. E é realmente um município no qual ninguém apostaria a priori. Agora virou moda. Estão até chamando a feira do Bode de **Bode Shop**.
> Tem gente tirando leite de pedra. Mas não é necessário tirar leite de pedra.
> Podemos criar um ambiente mais favorável para que essas coisas se desenvolvam. É disso que se trata. Como é que agente gera uma política de apoio que tenha pé e cabeça?
> Existe uma lei americana que se chama CRA - Community Reinvestiment Act. Em vez de tirarem as poupanças locais e aplicarem na especulação, os bancos aplicam seus fundos nas comunidades locais.
> A não articulação dos atores locais em torno de seus interesses faz com que as instituições de fomento de cima ofereçam apenas segmentos de apoio. E segmento de apoio não funciona. O eixo dos processos de desenvolvimento é que as políticas sejam integradas.

E o texto conclui, levando o foco para o Vale do Ribeira:

Se eu quiser dinamizar Ponkan em Cerro Azul, preciso oferecer apoio e assistência técnica, divulgação, transporte, sistema de estocagem, comercialização. Ou se oferece o ciclo completo ou você não existe. Para ter o ciclo completo, precisamos assegurar que, no nível local, as pessoas estejam organizadas.

Começa aparecer aqui a figura da associação, instituto, fundação, cooperativa ou que nome tenha. Ou seja a organização é a união de pessoas em busca de um bem comum. Vamos pensar isto graficamente:

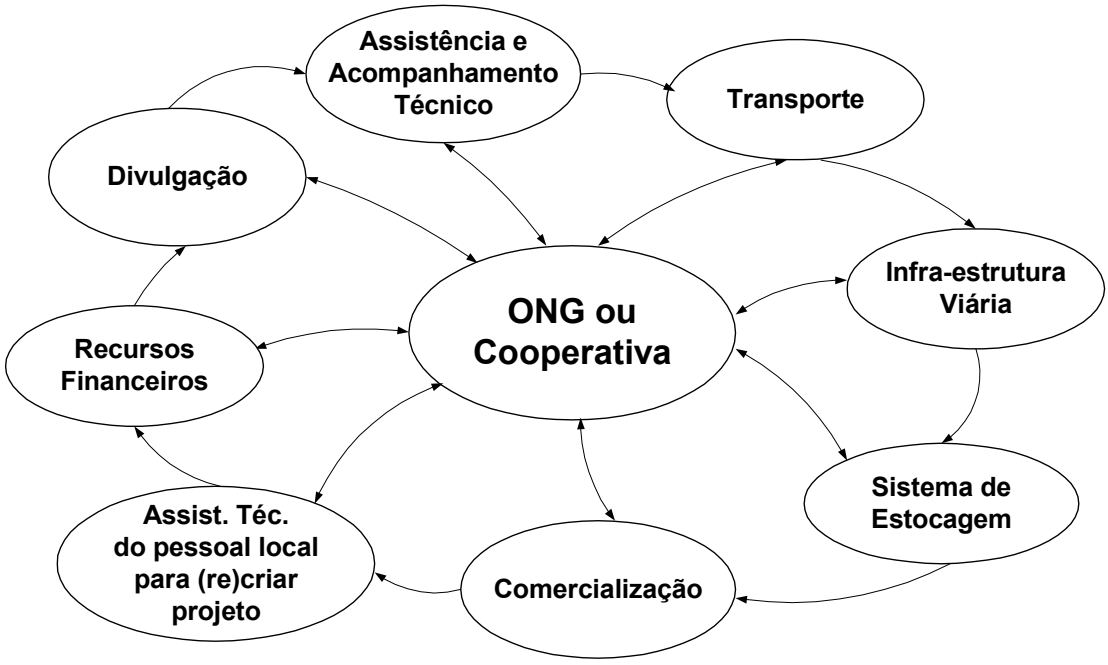


Figura 2 - Método Integrado para fazer os projetos funcionarem

Vamos agora falar direta e francamente.

Não adianta ter a EMATER - Assistência Técnica, se não há quem ajude no transporte ou na comercialização dos próprios produtores. Se não é feito isto, mais de 220 atravessadores se dispõem a comercializar a safra de citros na região, ficando com a maior parte da riqueza proporcionada pela venda dos produtos.

Não adianta as Prefeituras arrumarem toda a infraestrutura de transporte se não há crédito para todos os produtores.

Ou não adianta existir uma cooperativa de crédito ou um banco que faça crédito agropecuário (vamos chamar aqui de CCouBC) se não há assistência técnica ou não há comercialização.

Precisa existir todos os elementos de cada fase e além disto eles precisam estar integrados. Se a CCouBC não fala com a EMATER, e neste município só existe a CCouBC como agente de financiamento, e só há a EMATER como Assistência Técnica no município, os produtores vão ficar "vendidos", numa "canoa sem rumo". Não funciona.

Se você pensa projetos bonitos, eficientes, messiânicos, mas não planeja todas as fases, todas as contingências, em algum lugar entre o financiamento/plantio e a comercialização/armazenamento seu projeto irá falhar. E falha mesmo. No vale do Ribeira tem falhado sempre há décadas. FONTE 2006, cita em sua tese, que todos os programas e projetos implantados no Paraná e no Vale do Ribeira, e mostra que todos, sem exceção, foram ineficientes justamente por este motivo que apresentamos aqui. Eram projetos estanques, finais em si mesmo, que não atendiam todas as fases e todas as necessidades dos produtores da região.

Voltemos ao texto do JFV n. 15, pg 5:

> É curioso pensar que não existe no País uma escola que efetivamente ensine o próprio município e forme cidadãos capazes de se apropriar do local. A gente estuda Dom João VI, mas não estuda o potencial, a infraestrutura, a geologia e a história da nossa região. Vários municípios já avançaram ao criar atlas regionais de desenvolvimento para as escolas. Daqui a 15 anos (isto foi escrito há quase 10 anos atrás - comentário nosso), haverá uma nova geração de pessoas que entendem o município. Como você tem cidadania se não tem informação correspondente?
> Esses diversos exemplos do que chamamos de novas arquiteturas organizacionais, desde a gestão por bacias hidrográficas, conselhos regionais, fóruns etc., ajudam imensamente. Isso aparentemente não aumenta o PIB, mas nos organiza. Funciona como um tipo de Software. Essa inteligência de organização tem um poder impressionante para dinamizar as coisas. E, como nós temos essa massa de recursos subtilizados no País, vale a pena dar um ponta pé inicial nesse esforço de identificar propostas e necessidades para gerar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento local.

> Não se trata apenas de apreciar experiências que deram certo. Cada experiência encontrou bloqueio, entraves. Para nós, é essencial ouvir as pessoas que lidam diretamente com problemas locais de desenvolvimento e saber delas o que dói, o que atrapalha.
> Nem sempre é falta de dinheiro. Às vezes é um marco jurídico que atrapalha. Às vezes são sistemas de organização, apoio técnico ou de divulgação.

Pessoas precisam se unir em associações e cooperativas, e buscar as idéias que realmente façam elas arregaçarem as mangas e tirarem leite de pedra.

Estas pessoas precisam saber o que está descrito neste trabalho.

Estas pessoas precisam saber dentro delas mesmas o que está atrapalhando e poderia ser removido e ainda quais propostas há para que as coisas funcionem.

Agregando estas pessoas dentro de uma organização, dando as ferramentas certas, a capacitação necessária, e o acompanhamento adequado, temos certeza que poderemos iniciar o verdadeiro desenvolvimento rural no Vale do Ribeira.

Se o poder público não quiser participar, a união de muitas destas pessoas e de seus esforços poderá suprir a parte que cabe dos governantes, e estes governantes virarão meros espectadores do sucesso empresarial proporcionado pela união de forças.

União de forças mas com projetos, ideias e disposição para os aplicar.

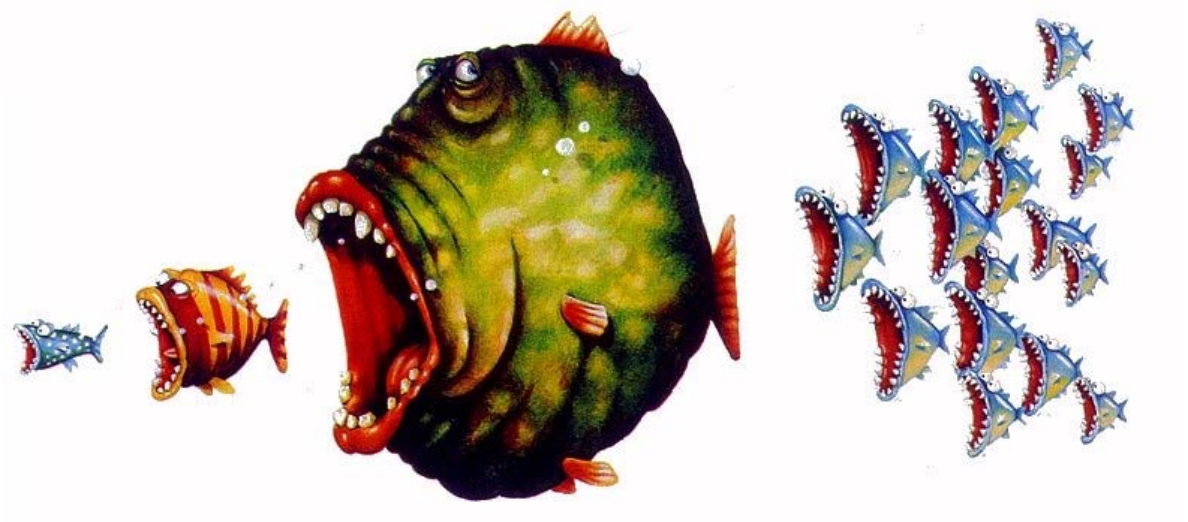


Figura 3 - Ilustrando o Cooperativismo

3. Caracterização do Vale do Ribeira para Diagnóstico

3.1. A parte política

A página internet www.cerroazul.tur.br tem na página de rosto do Jornal Folha do Vale, a seguinte informação:

> "Enquanto o Vale do Ribeira não eleger em conjunto um deputado que represente somente a região, o Vale do Ribeira será sempre uma região esquecida pelos demais políticos que não tem compromisso com a votação e o povo dali." Edson Franzen, Eng. Agrônomo da Emater de Cerro Azul de 1987 a 1989.

O Jornal Folha do Vale edição 3 Especial de Outubro de 2004, na sua página 7, cita o seguinte:

> Em 2001 estava a dialogar com determinado gerenciador público de **Cerro Azul** sobre a necessidade de incentivar os produtores rurais e melhorar a agricultura e pecuária do município. Ele então me sai com esta: **"Não adianta incentivar a Agricultura daqui, pois ela representa somente 8 % do Fundo de Participação do Município" (grifo nosso).**
> Santa ignorância! Retire os produtores de Feijão, Milho e Laranja de Cerro Azul e teremos o que: "as poucas empresas e comércio abandonarão a região por falta de quem comprar". Além disto, do montante de mais de 2 milhões de reais do FPM que vem para o município de Cerro Azul, somente usando uma cidade da região como exemplo, 30,08 % + 5,85 %, portanto mais de 35 % é devido diretamente à produção agropecuária e ao grande número de produtores rurais.
> Portanto se acabar com a agricultura em Cerro Azul, o FPM desce no 1º ano para menos de 1,2 milhão de reais (em 2004 foi mais de R$ 2.400.000) e no 2º ano decresce ainda mais devido agora ao número de habitantes reduzido (êxodo rural). O número atual de habitantes é responsável hoje em Cerro Azul por 34,18 % do valor vindo da Receita Estadual.
> Hoje entendo porque Cerro Azul não cresceu nos últimos 4 anos. Este burocrata administrou o município nos últimos anos (de 2000 a 2004).

Estes dois momentos resumem a atuação política interferindo na vida dos produtores rurais da região.

Cerro Azul teve ligação com Curitiba asfaltada somente em 2005. Em 1989 o então governador Álvaro Dias parou a obra de asfaltamento da estrada que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul, por motivos políticos. Não havia naquele momento um deputado que fosse brigar pela região, porque a votação de vários municípios do vale somada é que poderia eleger pelo menos 1 deputado pela região.

Mas as desavenças políticas, a desunião dos prefeitos e políticos da região não permite que um deputado seja eleito pelo povo dali e com isto este deputado nunca terá obrigação de ajudar MESMO seu eleitorado.

Além disto, o que pensa administradores dos municípios sobre a agricultura, como o citado acima, faz a gente temer pelo futuro da região.

Se a agricultura dali fosse incentivada de forma governamental, os municípios como os do Vale do Ribeira cresceriam muito todo ano, gerando um crescimento sustentado que traria mais dinheiro do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, e com isto mais incentivo ainda acionaria uma roda viciosa de produtividade, eficiência e crescimento.

Em vez de um incentivo à agricultura pelos governos municipais, o que vemos é justamente o contrário. Usando Cerro Azul como exemplo, o orçamento de 2005 para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, descontado os valores de salários e obrigações legais, tinha somente R$ 72 mil para investir no ano inteiro. Ou seja R$ 6 mil por mês de orçamento para a Agricultura e Meio Ambiente. Não dá para comprar nem uma camionete nova, destas modernas.

ISTO É INCENTIVAR A AGRICULTURA?

Não é a toa que a agricultura no município desde então, e desde governos passados, só tem decaído, estado em declínio, como veremos a partir daqui.

3.2. A Parte Agropecuária e Geográfica

Para que se possa eficientemente analisar a conclusão a que chegamos, é necessário conhecer um pouco da realidade da região do Alto Ribeira, formada pelos municípios de Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Tunas do Paraná e Rio Branco do Sul.

O Centro desta região é o município de Cerro Azul, com a maior quantidade de produtores da região (cerca de 3.000), além de ter na Citricultura a sua principal fonte de recursos, e por isto, muitas vezes citamos dados somente deste município.

Queremos mostrar que o futuro da região é negro, e que nossas ‘profecias apocalípticas’ aqui descritas podem ser mudadas desde que ações técnicas e políticas sejam implementadas urgentemente.

Cerro Azul é uma região que tem todas as condições térmicas, climáticas e ambientais para ser:

- um celeiro de frutas (fruta quer calor e pouca chuva, água somente para irrigar em determinada épocas - exatamente as condições da região).

- uma fábrica de empregos na área turística, pois tem o clima do litoral, em determinadas regiões, e o clima da montanha em outras, além de uma grande

variedade de atividades turísticas (rural, ecológico, histórico, arqueológico, espeleológico, aventura...), faltando somente a vontade política ou essa união de interesses e forças comunitárias que tanto falamos aqui.

Cerro Azul está localizado próximo à região metropolitana com 250 a 750 m de altitude, faz divisas ao norte com Doutor Ulysses e São Paulo a leste com Adrianópolis e Tunas do Paraná, a oeste com Castro e ao sul com Bocaiúva do Sul. Sua área e de 138.190 ha, seu clima é sub-tropical úmido com verões quentes e poucas geadas no inverno. Seu relevo é ondulado a montanhoso. Sua principal fonte de renda é a agricultura sendo o cultivo de citrus sua maior atividade econômica.

Na área agropecuária, vamos falar principalmente da Citricultura. Pois afinal, dos 3.000 produtores e criadores de gado, 2.200 são citricultores.

A citricultura representa 40% da renda do município, emprega mão de obra não qualificada, é produzida na entre safra das outras culturas.

Cerro Azul e Dr. Ulysses, municípios do Vale do Ribeira no Paraná, tem a citricultura como a principal cultura na vida de seu povo, desde o início do século passado como também veremos.

O clima quente tropical, com alta umidade no inverno, propicia tangerinas e laranjas de qualidade, com excelente sabor.

Nestes 2 municípios, existem mais de 3 mil produtores, dos quais menos de 200 são médios e grandes produtores. O restante são de agricultores familiares que vivem da agricultura de subsistência.

Plantam milho para suas galinhas e porcos. Plantam feijão para consumo, vendendo algumas sacas, que normalmente servem para pagar a conta da venda. **E plantam citros, colhendo de março a agosto, obtendo grandes valores, que permitem que melhorem seus veículos, animais e possam comprar eletrodomésticos e reformar suas casas.**

Esta obtenção de grandes valores vem diminuindo desde o início da década de 90, pois estradas ruins, associado ao fato maior que são os atravessadores que vão buscar a produção no campo, pagando o que eles querem por esta produção, tem feito com que o preço da caixa de citros seja muito baixo.

A citricultura no município ocupa uma área de 6.000 ha com 2.200 (dois mil e duzentos) produtores, e produz cerca de 6.300,000 (seis milhões e trezentas mil) caixas de 20 kg, podendo chegar em alguns anos bons em 8 milhões de caixas.

Suas variedades são: tangerina ponkan, dancing, montenegrina, murcota com 95% da produção. Laranja pêra, Valência, laranja lima e Bahia com 5%.

Os produtores de Cerro Azul e Dr Ulysses praticamente não aplicam produto nenhum. Quase não adubam seus pés de citros. No máximo capinam. Às vezes com herbicida. O cancro cítrico e a praga chamada amarelinho (CVC), não existem por lá (ainda). Não havia nenhuma praga que fizesse algum dano econômico sério na citricultura de Cerro Azul e Dr. Ulysses, além da Mosca das Frutas, que causa danos sazonais e em alguns locais dos municípios.

Figura 4 – Municípios do Alto Ribeira com a região em vermelho da Citricultura

3.2.1. IDH-M

IDH-M é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: um coeficiente que mede a qualidade de vida da população dos municípios, sendo a média de coeficientes da Educação no Município (Alfabetização e Freqüência Escolar), da Longevidade e da Renda *per capita* da população

A população do Alto Ribeira, em especial das cidades de **Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu e Tunas do Paraná**, vive na sua maioria da agricultura de subsistência. A região dos 5 municípios apresenta o 2º pior IDH-M do Estado do Paraná, perdendo somente para a Região Sul do Norte Pioneiro: **Ortigueira, Reserva, Imbaú, Rosário do Ivaí, Ventania, Cândido de Abreu, Rio Branco do Ivaí, São Jerônimo da Serra, Curiúva, Cruzmaltina, Tamarana** (região logo abaixo de Londrina).

Região do Paraná com o Pior IDH-M - Sul do Norte Pioneiro

Municípios	Posição	IDH-M Médio
Ortigueira	1	0,62
Reserva	4	0,646
Imbaú	5	0,646
Rosário do Ivaí	9	0,664
Ventania	10	0,665
Cândido de Abreu	11	0,666
Rio Branco do Ivaí	14	0,67
São Jerônimo da Serra	16	0,674
Curiúva	18	0,675
Cruzmaltina	22	0,678
Tamarana	27	0,683
Média da Região		**0,662**

Tabela 1 – IDH do Sul do Norte Pioneiro

Região do Paraná com o 2º Pior IDH-M - Alto Ribeira

Municípios	Posição	IDH-M Médio
Doutor Ulysses	2	0,627
Itaperuçu	19	0,675
Adrianópolis	26	0,683
Cerro Azul	28	0,684
Tunas do Paraná	30	0,686
Média da Região		**0,671**

Tabela 2 – IDH do Sul do Alto Ribeira

Região do Paraná com o 3º Pior IDH-M - Central do Estado

Município	Posição	IDH-M Médio
Mato Rico	3	0,64
Laranjal	6	0,651
Santa Maria do Oeste	8	0,662
Rio Bonito do Iguaçu	12	0,669
Palmital	13	0,67

Município	Posição	IDH-M Médio
Diamante do Sul	20	0,676
Altamira do Paraná	21	0,677
Goioxim	25	0,68
Cantagalo	31	0,686
Campo Bonito	33	0,687
Foz do Jordão	37	0,689
Nova Tebas	38	0,689
Marquinho	41	0,691
Média da Região		**0,674**

Tabela 3 – IDH do Sul do Centro do Estado

O 3º pior IDH-M é da Região Central do Estado, entre os municípios de Pitanga e Laranjeiras do Sul, com os municípios de: Mato Rico, Laranjal, Santa Maria do Oeste, Rio Bonito do Iguaçu, Palmital, Diamante do Sul, Altamira do Paraná, Goioxim, Cantagalo, Campo Bonito, Foz do Jordão, Nova Tebas, Marquinho.

Com a crise mundial, a escassez de alimentos, bens de consumo, e com a conseqüente alta nos preços dos produtos industrializados e semi-industrializados, o povo da região do Alto Ribeira tem sofrido muito, a ponto de haver o êxodo, não para a sede do município, mas para cidades maiores em busca de sub-empregos de sobrevivência. Quem não pode sair, vive em condições de penúria.

Apesar do nascimento estar ao redor de 2 %, o êxodo do município está bem próximo disto, o que é presenciado quando damos uma volta nas cidades, quando se vê inúmeras casas e estabelecimentos comerciais vazios. Isto explica porque a população só cresceu cerca de 4% em 10 anos. Crescimento populacional de 0,4% ao ano somente. A compra de terras para a Usina de Tijuco Alto ajudou muito neste baixo crescimento populacional pois fala-se em pelo menos 1800 pessoas que deixaram a região por causa de Tijuco Alto e a CBA.

Os que têm ficado, têm passado por inúmeras dificuldades para manter suas famílias, seus negócios, suas propriedades. Se não o ajudarmos com informações, encaminhamentos e até ajuda em infra-estrutura, financeira, vestuário e alimentar, muitos sucumbirão, ou poderão fazer parte das estatísticas de favelas e até da violência das grandes cidades.

Como se não bastasse, convém repetir, isto aconteceu e foi grandemente ampliado ajudado por grande instituições como a CBA que há mais de 20 anos tem comprado terras na região pensando na sua Usina de Tijuco Alto, e os que

venderam suas terras, muitos deles agora engrossam as fileiras de bolsas escolas, bolsas famílias, e bolsões de miséria nas grandes cidades e até nas vilas da cidades. JERONYMO 2007 entrevista 46 deles em sua tese muito bem feita.

O único município que tem um incremento maior da população é o de Itaperuçu, que pela sua proximidade com a cidade de Curitiba, transformou-se numa cidade dormitório. Mas ali os problemas de falta de opções de emprego e lazer são sentidos pelo alto índice de violência no próprio município.

3.2.2. População dos Municípios do Vale, por faixa etária

Município	Menor de 1	1 a 3	4 a 6	7 a 10	11 a 14	15 a 18	19 a 64	65 e Mais	Total
Adrianópolis	144	411	421	538	557	582	2.958	546	6.157
Cerro Azul	414	1.208	1.191	1.585	1.642	1.689	9.062	957	17.748
Doutor Ulysses	161	476	451	666	637	537	3.091	264	6.283
Itaperuçu	611	1.784	1.746	2.101	1.978	1.959	11.395	743	22.317
Tunas do PR	101	303	313	381	347	327	1.955	299	4.026
Total	**1432**	**4.186**	**4.132**	**5.288**	**5.186**	**5.127**	**28.544**	**2874**	**56.596**

Fonte: Celepar e IBGE (2000)

Tabela 4 – População por Faixa Etária no Vale do Ribeira

3.2.3. Projeção do (De)Crescimento Populacional

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	% Cresc.
Adrianópolis	6.157	5.889	5.621	5.358	5.110	4.866	4.643	4.427	4.207	4.003	3.803	-38,23
Cerro Azul	17.748	17.873	17.995	18.095	18.201	18.283	18.355	18.410	18.439	18.462	18.474	4,09
Itaperuçu	22.317	23.596	24.928	26.325	27.771	29.273	30.828	32.430	34.082	35.790	37.542	68,22
Tunas do Pr	4.026	4.174	4.321	4.464	4.616	4.766	4.915	5.074	5.232	5.381	5.535	37,48
	50.248	51.532	52.865	54.242	55.698	57.188	58.741	60.341	61.960	63.636	65.354	30,06

Fonte: Paraná Cidade (2000)

Tabela 5 – Projeção de Crescimento da População no Vale do Ribeira

Cerro Azul e Dr. Ulysses eram o mesmo município até o ano de 1993. Quero achar que por isto o Paraná Cidade não separou Dr. Ulysses neste quadro.

3.2.4. Diagnóstico Citricultura - Cerro Azul

Cultivar e Variedade	Produtores	Área (ha)	Produção (ton)	Época de Colheita
Tangerina Ponkan	2.100	6.875	119.140	Maio a Agosto Junho e Julho - 80%
Tangerina Murcote	100	75	1.420	Agosto a Outubro
Tangerina Dancy	60	50	785	Agosto a Setembro
Tangerina Montenegrina	100	150	1.850	Maio - 20% Agosto e Setembro - 80%
Tangerina Satsuma	50	50	500	Abril e Maio
Laranja	450	600	10.125	Maio e Junho - 10% Setembro a Novembro - 90%
Total Geral	**2.100**	**7.800**	**133.820**	**Abril a Novembro Concentrado em Jun e Jul**

Fonte: Emater (dados de agosto de 1999) – pouca alteração sofrida nestes 10 anos

Tabela 6 – Produtores, área e população de citricultores em Cerro Azul

Principais Problemas da Citricultura

- Espaçamento inadequado, com muitas plantas por área.
- Alta incidência de pragas e doenças, em especial a mosca das frutas.
- Concentração do período de colheita nos meses de junho e julho.
- Falta de organização dos agricultores.
- Comercialização desorganizada, feita por atravessadores quase na sua totalidade (80%).
- Baixos preços na venda, em especial a Ponkan.
- Falta de Tratamentos Fitossanitários.
- Dificuldade de acesso às propriedades.
- Colheita realizada por mão de obra desqualificada, com materiais e métodos inadequados.
- Falta de Marketing de produto ou de etiqueta de produto orgânico ou ainda etiqueta de produto com origem.
- Agora um problema grave: Pinta Preta.

Figura 5 – Ponkan plantada na região de Cerro Azul: em alinhamento morro abaixo em declive superior a 35 graus

Produção de Mudas

- 95% das mudas são produzidas na propriedade, sem qualquer condução, totalmente fora dos padrões, sem acompanhamento técnico e portanto sem certificação fitossanitária.

Organização de Produtores

- 01 Sindicato Patronal
- 01 Sindicato de Trabalhadores Rurais
- 21 Associações de Produtores Rurais e 1 Associação de Rádio Comunitária
- 01 Cooperativa de Crédito Rural - CRESOL
- 01 Cooperativa de Comercialização sendo estruturada.

Destino da Produção

- Paraná - 25% - dos quais 80% para Ceasa Curitiba. O comércio local é inexpressivo.
- São Paulo - 30%
- Santa Catarina - 20%
- Rio de Janeiro - 10%
- Rio Grande do Sul - 10%
- Outros Estados - 5%

Obs.: Na safra atual, o destino da produção principalmente foi para o estado do Paraná e Santa Catarina, diminuindo o envio para São Paulo e outras regiões devido à Pinta Preta.

Canais de Comercialização

- Atravessadores apanham na lavoura: 68%
- Entrega para atacadistas: 10%
- Levam a mercado atacadista (Ceasa Pedra): 20%
- Entrega para mercado varejista: 1%
- Comercializa direto a consumidores: 1%

Atravessadores e Atacadistas

- Atacadistas: 02
- Atravessadores (transportadora): 10
- Atravessadores (caminhoneiros): 70
- Atravessadores (fora do município): 150
- Total de atravessadores: 232 aproximadamente.

Figura 6 – Folhas e Galhos na Ponkan colhida que nem deveriam existir

Figura 7 – Folhas de Laranja atacadas por cochonilhas e pulgões

Figura 8 – Aspecto da Laranja depois do ataque de cochonilhas e pulgões em idade tenra

Doença grave: Pinta Preta

Uma praga extremamente séria está afetando e irá afetar ainda mais a importante citricultura da região do Vale do Ribeira. Trata-se do fungo Pinta Preta que apareceu no final de 2004, e ameaça a produção e a comercialização, pois se não for tratada a fruta cai antes de madurar. Além disto, a aparência do Fruto desvaloriza a venda. E é uma praga quarentenária, e portanto não tem em algumas regiões e estados da União, e tem o trânsito controlado em todo o Brasil.

Veja o que já alertava o JFV n. 17 de Novembro de 2006.

Citricultura em Perigo no Vale do Ribeira

Mancha de Alternária e Pinta Preta pode determinar o fim das atuais tangerinas cultivadas no Vale do Alto Ribeira

Cerro Azul, Dr. Ulysses, Itaperuçu e Rio Branco do Sul tem agora a presença de duas doenças que tornaram impraticável o cultivo de Ponkan e Murcote no Estado de São Paulo.

Mancha de Alternária é uma doença nova, que chegou em 2001 no Rio de Janeiro, em 2003 em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e provavelmente nestes 3 últimos anos aqui no Vale do Ribeira, sendo diagnosticada por laboratório, em Cerro Azul no ano de 2006.

A Doença Alternária

A doença é causada pelo fungo Alternaria alternata f. sp. citri, que produz uma toxina específica para algumas tangerinas e seus híbridos. Veja as variedades em que a doença já foi constatada.

Tangerinas: De Wildt, Dancy, Ponkan, Sunburst, Empress, África do Sul, Cravo, Rose Haugh Nartjee, Nova, Empreror, Lee
Tangor: Ortanique, Murcott, Murcott irradiada
Clementinas: Clemenules, Caçula 3
Híbridos: Szuwinkon, Sul da África
Tangelos: Orlando, Minneola.
Portanto não se encontrou Alternária em Laranjas e Limões ainda.

Controle e Prevenção

Apesar da Ponkan ser medianamente resistente à doença Pinta Preta, as variedades Murcote e Montenegrina não são resistentes à PP. Ponkan e Murcote sucumbe também à Mancha de Alternária, outra doença fúngica, que foi detectada aqui no Vale do Ribeira.

Como não há tratamento eficaz e definitivo para nenhuma destas doenças, muito provavelmente seja o fim da existência nos próximos anos da maioria das áreas de Murcote, Montenegrina e Ponkan para venda como fruto de mesa, uma vez que os citricultores do Vale não estão acostumados a aplicar produtos químicos ou a utilizar técnicas agroecológicas para reduzir e até exterminar com estas doenças. O ataque de Pinta Preta dificulta a comercialização mas não impediria a venda para uma fábrica de sucos e concentrados.

Já o ataque da Mancha de Alternária, inviabiliza completamente o comércio, levando inclusive à queda prematura do fruto.

O único controle eficaz, com o desaparecimento completo tanto da Pinta Preta como da Alternária, foi constatado em ambiente de produção orgânica e agroecológica, visto inclusive por técnicos de Cerro Azul em visita em propriedade agroecológica de Santa Catarina.

O que está Sendo Feito

O IAPAR e a Secretaria Municipal de Agricultura estão trabalhando na resolução destes graves problemas.

Uma das ações deverá ser a disponibilização para venda de mudas de outras variedades de tangerina, como a Thomas (parecida com a Murcote), mas que é resistente principalmente para a Mancha de Alternária.

O IAPAR está testando algumas variedades, inclusive a Thomas na estação experimental de Cerro Azul. Estará também multiplicando este material e criando mudas para muito breve.

> Outra solução é fazer agora o que os técnicos têm falado desde a década de 80: mudar para a Laranja, principalmente variedades como Navelinea, Folha Murcha e Valência (para suco).
>
> O que aconteceu no final da década de 60 e começo da década de 70, foi a mudança da Laranja para a Ponkan. Cerro Azul já foi um grande produtor de Laranja, suco, geléia e até de óleo essencial da casca. Depois trocou para Ponkan.
>
> Hoje 75% das plantas citrícolas no Vale são da variedade Ponkan. O que deverá acontecer agora é o inverso: com o passar dos anos, plantar Laranja aqui será sabiamente mais indicado.
>
> Basta ver o preço da caixa de Laranja neste mês de Outubro: cerca de R$ 9,00. Quem quiser ainda assim continuar plantando Tangerina, deve plantar outras variedades, entre elas a Thomas.

A pinta preta é causada por um fungo que aparece nas folhas e casca do fruto e que diminui sua aceitação comercial, portanto, a fruta pode ser consumida sem nenhum problema.

Figura 9 – Laranja atacada com o Fungo Pinta Preta

Com o aparecimento desta doença aumenta a fiscalização dificultando o escoamento do produto para outros estados, pois alguns estados têm a doença outros não, diminuindo o comércio e também os recursos financeiros do município. Com isso os agricultores estão tendo dificuldades para manter suas famílias e honrar seus compromissos, pois a citricultura é à base da economia de Cerro Azul, e para mudar para outras culturas leva algum tempo para o cultivo.

Esta doença apareceu em Cerro Azul comprovadamente em Setembro de 2004, mas supõe-se que já estava aqui desde 2002 ou 2003. Espalhou-se e atingiu

níveis alarmantes em 2005 e somente agora depois que a doença tomou conta de mais de 80% das lavouras é que o poder público interveio drasticamente.

Em agosto de 2005 teve uma reunião com diversos técnicos (entendidos na área) e agricultores para juntos procurarem uma solução.

Ficou caracterizado nestaa reunião que há necessidade de se intensificar a fiscalização, e realmente levar a sério as leis fitossanitárias e a Instrução Normativa n. 6 de 13 de março de 2000, que determina que todos os produtos citrícolas precisem de CFO – Certificação Fitossanitária de Origem. Em suma, há necessidade de acompanhamento técnico para todos aqueles que desejam comercializar seus citros. Isto não aconteceu nos anos seguintes, pois foi se abrindo exceções nos anos de 2006, 2007, 2008.

Em 2009 a SEAB - Secretaria Estadual de Abastecimento resolveu não deixar passar nenhuma caixa de Ponkan com folhas, pois para a comercialização em outros municípios e estados, obrigatoriamente a carga de citros precisa ter o CFO, senão não passa nas barreiras fitossanitárias municipais e estaduais. E com folhas (lugar onde também se aloja a Pinta Preta) não é mais permitido.

Portanto, quem não tiver o CFO na próxima safra, não poderá comercializar seu produto, a não ser no mercado local, que é insipiente.

Mas como fazer CFO de mais de 2200 produtores com somente 3 agrônomos (separados para tal) que é o tem o município?

Para uma acompanhamento adequado, com 3 visitas por ano por propriedade, cada técnico pode atender bem 70 produtores, podendo chegar a 120 no máximo, se houver muitos pequenos produtores e muito perto um dos outros.

Precisaria então de 18 agrônomos. No mínimo 10, para fazer um atendimento minimamente de qualidade. Mas existem 3.

Quando foi criado o Receituário Agronômico, a intenção era disciplinar a venda e o uso dos defensivos agrícolas. Hoje a SEAB não consegue sequer ler ou classificar as milhares de Receitas que chegam até ela, inundando salas com papel, todo este esforço para nada. Estão agora informatizando a Receita Agronômica, na tentativa de ressuscitar o propósito inicial do Receituário Agronômico.

Quando foi criado o CFO a intenção era saber a origem dos produtos, para evitar propagação de doenças e pragas, e possibilitar um aumento de renda pelo aumento de produtividade, com um técnico acompanhando, e o comprador sabendo quem produziu, onde produziu e como produziu. Esta é também uma exigência de

exportação, e portanto estava-se pensando também na colocação dos produtos brasileiros com CFO nos mercados mais exigentes da Europa e outros países.

Hoje podemos dizer, com 3 agrônomos somente fazendo o CFO em Cerro Azul, que é mais uma exigência burocrática, incipiente, que pouco contribuiu até agora e pouco virá a contribuir, a continuar neste modo de atuação.

Mas este trabalho quer sugerir ações nesta área que, se aplicados, poderão mudar completamente o panorama da Citricultura no Vale do Alto Ribeira.

3.2.5. Alternativas e Solução para a Citricultura

Os Eng. Agrônomos Newton Sponholz e Edson Franzen escreveram para o Jornal Folha do Vale edição 12, falando das alternativas para resolver o Problema da Ponkan em 2006. Vale a Pena reproduzir aqui quase todo o texto:

Ponkan do Vale do Ribeira: Ainda a Melhor

Em setembro de 2004 foi confirmada a doença fúngica pinta preta (*Guignardia citricarpa*) em citrus no Município de Cerro Azul. Primeiro caso no Paraná, embora já existe há anos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Vale do Ribeira, a partir de então, passou a ser visto como uma ameaça na disseminação do fungo para a região noroeste do Estado, onde ainda não existe (ao menos oficialmente) embora ali ocorram outras doenças como, Cancro Cítrico e outras tantas aqui desconhecidas.

Cerro Azul até então um “Santuário” passou a ser visto como um “leprosário” da citricultura nos meios acadêmicos ou políticos do Estado.

O Vale do Ribeira passou a ser o vilão da História quando na verdade é a vítima da situação.

A citricultura local, que vem desde os tempos da Princesa Isabel, até demorou muito para se contaminar.

Esta doença tem nas folhas sua principal fonte de propagação, pois é nas folhas que ocorre a forma sexuada de fungos (ascósporos). Certamente chegou aqui pelo despejo ou do varrer de caixas vazias, principalmente pelo intercâmbio com o RS onde a comercialização é que trouxe a doença.

O Vale do Ribeira é, portanto vítima e não vilão. E continua sendo, como falado antes, um “santuário”, se comparado às outras regiões do país fustigadas por cancro cítrico, CVC (amarelinho), amarelão, morte súbita, *greening* e outras pragas danosas.

A ponkan do Vale do Ribeira é a melhor, a mais suculenta, a mais naturalmente ecológica. Faça você mesmo o teste e comprove. A que leva menos agroquímicos, quase orgânica, ou ainda, o tipo de cultura mais próxima ou mais fácil de ser revertida para orgânica. Devido ao meio ambiente, ainda intercala com um pouco de matas ou capoeiras, e as barreiras naturais dos morros ou relevo acidentado protegem-na de infestações várias. Consideremos ainda que a ponkan representa mais de 95% da área citrícola do município, sendo entre os cítricos uma das mais resistentes.

O risco da doença se espalhar para o noroeste de Paraná é mínimo, pois se vende pouca tangerina para lá. O intercâmbio é apenas no finalzinho da safra, com algumas cargas a granel de laranja ou murcote, que representam menos 5% do plantio. E o que é levado é menos de 1% deste produto, pois o pagamento é irrisório, preço de “serragem de pinus”. Ninguém leva folhas para lá, nem mudas. O risco de disseminação pelas frutas (picnídios) a forma assexuada é mínima.

Como a pinta preta já existe no Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, o vale não está contaminando ninguém. Quando ao Norte do Paraná é bem mais provável que entre por lá (se já não está) vinda de São Paulo que é mais próximo.

Trata-se de cultura fundamental para o pequeno produtor, emprega mão de obra não qualificada, ocorre justamente na entre-safra das culturas de

subsistência como feijão e milho. Só em Cerro Azul representa 34% de toda economia.

É tempo de focar o cenário com lentes corretas. É o momento de ver o Vale do Ribeira, em tempos de pinta preta, sendo vítima e não Vilão.

Cerro Azul Sem PONKAN Como um Veículo Sem Combustível e Sem Rodas

- Trata-se de cultura que emprega mão de obra não qualificada e é a única que ainda compensa o trabalho braçal, inviável para culturas como milho e feijão, pois se computar todos os gastos, inclusive capina e todos os outros trabalhos do produtor, dentro do valor do milho e feijão que ele vende, fica mais viável ele comprar o milho e feijão no mercado.
- Colhe-se de abril a agosto, portanto na entressafra das demais lavouras de subsistência. Quando, sem a ponkan, não se tem o que fazer.
- Todos estão habituados com o serviço. Já faz parte da cultura Regional
- Não é trabalho pesado. É uma lida boa, adequada às nossas condições: Colhe-se de manhã no máximo até às 15 horas. Em seguida pode-se descansar em casa para o dia seguinte.
- Estima-se que 34% da economia do Vale gire em torno da ponkan.

Somente em Cerro Azul são produzidas 6.300.000 caixas por ano, das quais mais de 70% comercializadas fora do Estado. Em Cerro Azul aproximadamente 2.000 famílias (3000 no Vale) trabalham em 6.000 ha gerando no mínimo 8.000 empregos. Aqui há mais gente na zona rural (13.000) que no meio urbano (5.000).

A colheita manual (Abril a Agosto) é a principal empregadora, aquece o comércio e os fogões de centenas ou milhares de famílias, gerando um ambiente próspero com caminhões levando e trazendo trabalhadores desde o clarear do dia, lembrando os tempos do café no norte do Paraná.

Disponibilidades da Água

Historicamente o plantio de citrus foi localizado prevendo-se o suprimento das necessidades em água pelas raízes simplesmente através das chuvas normais.
Ninguém previu ao plantar, que precisaria um dia pulverizar, isto é molhar toda a parte aérea das plantas.

Assim as moradias, estão sempre no fundo dos vales, próximas às nascentes, córregos ou riacho cuja distância permite o uso de água para fins domésticos até por mulheres ou crianças. Mas no caso da irrigação ou pulverização, a maioria não dispõe de bombas ou motores estacionários.

É muito diferente deslocar um tanque de 400 L de água no trator do que levar 20 L de água nas costas até o topo do morro e com a força muscular que sobra encharcar 5 árvores e logo em seguida descer o morro para abastecer.
Na maioria das culturas a disponibilidade de água torna o tratamento impossível, impraticável ou anti-econômico no Vale do Ribeira.

Falta de Equipamentos

O produtor comum, ou seja, a maioria, dispõe como única arma, ferramenta ou aparelho para enfrentar a pinta preta: um pulverizador costal-manual de 20 Litros.

A única evolução ao longo dos anos, foi esta: da enxada para o pulverizador manual, com o qual passou ao uso de Herbicidas. Deixou de capinar e aprendeu a "randapiar".

Mas este tipo de trabalho é leve, exige bem menos água, é feito com pouca pressão direcionando o bico para baixo sobre ervas rasteiras de pequeno porte, com risco mínimo para a saúde.

Fácil é concluir que esta arma ou ferramenta não é a mais adequada para pulverizar árvore do porte dos citrus. Leve-se em conta, ainda o risco para a saúde de uma pulverização aérea, para cima, fácil de voltar-se contra o operador, envenenando-o.

Incerteza nos tratamentos

Tudo que os especialistas montaram em suas preleções ou palestras foram transparências, projeções e técnicas em regiões totalmente planas, mecanizadas evidenciando diferenças entre alta pressão e baixa pressão, plantas muito bem molhadas por possantes e modernos tratores dispondo de tanques e bicos apropriados para os quais 01, 02 ou 05 pulverizações sejam um trabalho de rotina exigindo do operador apenas o trabalho de apertar um botão. Tudo isto aqui é aplicável para os poucos que dispõem de tratores.

A insistência destas condições e aparatos na região deixa inseguro o técnico responsável pelas recomendações, pois se sabe quais os fungicidas necessários,

mas percebe que os interessados não têm meios para levá-los até às plantas, e ainda repetir os tratamentos realmente necessários.

Sem Motivação para Investir

A confirmação oficial de pinta preta em fins de 2004 encontrou no Vale do Ribeira um citricultor descapitalizado e desorganizado, acumulando 8 safras seguidas de preços aviltantes (R$ 1,50 e 2,00 a caixa, exceto em 2005, um pouco melhor pela seca do Rio Grande do Sul).

Estas circunstâncias desmotivam qualquer um, pois o produtor não tem a mínima certeza quanto à venda. Em muitos destes anos, sequer colheu, sempre foi vítima de atravessadores que compraram e comercializaram por preços irrisórios. Como trata-se, ainda de um produto perecível, não há possibilidade de armazenagem e hoje ainda não há industrialização.

As Tendências Futuras

Citros no Vale é uma tradição de mais de 120 anos. As famílias prosperaram e criaram seus filhos com a Laranja. Não podemos deixar morrer esta tradição e mandar os produtores para as favelas das grandes cidades. Não podemos deixar morrer esta tradição porque existem pessoas e instituições brigando por "quem pode mais, ou por egos e maiores parcelas do bolo...". Não devemos deixar que mais de 3000 produtores de citros no Vale passem a figurar na classe dos miseráveis porque deixaram de cultivar o que seus pais, avós e bisavós iniciaram.

A colheita e o plantio certamente continuarão, mas sob um outro enfoque: em local viável para pulverização, mais próximos de água, com espaçamentos que permitem tratamento e sombreamento, e monitorados por equipes técnicas.

Encostas íngremes e topos de morro serão abandonados, locais estes que nunca deveriam ser cultivados pela lei do uso do solo ou por se tratar de áreas de preservação permanente segundo o código florestal (declives acima de 45% ou topos de morro). Assim as coisas simples-mente voltam ao lugar como deveriam ser desde o princípio.

O novo tipo de cultivo viabilizará a irrigação, a fertilização foliar, o tratamento de outras pragas e doenças e será, portanto, mais produtivo.

Ficarão os que se adaptarem. E como a produtividade aumentará, haverá um incremento da produção e serão liberadas áreas para recuperação de reservas legais e reflorestamentos.

Com tudo isto, mais a união em grupos, associações ou cooperativas, permitir-se-á que desapareça a tendência atual de ficar somente os grandes.
O pequeno produtor agradece...

Estas palavras soam hoje como proféticas. Tudo o que foi detalhado neste artigo, ocorreu ou está ocorrendo.

Nasceu nesta época, pela reunião de cabeças para pensar em solução para estes problemas levantados na ocasião, um **PLANO PARA O VALE**, que apresentamos aqui, vindo do mesmo JFV n.12, de Janeiro de 2006:

1. Fomentar, incentivando toda forma de associativismo e cooperativismo para o produtor organizar-se e vender melhor. Só assim poderá investir no tratamento.
2. Implantar um sistema de monitoramento, dividindo-se o município em sub-regiões ficando em cada uma delas um ou dois monitores treinados, preparados e munidos de uma lupa para identificar os focos e iniciar os tratamentos. Neste monitora-mento, fazer o que nunca foi feito: um mapeamento de todas as culturas cítricas no município e proporcionar um tratamento diferenciado para quem tem a doença e para quem não tem ainda. Este último deverá receber assistência para um manejo ecológico, que deverá manter longe, ou sob controle, as pragas e doenças, inclusive a doença *greening* (atual preocupação dos laranjais paulistas).
3. Utilizar as linhas atuais de crédito, oferecendo para grupos de produtores, a aquisição de motores, bombas, equipamentos adequados para pulverização.

4. Prosseguir no cadastramento de produtores de citrus que desejam comercializar fora do Estado, buscando a meta de 100% dos produtores cadastrados.
5. Implantar um fundo para certificação e tratamento, para investimento em mais agrônomos e técnicos, pagamento de despesas com viagens, viveiros, pesquisas, forças-tarefa para erradicação e renovação dos pomares velhos, monitoramento de pragas e doenças etc.
6. Como existem poucos agrônomos que estão em condições de assinar o CFO e as muitas necessárias visitas, mobilizar os demais técnicos da região para que acompanhem ou façam as visitas e anotações entregando-as aos agrônomos certificadores.
7. Formalizar parcerias com a AOPA e outras ONGs para orientação e direcionamento na produção orgânica ou Ecológica.
8. Instalar no município pelo menos uma unidade de desinfecção com Hipoclorito ou outro produto para atender algum mercado que o exija (Bahia, Noroeste do Estado...).
9. Trazer mudas ou borbulhas de variedades resistentes à pinta preta, desde que identificadas a origem, sendo de viveiros telados, e que sofram monitoramento depois de implantadas.
10. Buscar novas frentes de mercado, dentro do Estado, utilizando marketing de orgânico, em conversão ou ecológico, com manejo ecologicamente correto, produto social, mercado justo etc.
11. Intensificar tentativas em viabilizar agroindústria de aproveitamento de citrus.
12. Pedir para a SEAB que na época da safra, um agrônomo fique morando no município.
13. Pedir para a SEAB que o CFO daqui vá identificado como: livre de CVC, Cancro Cítrico, mas que apareça descrito “Pinta Preta em Monitoramento” ou que, quando mergulhada na solução como o Hipoclorito, apareça “Livre de Pinta Preta por Mergulho em Solução Desinfectante”.
14. Através de parcerias com a FAEP, Senar, Sindicatos, SEAB, IAPAR, EMATER, proporcionar treinamento para os colhedores de Citros, ensinando-os a colher sem machucar ou estressar a planta, e sem folhas, fazendo pré-seleções no próprio momento da colheita.
15. Conseguir recursos, e em parceria com o IAPAR, criar inúmeros viveiros telados comunitários, inicialmente em localidades onde há tradição e está havendo incremento do plantio, e onde existem associações de produtores e moradores.
16. Gerar novas mudas com outras variedades de Laranjas e Tangerinas, preferencialmente precoces e tardias, e que tenham também porta-enxertos como citromellus swingle e tangerinas cleópatra e sunki, mais resistentes à morte súbita, terror dos laranjais paulistas, e pode aportar por aqui, que seria um desastre completo, pois o porta-enxerto limão cravo (susceptível à morte súbita) está em quase todas as milhões de plantas cítricas do Vale.

Deste PLANO PARA O VALE nasceu meses depois o projeto **Assistência Técnica para uma Citricultura Ecológica no Vale do Alto Ribeira**, algo ainda mais rebuscado e completo, que apresentamos um resumo neste trabalho, mais a frente.

3.3. A Parte Histórica

3.3.1. Princesa Isabel

Queremos mostrar com este capítulo, que Citricultura em Cerro Azul é uma tradição, é histórico cultivar laranja, ponkan, citrus... Veja quando tudo começou.

Figura 10 - Princesa Isabel, filha do imperador D. Pedro II

Esta parte encontramos no Jornal Folha do Vale n. 12:

> Um movimento colonizador se fez sentir com o advento da província do Paraná, a partir de 1858. Foi nesta época que a Princesa Isabel Cristina, filha do Imperador Pedro II, vislumbrou a instalação de uma colônia agrícola, nas regiões dos Rios Ponta Grossa e Ribeira.
>
> Conta-se que a Princesa Isabel, querendo agradar e bem receber os futuros colonizadores daqui, contratou agrônomos europeus para saber qual a vocação agrícola da região. E os agrônomos concluem que o melhor para o Vale do Ribeira é o plantio de frutas, principalmente as frutas cítricas, destacando-se a Laranja.
>
> Segundo o historiador paranaense Romário Martins, em 1875 tinha a Colônia Assunguy, nome dado na época para o lugar, 1824 habitantes, sendo 775 brasileiros, 338 franceses, 221 ingleses, 202 italianos, 171 alemães, 16 espanhóis e um sueco (encontra-se escrito também Açungui).

3.3.2. Década de 20

Esta parte também retiramos no Jornal Folha do Vale n. 12:

> Em 1926 (66 anos depois da fundação de Cerro Azul, escrevia-se Serro Azul, derivando de palavra Espanhola), Serro Azul já tinha cerca de 22.000 habitantes. Na exposição do congresso dos municípios do Estado do Paraná, no mesmo ano de 1926, Serro Azul, ganhou o 1º lugar, com honra, a medalha de ouro, pela primorosa produção de cítricos, com 33 variedades, conferida ao pomicultor Conrado Von Der Osten. Nesta

mostra constava inclusive a Laranja Serro Azul, um híbrido criado pelo próprio Conrado, resultante do cruzamento da Laranja Bahiana e a Laranja Pelle de Moça.

Na propriedade de Conrado Von der Osten, visitada por todos da cidade na época, encontrava-se ainda 13 variedades de Aipim e 3 variedades de mandioca, diversas raças de gado e suínos, além de muitas flores e árvores frutíferas visitadas por grande quantidade de pássaros multi-coloridos. Existia até um museu com curiosidades raras do reino vegetal e mineral.

Figura 11 - Conrado Von der Osten e seu repolho de 18 kg.

3.3.3. Em 1968 - a Primeira Ponkan

Também do Jornal Folha do Vale n. 12:

Em 1967, Sílvio Von der Osten, filho de Edmundo Von der Osten, seguiu a tradição de citricultor do pai, e foi além, iniciando um pomar comercial de Ponkan com 1650 pés. Colheu em 1968, 21 caixas de 18 kilos de Ponkan, de pés com 2 anos, que foi colhido e levado ao comércio por Agenor de Moura e Costa.
Agenor conta que “na época, cerca de 50 Ponkans enchiam uma caixa”, e que “Ponkans do tamanho de Melões eram fáceis de encontrar”. Isto é possível hoje com os orgânicos.
Portanto desde o século retrasado, a citricultura é a aptidão econômica do Vale do Ribeira. Isto está para mudar, trazendo perdas irreparáveis para a região.

3.3.4. As Casas Históricas e Uma Cidade Histórica

Cerro Azul e Dr. Ulysses tem muitas histórias pitorescas e interessantes. Estas histórias deveriam estar na boca de guias turísticos na região. Além disto existem muitas famílias antigas e suas casas com mais de 80, 90, 100 anos, guardando ainda a arquitetura destes antepassados, com histórias pitorescas. Isto precisa ser preservado e mostrado, fazendo parte de **um plano turístico** nesta área.

O Turismo histórico tem crescido em todo o mundo, e no Paraná poucas cidades têm mais de 100 anos e ainda bem preservado sua história, como é o caso de Cerro Azul.

Figura 12 - Algumas das casas históricas (com mais 80 anos - algumas com mais de 100 anos) de Cerro Azul

Como citamos, muitas são as curiosidades históricas, que se bem elaboradas num plano turístico, com certeza atrairia turistas para a região.

A Cruz do Alemão

Figura 13 - A cabeça do Alemão Henning entregue ao governador Vicente Machado e ao Capitão Hermógenes, numa festa de aniversário em Cerro Azul (fonte: Cid Deren Destefani)

Resumidamente a história da Cruz do Alemão, escrita em livro por Cid Deren Destefani, pesquisador e colunista da Gazeta do Povo, conta que um alemão, o mesmo que construiu a Catedral de Curitiba, veio morador na região que hoje é município de Dr. Ulysses.

O Alemão Henning construiu muitas casas de pessoas famosas e não famosas em Curitiba, e era muito conhecido pela cúpula política da cidade.

Quando os Maragatos vieram para Curitiba, o governador Vicente Machado e sua comitiva fugiu para S. Paulo passando por Cerro Azul. Encontrou o alemão vindo para Cerro Azul comprar víveres. Descobrindo o alemão que Vicente Machado estava fugindo, chamou toda a sua comitiva de **covarde**. Isto fez com que, mais tarde, Vicente Machado, quando de volta no poder, chamasse o Capitão Hermógenes, uma espécie de prefeito de Cerro Azul, e pedisse a cabeça do alemão, o que foi atendido pelo capitão, sendo entregue na festa de aniversário da esposa do capitão, como mostra a foto.

O alemão foi enterrado em Dr. Ulysses, num lugar ermo, e colocada uma cruz, daí o nome do livro Cruz do Alemão. Esta história é contada com riqueza de detalhes no livro A Cruz do Alemão do colunista Cid Deren Destefani.

O Jornal Folha do Vale e os vereadores Joaquim e Valdir foram resgatar esta história e descobriram que patroleiros passaram com a pá da patrola na tumba do alemão, quebrando a cruz de metal que tinha lá, e desaparecendo com o lugar. Na época não havia nenhuma marcação no túmulo do alemão, que fica ao lado da estrada, nem as prefeituras dos 2 municípios estão resgatando esta história e deste local, para visitação pública. Eis aí um ação interessante para um plano de turismo histórico para a região.

A Criação de Dr. Ulysses

A própria cidade de Dr. Ulysses tem uma história interessante de criação. Na verdade ela chamava antigamente Vila Branca. Isto porque, quando da abolição da escravatura, os escravos foram morar em regiões livres, que não tinham brancos para os importunar. Foram morar na região atual de Dr. Ulysses, expulsos que foram de outros lugares, inclusive Cerro Azul. E o pessoal debochadamente chamava o lugar de Vila Branca.

Mas com o passar dos anos, aquela região começou a ser cobiçada, pelos fazendeiros. Eles começaram a enxotar novamente os negros. Existem muitos descendentes de quilombolas nos cantos remotos de Dr. Ulysses ainda, e em muitas regiões remotas do Vale do Ribeira Paulista, injustamente enxotados de terras nobres, produtivas, terras mais perto da capital.

A cidade mesmo de Dr. Ulysses, era de somente um negro, que acossado doou sua área para a igreja. A igreja era dona então de grande área, mas devido os posseiros, precisou medir a área e escriturar. Precisou pagar para isto. Quem veio fazer as medições e papéis cobrou muito, muito mesmo por isto. Como não tinha dinheiro, pagou com terras. O que restou para a igreja, hoje pode ser visto na cidade: somente o terreno onde está a igreja e o terreno do pátio onde está o barracão paroquial.

Livro do Dr. Rui Villela Guiguer

Outro fato interessante é que o Dr. Rui V. Guiguer, advogado, e um aficionado pela história da região, resolveu ir escrevendo isto tudo em livro, com fotos.

Hoje ele tem um acervo histórico interessante, mas nenhum governante se interessou ainda por isto. Tratam o Dr. Rui como um forasteiro, já que não nasceu ali. Mas está há quase 40 anos morando ali, e é tão Cerroazulense como qualquer nascido na cidade.

A Cruz do Alemão e o livro do Dr. Rui estão sendo compilados, revisados e farão parte do portal sobre Turismo na região de Cerro Azul: www.cerroazul.tur.br. Parte destes livros, fotos e gravuras já fazem parte do site.

Este site está hoje no ar, e é de iniciativa de Edson Franzen, que entende que todas as dezenas de histórias da região, como as que ele buscou da moradora mais antiga da cidade, a Dona Olívia, ou as 3 dezenas de casas históricas, fotografadas uma a uma (que já estão no site) e a história da família e de suas casas farão parte do site. Também haverá a foto e localização dos pontos turísticos como cachoeiras, circuitos de bike e caminhadas, rios, cavernas e muito mais. Grande parte deste acervo já faz parte, ou fará nos próximos meses, deste site que tem incentivado o turismo na região.

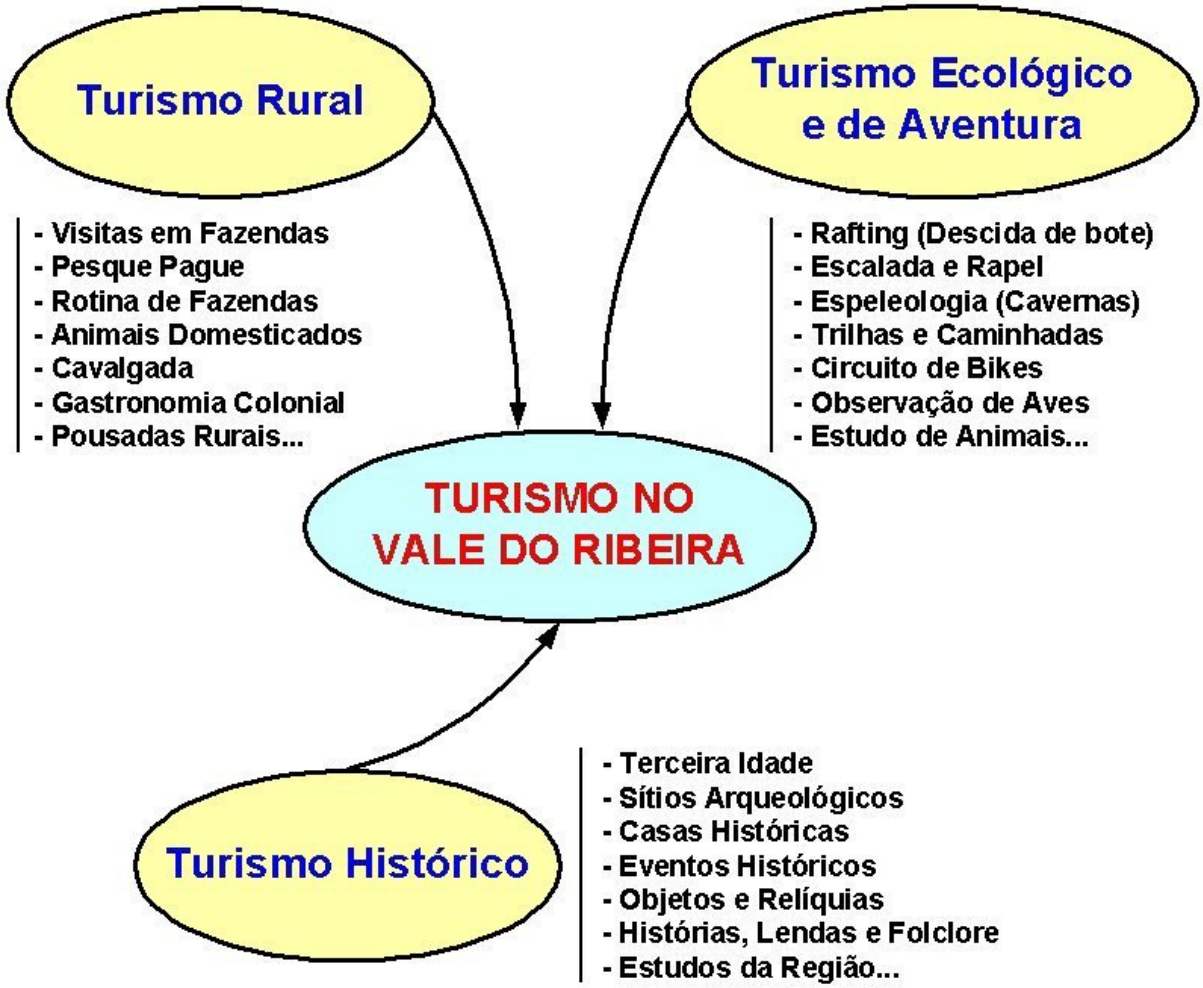


Figura 14 - Estas são as áreas e categorias turísticas que podem ser exploradas na região do Vale do Ribeira

Figura 15 - Site www.cerroazul.tur.br para incentivar o turismo

4. Por Que o Vale Não se Desenvolveu

Este material foi retirado do Folha do Vale 14, pg 6, de Junho de 2006.

As partes em itálico são retiradas, com pequenas alterações, da tese de doutorado do Engenheiro Agrônomo José Roberto da Fonte, UFPr, Março/2006. (FONTE 2006).

Programas Governamentais Não Serviram para a Região

Segundo FONTE 2006: Os programas governamentais de desenvolvimento criados e aplicados para o Vale do Ribeira não tiveram a eficácia esperada dado a seus caracteres centralizadores, descendentes e sem a participação da população nas suas implementações. E que as possibilidades para a região dependem de um rompimento da lógica lá estabelecida.

Projeto no Vale	Quem	Ano instalaç.
Colônia Açungui	D. Pedro II	1850 a 1870
PRODELAR	Gov. Est.Pr	1976
PRÓ-RIBEIRA	Gov. Est.Pr	1980
PRÓ-RURAL	Gov. Est.Pr	1981
Paraná Rural	Gov. Est.Pr	1989 a 1997
Paraná 12 meses	Gov. Est.Pr	1996 a 2006

Tabela 7 - Os Projetos no Vale do Ribeira até hoje (1850 a 2006)

Desenvolvimento Rural

Segundo FONTE 2006: Não vemos no Brasil ações enxergando o meio rural como um espaço geográfico e sim como um setor da economia. Por isso falamos tanto em política agrícola. Somente financiamentos rurais e preços mínimos fazem parte das agendas de negociação dos sindicatos rurais ou lideranças do meio rural.
Nos planos e projetos governamentais discutidos nunca se menciona que, no campo, se desenvolvem as mais variadas atividades: lá existem comerciantes, prestadores de serviços, professores, funcionários públicos...
No Brasil a zona rural faz mais do que gerar produção agrícola.
Trata-se de um espaço que muitas pessoas escolheram para viver.
O Vale do Ribeira é uma das áreas mais carentes e, ao mesmo tempo, é detentora do maior potencial de minerais não-metálicos, além de ser um dos maiores pólos de reflorestamento, e uma região rica em água potável. Nenhuma dessas atividades e recursos, no entanto vem agregando valores de forma relevante.

Como diz Ladislau DowBor: concordo em haver fome em uma área desértica... mas em Cerro Azul, na Amazônia, na Mata Atlântica??

Fracasso da Colônia Açungui

Segundo FONTE 2006: A colônia do Açungui foi criada aparentemente para atender uma necessidade da população de Curitiba, a produção de alimentos básicos (milho, feijão, batata, cana-de-açúcar...). A capital enfrentava na época grande carestia e gravíssimos problemas de abastecimento desses produtos.
O projeto original contemplava uma área de cerca de 59.681 hectares, que foram divididos em 400 lotes para o assentamento de agricultores (mais ou menos 150 ha por agricultor - brasileiros, alemães, franceses, italianos e suíços). Pelos relatos da época, o grande problema que inviabilizou a Colônia do Açungui foi sua localização, inacessível em relação à capital. As saídas para comercializar os bens produzidos eram caminhos de mula para Curitiba ou canoas para Iguape, no litoral de São Paulo.

Aí sim o problema era a inacessiblidade.
Mas notem o que acontecia:
Segundo FONTE 2006: A estrutura fundiária da época era bem definida: de um lado os colonos assentados, de outro grandes produtores rurais que monopolizavam as mulas que faziam o transporte e definiam, por conta disto, os preços dos produtos agrícolas. NÃO É PARECIDO COM A SITUAÇÃO HOJE?

Em ambas as épocas, 1870 e 2006, os agricultores dependem ainda de um atravessador para fazer a comercialização de sua produção e pagam um preço elevadíssimo por esta distorção.
Outro fato a analisar mostra que, atualmente, os processos de assentamento de agricultores em projetos de reforma agrária, seguem ainda o mesmo padrão de procedimentos do século 19, que se mostrou ineficiente. Informações veiculadas na imprensa mostram que, de 10 agricultores assentados em projetos governamentais, cerca de 4 abandonam os lotes ainda no primeiro ano.
Na colônia Açungui, cada colono assentado teve que pagar pelo lote, pela casa construída e pela abertura da clareira para o primeiro cultivo, e de certa participação na despesa de sua passagem da Inglaterra (para os ingleses...) e de sua manutenção no país. Além disto, se não pagavam à vista, tinham um acréscimo de 20% ao preço de custo, sendo obrigados a liquidar o débito dentro de seis anos, a partir da posse, sob pena de confisco. As dificuldades na produção e na comercialização impediram a realização dos pagamentos e iniciou-se um processo de abandono dos terrenos e do fim do projeto.
Além disto, a colonização tinha como diretriz: buscar divisas através do incentivo às culturas de exportação e manter uma forte política arrecadadora de impostos. Essa face do liberalismo, muito familiar aos nossos dias, consolida a vocação agrícola do país sob o lema "produzir para exportar", sem preocupação com a produção de alimentos e as necessidades do consumo interno.

Estradas Desviadas Daqui

Segundo FONTE 2006: Ainda no início do século 20, dois acontecimentos importantes completaram o processo de estagnação econômica da região: o primeiro foi a alteração do trajeto na construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, levada a cabo entre 1890 e 1910, que deixou de passar por Cerro Azul e foi desviada para Ponta Grossa. O segundo, a construção da rodovia ligando São Paulo a Curitiba, que também foi desviada para longe do núcleo da Colônia. A região perdeu o ritmo de desenvolvimento e somente em 1940 voltou a conectar-se com Curitiba e outras regiões, quando o interventor Manoel Ribas construiu uma estrada ligando Cerro Azul à Rodovia São Paulo/Curitiba (COMEC/1999).
A ponte de ferro que está sobre o Rio Piedade, na divisa entre Rio Branco e Cerro Azul, foi construída tendo em vista a estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Paraná. A estrada foi desviada, acredita-se que por razões políticas, e construída atravessando a região de Jaguariaíva e Ponta Grossa.

O Principal Motivo das Dificuldades: Atravessadores

Segundo FONTE 2006: O que efetivamente dificultava a prosperidade desses colonos era a presença do grande latifúndio e, especialmente, a já mencionada dependência do mesmo para o escoamento dos produtos. Não havia condições de manter pastagens, conseqüentemente não havia mulas, igualando os colonos aos pequenos proprietários. Era preciso vender o produto no local ou então pagar um alto preço pelo aluguel das mulas para levá-lo ao mercado. Não se podia usar o transporte pelo rio, pois o mesmo era distante, os imigrantes não dispunham de canoas e o aluguel desse tipo de transporte era tão oneroso como o das mulas.
Com a chegada do regime republicano, o município de Cerro Azul deixou de receber um auxílio que vinha sendo transferido pelo governo imperial, iniciando assim um período de decadência em todas as suas atividades econômicas.

CBA fez na Região Uma Reforma Agrária ao Contrário

A CBA nos dias atuais, comprou uma grande quantidade de terras na região, desalojando produtores, e abandonando estas terras, deixando grandes áreas de terras devolutas, improdutivas. Com isto, ela transformou Cerro Azul, Dr. Ulysses e a região, fazendo uma reforma agrária ao contrário, trazendo pobreza e dificuldades para a região. Como na época do império e após. Nenhum programa de recuperação fez a CBA, ou os governos estaduais e federais depois de 1989, quando a CBA começou a comprar terras aqui.

O que restou dos Programas

De todos os programas para o Paraná e especificamente para a Região do Vale do Ribeira, só temos hoje o armazém da Copasa na entrada da cidade, e além de tudo, é subutilizado, pois o secador de feijão, em alguns anos, nem é ligado.

Precisamos Urgentemente de Uma Cooperativa

Segundo FONTE 2006: Em 1943, três anos depois da nova estrada Cerro Azul - Curitiba, foi criada a Cooperativa Agrícola Mista de Cerro Azul, que tinha o objetivo de unir os produtores e criadores da região. Fornecia gêneros alimentícios aos sócios, objetos de uso pessoal e doméstico e também trabalhou no financiamento para o desenvolvimento das atividades agrícolas.
Em 1943 tinha 22 sócios. Em 1944, 51 sócios. Em 1953, 235 sócios. Em 1956, 338 sócios. Neste ano de 1956, um relatório informava que a cooperativa estimulava a produção de cítricos pelos associados com financiamento da safra e aquisição para venda direta no mercado consumidor. Planejava a instalação de uma fábrica de doce de goiaba e já industrializava parte da produção de laranja produzindo doce e óleo essencial da casca.
A principal razão pela qual a mesma foi criada, como um mecanismo de defesa do consumidor para evitar que os atravessadores e intermediários ficassem com os lucros da atividade, foi também a responsável pelo seu final. Uma das justificativas para o insucesso da cooperativa foi a intervenção dos intermediários no mercado, a falta de cooperação dos associados e os problemas de uma administração ineficiente.

Precisamos hoje de uma cooperativa mais do que precisaram nossos avós. Os atravessadores estão sugando a riqueza do Vale do Ribeira.
Mas como fazer uma cooperativa em Cerro Azul se 4 dos 9 vereadores de Cerro Azul são atravessadores? Inclusive o presidente da Câmara?
Com uma cooperativa centralizada em Cerro Azul, os produtores trariam suas produções para ela, que classificaria, colocaria em caixas identificadas com rótulos acrescentando a informação da procedência, data da colheita, informações do produtor etc.
Venderia para os caminhoneiros ou para mercados específicos. Parte do lucro repartia com os produtores. Outra parte do lucro utilizaria para manter a Cooperativa, a equipe de Assistência Técnica e o gasto com carros e combustíveis destes técnicos. E estes técnicos visitariam os associados para produzirem mais, com menos veneno e com mais qualidade, que aumentaria o lucro e melhoria ainda mais a cooperativa.
Este é o ciclo da fartura, possível somente com uma cooperativa e associados compromissados.

E a CRESOL

Muitos podem dizer: “Mas nós já temos a nossa cooperativa”. A Cresol é uma cooperativa de crédito, muito importante em todo o processo, mas para recursos financeiros. Precisamos também de uma cooperativa de comercialização, com infra-estrutura para ir buscar o fruto, receber o fruto, classificá-lo, acondicioná-lo e o comercializar. Só assim suplanta-se os atravessadores, e o lucro que eles tem são repartidos pelos produtores.
Lembre o que cita o Prof. Ladislau DowBor: *Se eu quiser dinamizar Ponkan em Cerro Azul, preciso oferecer apoio e assistência técnica, divulgação, transporte, sistema de estocagem, comercialização.*
É preciso oferecer tudo. Não adianta crédito somente, sem assistência técnica, sem transporte, sem armazenamento, sem classificação e sem comercialização. E todas estas etapas que faltam podem ser feitas por uma cooperativa de comercialização.

Precisamos de Uma Fábrica de Sucos

Segundo FONTE 2006: Na década de 70, já existia uma menção à necessidade de se fazer um estudo de viabilidade econômica para a implantação de uma fábrica de sucos cítricos em Cerro Azul.

Na década de 80, ouvíamos ainda falar da fábrica de sucos. Mas devido a mais uma política errada do governo, esta fábrica foi para Paranavaí, região do Bicho da Seda, e que ainda tinha Cancro Cítrico, e aqui, região de citros, sem cancro cítrico, foi implementado o programa de Sericicultura (bicho da seda). Os resultados todos sabem. A fábrica passou seus primeiros 4 anos, fechada, e até hoje a fábrica de sucos de Paranavaí é subutilizada. E o Bicho da Seda acabou aqui. Os barracões e as 390 mil telhas que vieram para cá, não encontramos mais nada.

Ineficácia Também do Paraná 12 Meses

Podemos mostrar ainda um outro dado para confirmar a ineficácia dos programas governamentais aqui:

Segundo FONTE 2006: Do total investido pelo programa Paraná 12 meses no Estado, ao longo do seu período de aplicação desde 1996, a região do Vale do Ribeira recebeu um valor insignificante de R$ 3 milhões. O valor aplicado em todo o Paraná até maio de 2005 foi cerca de R$ 496 milhões (SEAB, 2005). Portanto menos de 0,6% veio para o Vale do Ribeira.
Outro exemplo: Dos quase 3 mil quilômetros de estradas rurais adequadas, o Vale foi contemplado com NADA. Com exceção de casas e da rede de esgoto, pouco de relevante foi realizado.

O Que Faria Crescer a Região

Segundo FONTE 2006: Nunca antes se pensou em programa de Desenvolvimento Rural que contemplasse:
- Resgate dos valores, costumes como ascendência, gastronomia, o relembrar de histórias, objetos antigos, vocabulário, vestimentas, saberes, crenças. Podem ressurgir, desse modo, as artes, artesanato local, linguagem que recuperados ao cotidiano podem ser transformados em atrativos como diferenciais para o turismo
- A própria produção agrícola, quando transformada ou tratada de forma agroecológica, beneficia o ambiente e contribui para uma melhor qualidade de vida dos agricultores e dos visitantes (BRASIL, 2004).
Hoje programas de Desenvolvimento Rural que pensem nestes tópicos acima, podem ser eficazes e resolver o problema de geração de renda e busca da igualdade na distribuição desta renda.
Não basta só isto. No relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), existe hoje um consenso entre os países que se tornaram desenvolvidos de que, a descentralização, isso é, a transferência de mais autoridade às administrações locais e a concessão de mais liberdade às organizações populares e não-governamentais (ONGs) representam pré-requisitos para o desenvolvimento socioeconômico.

Assistência Técnica

É sabido que na criação de políticas públicas agropecuárias passadas para o Vale do Ribeira, os técnicos também têm culpa no pensar em programas centralizadores, como os mostrados até aqui.
Mas o que se quer fazer hoje também é perigoso: o deixar completamente os técnicos de lado, colocando somente os atores principais para resolverem seus problemas. Boa parte dos problemas hoje é devida justamente isto: reunir somente produtores para resolver os problemas agrícolas e pecuários de uma região.
Isto nós podemos comparar também pela riqueza do passado e a pobreza atual na região do Vale do Ribeira.
Há 20 anos, Cerro Azul era o maior produtor de tangerina do Brasil, com 4.000.000 pés, na sua maioria ponkan, e tinha cerca de 4.000 produtores de laranja, tangerina e limão.
A Caixa de Ponkan era vendida por cerca de R$ 5 a 6 reais se comparado com o dinheiro de hoje.
Para Cerro Azul vinha dinheiro em investimentos da LBA, BID, Banco Mundial, Paraná Rural, Governo Federal, Mineradoras, Reflorestadoras..., projetos estes feitos e implantados por técnicos.
A riqueza por aqui corria.
Hoje, o que vemos aqui é um outro quadro.

- O número de produtores de ponkan e laranja no município está decrescente, e é menor que 2200 produtores.
- O número de pés de laranja praticamente foi reduzido pela metade (2 milhões de pés).
- Poucas pontes e bueiros novos foram construídos.
- Boa parte das pontes e bueiros atuais estão precisando de reforma.
- As estradas de 20 anos atrás eram melhores que as de agora.
- Algumas estradas desapareceram tomadas pelo mato ou por buracos imensos.
- Muitos postos de saúde e escolas estão praticamente aos pedaços. E alguns nem são usados.
- Os funcionários ganham muito menos que ganhavam antes.
- Agora o Paraná já tem o fungo Pinta Preta que ataca a laranja e a tangerina, e até nisto Cerro é o primeiro: o primeiro município do Paraná com Pinta Preta nos citros.
- Baixos Preços de todo os nossos Produtos: feijão, tangerina, laranja, limão, maracujá, milho, comparado aos altos preços dos impostos, adubos, sementes, mudas, vacinas...
- Falta completa de cursos profissionalizantes.

Há 20 anos, a Emater tinha 01 agrônomo, 01 Médico Veterinário, 02 técnicos agrícolas, 01 assistente social, 1 Aux. Administrativa, 01 Aux. de Serviços Gerais, num total de 7 profissionais.
Hoje são 04, e 2 estão se aposentando nos próximos anos. (Hoje 2010 são apenas 3, e 1 se aposenta breve).
O desmonte gradativo da estrutura de Assistência Técnica Estadual, faz com que hoje tenhamos menos profissionais atuando na região do Vale do Ribeira do que há 20 anos.
A Pinta Preta apareceu por isto. A cooperativa não veio também por causa disto. A larva minadora se alastrou pelo município por isto. O Roundup é muito utilizado na região por isto. E outras doenças graves podem se instalar aqui por causa disto.
Ou montamos equipes de técnicos para realmente atuar na região, auxiliando nas políticas de crédito rural, políticas governamentais e auxiliando a ação dos produtores, ou ainda maiores problemas aparecerão.

Conclusão: Temos a Possibilidade de Mudar a História
Segundo FONTE 2006: Os programas implantados nunca sequer arranharam a superfície das causas estruturais, como deficiências de estradas, saúde e educação. Além de dotações de recursos insuficientes, os programas ou os projetos implantados sempre foram concebidos na capital, longe da participação local, comunitária. Sem a atuação da comunidade não existe comprometimento da mesma e os recursos locais podem estar sendo desconsiderados ou desperdiçados. Sem a participação da comunidade não há formação de um tecido social que efetivamente cimente ou alicerce o desenvolvimento de forma duradoura e sustentável.

Como desenvolver a zona rural?
O primeiro passo é levantar potencialidades, organizar as forças vivas do local para que eles dêem o pontapé inicial em todo o processo. O poder público funciona muito mais como um animador.
Não basta vender um produto, mas mostrar sua origem, sua história, sua trajetória. É preciso agregar ao produto o valor do local.
Os projetos são pessoais, de um candidato ou grupo político.
A cada eleição, vemos uma mudança completa nos planos, rumos e prioridades, causando descontinuidades que dificultam, retardam ou paralisam o desenvolvimento.

Por isto precisamos que as forças vivas do local é que tomem a frente das causas, das bandeiras, das ações.
Se deixarmos para a Prefeitura e o Estado, quando eles saírem de seus mandatos, tudo morre.
E até aqui foi assim.

Novamente palavras proféticas. O que já não aconteceu, está acontecendo.

Acima tivemos acesso às informações da cooperativa que existia em Cerro Azul e região no passado. O fracasso foi a intervenção dos atravessadores, querendo cada um ganhar mais e mais.

Não temos tido muito acesso às informações de alguma cooperativa de comercialização e assistência técnica funcionando em Cerro Azul como está aqui detalhado.

A solução para Cerro Azul é uma cooperativa de comercialização e assistência técnica que abranja todos os produtores, ou que pelo menos esteja aberta para todos os produtores.

Quando se cria uma cooperativa que, por exemplo, em seu Estatuto só permite a entrada de pecuaristas, ou só de citricultores, ou só patrões, ou só

empregados rurais, ou somente agricultores familiares, a solução pretendida que fala este trabalho se vaporiza, se consome, queima, não funciona.

Afinal, se queremos acabar com o atravessadores, temos que ter mecanismos internos (estatuto, regimento interno...), e mecanismos externos (recursos, caminhões, assistência técnica, lugar para armazenagem e frigorífico, política de preços, bônus, cotas...) que viabilize que estes atravessadores não detonem com a cooperativa ou com o mercado.

Se por exemplo restringimos a cooperativa somente para agricultores familiares, podemos inviabilizar a cooperativa, ou a solução aqui pretendida de uma atividade como é a Citricultura. Isto porque agricultor familiar é aquele que não pode ter mais de 1 no máximo 2 funcionários ou contratados como mão-de-obra paga.

Segundo o LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006, no seu Art. 3º item II - para ser agricultor familiar precisa que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.

Poucos citricultores se encaixam neste perfil, uma vez que na época da colheita, **muitos colhedores são contratados**, assim como na capina e outros tratos culturais. Se esta cooperativa de agricultores familiares levar ao pé da letra seu estatuto e a lei vigente para a agricultura familiar, esta cooperativa não serve para a Citricultura em Cerro Azul.

A cooperativa ou associação criada precisa também fazer o que a FUNDECITRUS faz em São Paulo, mas agora na região de Cerro Azul. Sobre este assunto criamos aqui capítulo específico.

Portanto uma hipotética Cooperativa somente de agricultores familiares, pode não ser a solução plena e completa aqui almejada, que iria atender a todas as necessidades exigidas para a Citricultura e Fruticultura na região, a não ser que seja mais flexível para seu corpo técnico e para seu corpo de associados.

5. Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto

Figura 16 - A represa projetada da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, inundando 5 municípios

No final da década de 80, a CBA - Companhia Brasileira de Alumínio, começou a comprar terrenos, sítios e fazendas na região com a finalidade de fazer a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, no rio Ribeira.

Raciocinando que poderia comprar os municípios envolvidos, pelo preço baixo das terras da época, não se importou em atentar contra o lado social, familiar e ético nas negociações, e criou equipe de compra que tinha a finalidade de somente pagar o menor preço possível, independente de quem seja, para onde iria as famílias envolvidas ou o que aconteceria com a região.

Comprou então parte das terras onde o lago da usina afetaria, e tirou o povo de lá. Quem ficou, isto é, quem não teve a terra comprada, como por exemplo comerciantes da região, quebraram por falta de quem vender nas vilas fantasmas, ou se inviabilizaram, por não ter mão-de-obra disponível.

Veja o que relata o pessoal do ISA - Instituto SocioAmbiental registrado no Jornal Folha do Vale número 9 de setembro de 2005:

Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto Esbarra em Passivo Social
Por Bruno Weis do ISA - Instituto Socio-Ambiental em www.isoambiental.org

Ao retomar o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, empresa se depara com o passivo social do empreendimento, composto pelo

abandono de famílias de pequenos agricultores, desarticulação dos bairros rurais e ausência de investimento público nas localidades.

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), dona do projeto da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tijuco Alto, realizou no final de julho uma série de encontros com as comunidades ribeirinhas da região do Alto Vale do Ribeira para apresentar uma proposta de reassentamento às famílias que poderão ser atingidas diretamente pela barragem (leia mais aqui), se o licenciamento ambiental for aprovado. De olho no futuro, entretanto, a empresa se deparou com o passado. Um dos principais assuntos levados pelos atuais moradores aos representantes da empresa e da Cnec Engenharia - que está produzindo o novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE - foram os problemas criados para a região e seus moradores pela compra de terras executada pela empresa entre 1988 e 1997. É o chamado passivo social de Tijuco Alto.

Naquele período, a CBA adquiriu 379 imóveis rurais - que hoje representam 60% da área do reservatório projetado em 59 quilômetros quadrados. A compra dos imóveis – interrompida em 1997, quando a Justiça Federal anulou o processo de licenciamento da usina - teria provocado a queda na renda e o aumento do desemprego de ex-proprietários e ex-moradores, alterado o perfil sócio-econômico de toda a região do Alto Vale do Ribeira e prejudicado a vida dos atuais habitantes.

Aproximadamente 228 famílias de meeiros, arrendatários, parceiros ou posseiros teriam sido largadas à própria sorte. “O destino dos moradores prejudicados pelas compras realizadas pela CBA está na cabeça de todos”, admite a socióloga Ana Corbisier, da Cnec, responsável pela condução das reuniões. “Os atuais habitantes dizem que muitos ex-moradores encontram-se em precárias condições de vida, com filhos se prostituindo e se drogando. E falam que isso se deve a compra de terras pela CBA”. A socióloga afirma que um dos objetivos do atual projeto de reassentamento é fixar as pessoas na região, “pois a CBA foi responsável pelo êxodo de muitas famílias e não quer repetir o erro”.

Um dos erros da companhia, ao comprar os imóveis, teria sido o de não exigir dos então proprietários garantia de que repassariam parte do pagamento aos moradores responsáveis pelos cultivos e benfeitorias existentes (leia abaixo entrevista com Aldo Brighetti, funcionário da CBA que conduziu a aquisição das terras). “A CBA entrou na região adquirindo as terras sem um plano de comunicação conformado”, afirma Ronaldo Crusco, engenheiro da Cnec e atual responsável pela produção do EIA, que deve ser entregue ao Ibama ainda neste mês de agosto.

“Quando a terra onde eu trabalhava foi vendida, recebi uma casinha na beira do rio, sem terreno nenhum para plantar. Fiquei dois anos comendo de favor”, diz Ilso Rodrigues, que era arrendatário de uma propriedade na Ilha Rasa e hoje trabalha como motorista da própria CBA. Outros não obtiveram socorro equivalente. O presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais da cidade de Doutor Ulisses, no Paraná, Luís Manoel da Silva, estima que 120 famílias foram embora da área rural do município após a compra das terras. “Quem não era proprietário ficou em situação complicada, pois não conseguiu arrendar outra, e foi embora sem dinheiro algum”.

O impacto assusta ainda hoje a população local. Um dos 19 funcionários da CBA, que atua na área do projeto da barragem, teme pelo próprio futuro caso o reservatório seja formado. “Não sei o que acontecerá comigo quando as águas chegarem, não tenho nenhuma garantia de continuar empregado”. O funcionário, cujo nome será preservado, conta que os moradores vizinhos da barragem estão preocupados com a possibilidade de serem transferidos para outros locais. “O pessoal sabe que muita gente que já vendeu as terras se arrependeu pois não encontrou os mesmos benefícios nos novos lugares, não conseguiu abrir uma roça nem criar galinhas e porcos”.

A reportagem do Instituto Socioambiental acompanhou duas das nove reuniões promovidas pela CBA no mês passado.

Em uma delas, no bairro de Ilha Rasa, no município de Ribeira, o fantasma da compra das terras estava presente. “Antes da CBA chegar aqui havia 80 famílias, era um lugar movimentado. Hoje vivem aqui 45 famílias e parece que o bairro acabou”, reclama o agricultor Anderson Sales Ricardo, 34 anos. Ele conta que seu pai tinha um armazém no lugarejo e teve que fechá-lo por falta de movimento. “A empresa comprou os grande imóveis e acabou minando os pequenos produtores. E o pior é que as terras que a CBA comprou são produtivas, mas ficam fechadas para regime de comodato”, afirma Anderson.

Êxodo rural e favelização

O passivo social de Tijuco Alto será inclusive objeto de capítulo específico no novo EIA do empreendimento. O trabalho deve apontar que os antigos proprietários também foram prejudicados pela maneira como a CBA conduziu o processo de aquisição de terras. Isso porque uma pesquisa da Cnec recuperou o paradeiro de 186 dos 286 donos que venderam suas terras para a CBA. Os técnicos da empresa entrevistaram 46 ex-proprietários. Um dos pontos do questionário tratou da negociação para a compra dos imóveis. O levantamento identificou uma série de problemas na compra das propriedades, como a falta de informação sobre o projeto de Tijuco Alto e a ausência de entidades sociais na intermediação entre os agricultores e a empresa. “A população não tinha informação nenhuma e era contatada por funcionários da CBA que faziam a medição dos imóveis, sem preparo algum para falar de negócio”, conta Maria Aparecida de Carvalho, coordenadora da pesquisa. “Só depois vinha um funcionário da CBA para negociar, em um processo realmente muito desarticulado”.

O Ministério Público Federal também constatou problemas na aquisição dos imóveis. Em laudo pericial produzido em 2001, a partir de consultas à população do Alto Vale do Ribeira – e no qual o órgão se baseou para solicitar ao Ibama o cancelamento do licenciamento da obra -, técnicos do MPF reproduzem relatos de parte da população atingida que fazem referência ao atendimento desigual conferido aos ocupantes das áreas, como empregados, posseiros e parceiros de produção dos proprietários. O laudo aponta que a falta de atendimento a estas categorias de moradores resultou em “processos de expulsão, êxodo rural e favelização”.

Os relatos colhidos pelos técnicos do Ministério Público dão conta ainda da falta de critérios claros por parte da CBA para indenizar cultivos e benfeitorias presentes nos imóveis. Durante as reuniões sobre reassentamento, este problema foi confirmado por moradores. “As plantações de banana não foram indenizadas por serem consideradas nativas. Quem me garante que agora serão?”, indaga o agricultor Miguel Grati Voner, que cultiva a fruta há 14 anos na Ilha Rasa.

O laudo pericial do MPF de 2001 também registra relatos que dão conta do “uso de truculência e coação nos processos de negociação, práticas especulativas expressas em sucessivas avaliações tendentes a depreciar o valor da terra para fins de aquisição e ação de oportunistas como intermediadores nas negociações de compra da terra”. E afirma ainda que a compra de terra por atacado provocou o aumento do custo da terra na região, impedindo que as famílias permanecessem próximas a suas antigas propriedades.

Desarticulação e isolamento

De acordo com o MPF, a aquisição dos imóveis sem a realização da obra provocou a desarticulação social entre as famílias e comunidades rurais do Alto Vale do Ribeira, muitas das quais permaneceram na região isoladas de antigos vizinhos. “As relações comunitárias entre parentes e vizinhos sempre foi a base da coletividade destes bairros rurais, com muita relação de ajuda e troca entre as pessoas. Mas essa solidariedade se perdeu com a compra das terras”, confirma Maria Aparecida de Carvalho, da Cnec. “Qualquer empreendimento que é interrompido na metade deixa a população num vácuo”.

Débora Stucchi, antropóloga do Ministério Público Federal, afirma que a resolução deste passivo social deveria condicionar a continuidade do licenciamento da UHE. “Mesmo que estes ex-moradores fossem localizados, os laços quebrados nestes anos todos não poderiam ser refeitos”, diz. A antropóloga chama de “face oculta” do licenciamento o destino dos ex-moradores. “Como a aquisição das terras foi totalmente irregular, não dá para falar em novo licenciamento sem que este passivo seja resolvido”. Para ela, a população que foi obrigada a sair da região deve receber o mesmo tratamento daquela que será abordada pela empresa daqui em diante. Ronaldo Crusco, da Cnec, concorda. “Aqueles que trabalhavam numa terra alheia que foi vendida e que saíram sem nada, esses temos que buscar para envolver no reassentamento. É a única solução”.

“Abandonaram a gente”

O levantamento feito pela Cnec ainda aponta o agravante de que toda a região incluída no projeto do reservatório de Tijuco Alto deixou de receber investimentos privado ou público. “Hoje ninguém pensa em investir na propriedade, em sua terra, imagine então um gestor público na hora de construir uma escola, criar uma linha ônibus. Ele vai pensar em fazer isso numa região que não corra o risco de ser inundada”, afirma a consultora Maria Aparecida de Carvalho. A permanente perspectiva da região ser inundada teria afetado inclusive

o investimento das prefeituras locais em serviços básicos em saúde, educação, transporte e iluminação pública.

Os bairros rurais localizados dentro do projeto do reservatório teriam sido abandonados pelo poder público. “Antes pelo menos tinha ônibus que levava todo mundo para a cidade. Agora nem os doentes conseguem transporte”, reclama Dona Dolinda Mello, 56 anos, moradora da Mina da Rocha, bairro rural da cidade paranaense de Cerro Azul. A agricultora, que mantém plantações de feijão, milho, palmito e legumes para subsistência, acredita na existência um acordo entre as prefeituras locais para dificultar a vida dos moradores que vivem nas áreas que serão alagadas caso o projeto de Tijuco Alto seja executado.

“Abandonaram a gente, fecharam até o posto médico, para que a gente não resista na hora de sair”, acusa. “Eu nasci aqui e por mim ficava aqui até o final, mas parece que não tem jeito”.

Piora no padrão de vida

Maria Aparecida de Carvalho justifica parte dos problemas posteriores à venda dos imóveis ao momento turbulento pelo qual o País passava no final da década de oitenta e início da de noventa. Segundo ela, os sucessivos planos econômicos da época, incluindo o confisco da poupança do Plano Collor, provocaram a perda de boa parte do dinheiro adquirido na venda das terras.

“Além disso, a região sofria com o fim dos ciclos de exploração mineral e, com a chegada da cultura do Pinus, o aumentou o preço da terra. Nesse contexto, “a compra em massa de terras pela CBA foi mais um fator que provocou o infortúnio da população”.

De acordo com as entrevistas feitas pela Cnec, ex-proprietários que se mudaram para as cidades da região pioraram de padrão de vida porque deixaram de usufruir dos ganhos ligados à vida no campo, como alimentos mais baratos ou mesmo gratuitos. Os técnicos do MPF também registram que muitos agricultores que venderam suas terras para a CBA não conseguiram comprar, com o valor pago pelos seus imóveis, novas propriedades com condições equivalentes para a realização de suas atividades econômicas ou de subsistência.

Por tudo isso, a consultora Maria Aparecida de Carvalho, da Cnec, é objetiva: “o impacto de Tijuco Alto já aconteceu”. “Os proprietários ficaram com todo o dinheiro”

Entrevista com o Funcionário Aldo da CBA em Cerro Azul

Aldo Brighetti, 63 anos, é funcionário da Companhia Brasileira de Alumínio há 33 anos. Chegou há 15 anos na região do Alto Vale do Ribeira, junto com o projeto da UHE de Tijuco Alto. Hoje é o principal funcionário da empresa na região, onde é conhecido e respeitado por gozar da confiança do dono da companhia, o empresário Antônio Ermírio de Morais. “Ele diz que me deve Tijuco Alto”, diz Brighetti, um pouco em tom de brincadeira. Nascido em Bolonha, na Itália, o funcionário da CBA foi o responsável pela compra de todas as propriedades na região para a formação do reservatório da barragem. Ele deu a seguinte entrevista ao ISA sobre este processo de aquisição de terras:

ISA - Como o senhor avalia a aquisição de terras pela CBA entre 1988 e 1997?

Aldo Brighetti - Eu fico às vezes um pouco chateado com o que pessoal fala. Que nem nessa região de Ilha Rasa, nós não adquirimos quase nada lá, umas duas ou três propriedades, quase não mexemos nesse núcleo, mas o que aconteceu: quando eu fiz a aquisição das propriedades, paguei até por lucro-cessante, os donos receberam tudo o que tinham direito. E os proprietários tinham meeiros, e o que eles fizeram? Até tinham me dito que precisavam disso e daquilo para indenizar os meeiros. Tudo bem, está no processo de compra, tudo registrado. Só que eles não repassaram. Ficaram com todo dinheiro. E agora o pessoal joga isso pra nós, que a CBA tirou o pessoal e não indenizou.

Para o senhor a responsabilidade é exclusiva dos proprietários?

Havia nas propriedades um regime de meeiros, que plantavam maracujá. Então, quando negociamos, eles exigiram o que tinham direito, as benfeitorias, a produção que seria feita nos próximos anos. E disseram que passariam isso para os meeiros.

Mas isso foi feito em compromisso escrito ou apenas verbalmente?

Foi de palavra falada.

Não seria o caso de ter o compromisso por escrito, como garantia?

> Eu vejo que tenho que fazer isso. Mas não fui eu, Aldo, a CBA, que tirou as famílias das terras. Temos que voltar atrás e ver que a região produzia muito maracujá e chuchu e quando o preço de mercado caiu então o povo começou a sair e jogaram na CBA, que tem as costas largas. Eu estou aqui 20 anos e sei de tudo isso.
>
> ***Então o senhor não vê uma relação direta entre a compra de terras e saída das famílias?***
>
> Não vejo, queria que me demonstras-sem isso. Regiões como a Ilha Rasa estão intactas. Quantas famílias você acha que tinha numa fazenda de gado, como algumas das que compramos lá? Uma ou duas famílias, não mais do que isso. Então quando falam de 40, 60 famílias que nós...olha, eu gostaria de ter isso...
>
> ***Ainda assim o senhor faria diferente hoje, teria um documento por escrito do proprietário garantindo um repasse?***
>
> Tanto é que estamos com esse trabalho agora, estudando essa nova maneira de reassentamento para segurar o pessoal no campo e, se formos comprar hoje, vamos no sindicato, porque senão o sujeito gasta mal o dinheiro e vai pra debaixo da ponte e quem é o culpado? A CBA.
>
> ***É possível a CBA recuperar o paradeiro dos ex-moradores, como meeiros e arrendatários, para o futuro reassenta-mento?***
>
> Tudo isso está sendo feito neste estudo, neste novo recadastramento. Estamos conversando com as pessoas para sentir isso também.
>
> ***O senhor tem idéia de quantas pessoas saíram das terras adquiridas pela CBA?***
>
> Não tenho idéia, transferi tudo para a CNEC.
>
> ***Como foi o processo de compra?***
>
> O proprietário que vinha a nós, quando queria vender, e era uma negociação amigável. Era um processo amigável.
>
> ***Porque a CBA não envolveu alguma entidade social, como sindicatos, para participar como garantia?***
>
> Não sei, nem posso te falar, se passou despercebido, a gente estava tão bem com o povo.
>
> ***Olhando para trás o senhor faria tudo de novo?***
>
> Hoje só compramos com a participação do sindicato, para que ele veja que querem vender para nós. Queremos segurar o pessoal no campo. E estamos abertos para vários negócios.
>
> ***Como o doutor Antônio Ermírio coloca a construção de Tijuco Alto entre as prioridades da CBA?***
>
> Olha, todo o material mecânico, as turbinas, está tudo adquirido. Só falta a obra civil. Sempre que ele me encontra me diz "pô Aldo, estou devendo Tijuco para você". Eu estou quase aposentando mas tenho tanto amor nisso tudo que gostaria de ver o projeto certo. Ele sempre me dá esse apoio. Eu gostaria de fazer isso antes de parar.
>
> ***O Ministério Público Federal produziu um relatório em 2001 sobre a compra de terras pela CBA que apresenta relatos de negociações pouco justas.***
>
> Quem fez todas as compras fui eu e lhe digo que estou pronto para dar qualquer resposta, caso por caso. Se fosse isso, seria eu que teria feito isso. E nós não forçamos as compras, era o pessoal que nos procurava. Hoje a gente sente que o correto é a gente deixar a pessoa na região. E ocorreram coisas absurdas, mas deixa para lá, não vamos entrar em detalhes...

A CBA alegava que para a acusação de que as pessoas que venderam estão numa pior, ou a acusação de um passivo ambiental, diz que faltavam provas, que era tudo montado e leviano. Esta carapuça caiu completamente com a tese de Alexandre Cosme José Jeronymo, da USP, São Paulo 2007. **Deslocamentos de**

Populações Ribeirinhas e Passivos Sociais e Econômicos decorrentes de Projetos de Aproveitamentos Hidrelétricos: A Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto/SP - PR.

Foram feitas 46 entrevistas em sua tese: com proprietários e não proprietários que venderam, com os que não venderam, com os que venderam e estão morando nas cidades, com os que venderam e estão morando em Cerro Azul etc. **E a conclusão é de existência evidente de passivo social.**

JERONYMO 2007 chama na pg. 130 de **deficiente projeto Tijuco Alto**. Na pg. 129 "fala que as famílias estão esperando ainda a reconstrução de um novo ambiente para a reprodução social, e que hoje estão lançados à própria sorte".
Na página 127 JERONYMO cita que "o propalado desenvolvimento regional apresentado para o projeto Tijuco Alto, não aconteceu". Isto tudo feito através de entrevistas. Muitas outras acusações contra a CBA a tese de JERONYMO faz. Então a CBA agora não tem mais como dizer que os "ambientalistas" estão inventando... Agora está provado.

Este é o exemplo claro e evidente, citado neste documento, de falta completa de ética social e de pensar no desenvolvimento rural. Tijuco Alto pensou somente em seus umbigos, em pagar o menos possível, fazer o menos possível e ganhar o mais possível. "Que se lixe o social."

A seguir apresentamos a Reprodução e Discussão de Alguns Pontos do RIMA de Tijuco Alto, feita no Jornal Folha do Vale n. 12, página 3, pelo Eng. Edson de Almeida e Franzen, em Janeiro de 2006, logo após sair o RIMA de Tijuco:

> Na condição de presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente e presidente do MAE - Movimento de Ação Ecológica, além de editor deste jornal, vejo a necessidade de analisar e informar nossos leitores sobre alguns aspectos encontrados no RIMA - Relatório de Impacto Ambiental da Usina de Tijuco Alto. Veja aqui alguns dos pontos que julgamos polêmicos.
> Vemos na pg. 89 do RIMA
> **Impactos no Meio Socio-Econômico**
> Interferência sobre população rural e urbana
> *(...) De natureza negativa, quando relacionada ao descrédito da concretização do projeto e à mudança do modo de vida da população, especialmente a rural, que já teve sua vida e rotina modificadas.*
> *(...) Ao término das obras da UHE Tijuco Alto, há progressiva desmobilização da mão-de-obra contratada e tendo em vista as poucas possibilidades de absorção dessa mão-de-obra na região, isto gera insegurança pela perda do emprego.*
> *Outro impacto gerado a partir da expectativa quanto à dinamização da economia regional, com novas possibilidades de trabalho, é a atração de população de outras regiões para os municípios onde as obras civis deverão estar localizadas, como Adrianópolis, Ribeira e Cerro Azul. A ida de pessoas em direção à essa região poderá desencadear pressões*

sobre a infra-estrutura local e interferências sobre as populações locais. Haverá aumento da demanda por serviços de saúde, educação e segurança pública.
(...) Outro impacto social está ligado à possibilidade de maior incidência de prostituição (...).
(...) Quantificando os imóveis e famílias atingidas as pesquisas indicam que nos bairros Quarteirão dos Órfãos e Barra do Rio Ponta Grossa, pertencentes ao perímetro urbano de Cerro Azul, serão afetados pela formação do futuro reservatório, 113 famílias residentes em 88 imóveis. (...)
(...) A população rural atingida pelo empreendimento é aquela residente ao longo do rio Ribeira de Iguape, nos municípios de Ribeira, Itapirapuã Paulista, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Adrianópolis, cujos territórios serão parcialmente alagados pelo futuro reservatório. Estima-se 303 imóveis rurais, onde vivem 576 famílias.
(...) Vale ressaltar, ainda, os impactos relacionados ao processo de aquisição de terras efetuadas pela CBA no período de 1988 a 1999. Nessa época, quando já estava em andamento o processo de licenciamento do empreendimento, a CBA começou a adquirir as terras rurais necessárias à formação do reservatório. O processo de negociação voltava-se exclusivamente aos proprietários dos imóveis, sendo que ***eles deveriam se responsabilizar pelos meeiros, arrendatários e empregados que moravam em suas terras. O resultado é que este segmento de não proprietários acabou por deixar as propriedades sem qualquer assistência.*** (grifo nosso). *Sabe-se que a maioria dos proprietários que venderam seus imóveis continua residindo na região. Para esta situação a CBA está propondo um programa de compensação à população rural, que no caso de reassentamento procurará atender pequenos proprietários e não proprietários.*

"Gostaria de deixar bem claro aqui que a CBA/CNEC tem entrevistado os ex-proprietários de terra compradas no passado e não os Meeiros, Arrendatários, Posseiros abreviado aqui de MAP. Quando os proprietários receberam o dinheiro da compra pela CBA, avisaram para os MAPs saírem de suas terras, e literalmente saíram: com uma mão na frente e a outra atrás."

Interferências Sobre a Economia dos Municípios
(...) A economia local deverá ser estimulada pela instalação da usina, que irá gerar empregos diretos (1.400) e indiretos (para cada 4 diretos haverá 1 indireto).(...)
(...) A parte devida aos municípios é distribuída proporcional-mente segundo a área inundada em cada um deles. O total previsto desse repasse aos municípios e que é devido diretamente pelo empreendedor é de R$ 785.318,30 por ano (...).

Número de Imóveis
Na pg 63 do RIMA encontramos: *(...) Esse processo de compra de áreas aconteceu de1988 a 1999. Durante esse período, foram adquiridos 377 imóveis dos 660 identificados na época.*
Levantamento recente, realizado com base em foto aérea de dezembro de 2004, indicou a existência de 303 imóveis (afora os já adquiridos pela CBA) na área rural atingida, nos quais existe algum tipo de utilização agropecuária. (...)

São 2330 ha inundados que tem aptidão para lavouras
Dos 5180 hectares que devem ser inundados, 2330 hectares têm alguma aptidão agrícola. Isto está na página 94 do RIMA.
E na página 76 do RIMA: *A área a ser alagada será da ordem de 51,8 km2 (5.180 ha ou 2.140 alqueires), descontando-se a calha do rio. Desse total estima-se que 35% são terras aptas a pastagens e 46% tem alguma aptidão (boa, regular ou restrita) para agricultura.*

Os Empregos na Usina são Temporários
Na pág 94 do RIMA: *(...) Com a demissão de trabalhadores a massa de salários que circulava nos municípios tende a cair, gerando dificuldades. A arrecadação de impostos, principalmente o ISSQN, deverá sofrer uma queda em comparação com os aumentos de receita que aconteceram durante a fase de obras. (...)*

Muita Destruição na Inundação de Tijuco Alto
Na pág. 47 aparece que *8 feições secundárias* como tocas, buracos, paredões com alguma expressão espeleológica serão inundados, além de 2 cavernas (a Gruta do Rocha e a Gruta da Mina do Rocha).
Na pág. 96 aparece que serão cobertos pela água: 130 Km de rede Elétrica, 4 pontes e o lugar da balsa.
Segundo o RIMA na página 97, 30 equipamentos sócio-culturais serão afetadas ou inundados: 7 Escolas, 3 Postos de Saúde, 17 Igrejas, 3 Cemitérios.
E na página 98 aparece que serão inundados ou afetados 35 sítios Arqueológicos.

Vale a Pena?
Tudo isto para gerar cerca de 282 mil por ano (no caso de Cerro Azul), pouco mais de 23 mil por mês? Será que se aplicarmos, digamos em turismo, investimentos e esforços muitos menores do que serão aplicados na construção da Usina, e no conserto de seus estragos, não teríamos um retorno mensal muito maior? Vale lembrar que só no dia 7 de setembro foram 3000 turistas para Morretes. Se cada um deixou somente R$ 10,00 em média, são mais de R$ 30 mil em um único dia!

Quando vai Iniciar o 'Contato' com a Comunidade?
Na página 116 do RIMA encontramos o Programa de Comunicação Social que a CBA/CNEC pretende implantar na região. Reproduzimos aqui na íntegra:

Programa de Comunicação Social
É direito da sociedade saber dos investimentos realizados na sua região e a comunicação social é o instrumento básico para o exercício da informação, traduzido num sistema permanente de esclarecimentos referente, entre outros, ao projeto, aos prazos e andamento das obras, seus impactos no quadro de vida físico-biótico e socioeconômico, assim como e, principalmente, sobre as condutas que serão adotadas pelo empreendedor no processo de negociação.
Para garantir esse direito da sociedade, o Programa de Comunicação Social prevê:
- *O reforço do relacionamento entre empreendedor e os diversos segmentos sociais envolvidos na implantação da UHE Tijuco Alto, visando maior integração e facilitação nas negociações, e revelando para a comunidade interessada a responsabilidade sócio-ambiental do empreendedor;*
- *A garantia do amplo e antecipado acesso ao conjunto das informações sobre o empreendimento;*
- *A transparência do processo de negociação;*
- *A incorporação ao processo dos anseios da população afetada, envolvendo a mesma nas soluções propostas;*
- *A aproximação do empreendimento das comunidades atingidas, usando instrumentos de comunicação social como reuniões, folhetos, palestras, grupos de discussão, entre outros, para informar e esclarecer a população;*
- *A criação de vínculos com as comunidades de interesse por intermédio de contatos pessoais e constantes;*

- *Que parcelas representativas das comunidades da região sejam parceiras do projeto e apóiem outras parcelas, preferencial-mente minoritárias, acessíveis a um diálogo democrático;*
- *A divulgação de ações ambientais de interesse da coletividade.*

Até Hoje a CBA não fez Nada pelo Vale do Ribeira

Nós do Jornal Folha do Vale gostaríamos muito que o Programa de Comunicação Social descrito no RIMA e apresentado aqui, saísse do papel e se viabilizasse no Vale do Ribeira. Só que hoje este canal de comunicação inexiste em Cerro Azul, o município onde terá a maior área alagada e sede da CBA na região, e que tem a pessoa do seu Aldo e Cida Briguethi no comando, respondendo pela CBA no vale.

O casal está silencioso quanto ao que este Jornal tem denunciado constantemente: o passivo social e financeiro de mais de 19 anos na região. Foram desalojadas mais de 3000 pessoas das suas propriedades, diminuiu a produção no município, o número de habitantes por causa de Tijuco Alto, diminuindo o Fundo de Participação dos Municípios nos últimos 19 anos, e parece que o casal está ainda preocupado em comprar terras e fazer festas (nova versão do pão e circo). Mas nenhuma boa ação direcionada para amenizar o sofrimento de nosso povo.

Quem são os responsáveis por comprar terras como eles, tem sua medida de eficiência no quanto menos gastar melhor. Mas para o lado social, de ações concretas resolvendo o passivo social, é necessário gastar, ou melhor investir, se for bem gasto. Portando, para não haver um grande contra-senso, seria necessário alguém ser responsável pelas compras e outra pessoa ser responsável pelo lado social, pois até hoje, a CBA não fez uma quadra de esportes, ou uma creche, ou doou produtos ou serviços para as pessoas daqui, ou ajudou uma escola, ou construiu uma ponte para o município, ou sentou na mesa de discussão com a finalidade de ouvir, ajudar ou prestar algum serviço para uma associação sequer em Cerro Azul.

Nós perguntamos: Se a CBA não fez nenhuma espécie eficiente de Programa de Comunicação antes, nos mais de 19 anos que está presente aqui, será que fará agora?

Precisamos de Outras Pessoas para o Social da CBA

Este Jornal, na sua humilde intervenção, pede que sejam colocados outros interlocutores em Cerro Azul para responder pelo social no Vale do Ribeira, e que imediata-mente iniciem conversações com as associações, conselhos, fóruns do Vale, comerciantes e empresários, e coloquem em prática o Programa de Comunicação Social tão bem pensado e detalhado no RIMA, mas de papel.

Chegou o momento da ação...

Município	Área Município	Área Reserv.	%	Vlr Previsto*
Adrianópolis	133.300 ha	995,83 ha	19%	149.210,48
Cerro Azul	134.600 ha	1846,20 ha	36%	282.714,59
Doutor Ulysses	78.000 ha	885,27 ha	17%	133.504,11
Itapirapuã Paulista	40.700 ha	506,96 ha	10%	78.531,83
Ribeira	33.600 ha	935,74 ha	18%	141.357,29
Total	**420.200 ha**	**5.170 ha**	**100%**	**785.318,30**

Tabela 8 - Percentual e Área inundada de cada município.

5.1. Conclusão

A análise feita pelo Eng. Edson Franzen sobre o RIMA de Tijuco, foi um pormenorizado levantamento dos pontos desfavoráveis ou negativos do RIMA para o empreendimento e para a população dos municípios.

O passivo social apresentado pelo ISA associado com estes pontos levantados acima tornam o projeto inviável, ou pelo menos passível de um ressarcimento enorme por parte da CBA o mais rápido possível, para amenizar as perdas já ocorridas e que vêm acontecendo.

A população da região deveria entrar com uma ação reparatória contra a CBA pedindo ressarcimento do montante perdido até aqui.

Saindo ou não saindo a usina, a CBA deve muito a estes municípios, principalmente a Cerro Azul, município que teve a maior quantidade de terras compradas, e que hoje estão abandonadas, a maioria terras produtivas.

ISTO É QUE É UM GRANDE EXEMPLO DE COMO SE FAZ "INDESENVOLVIMENTO RURAL".

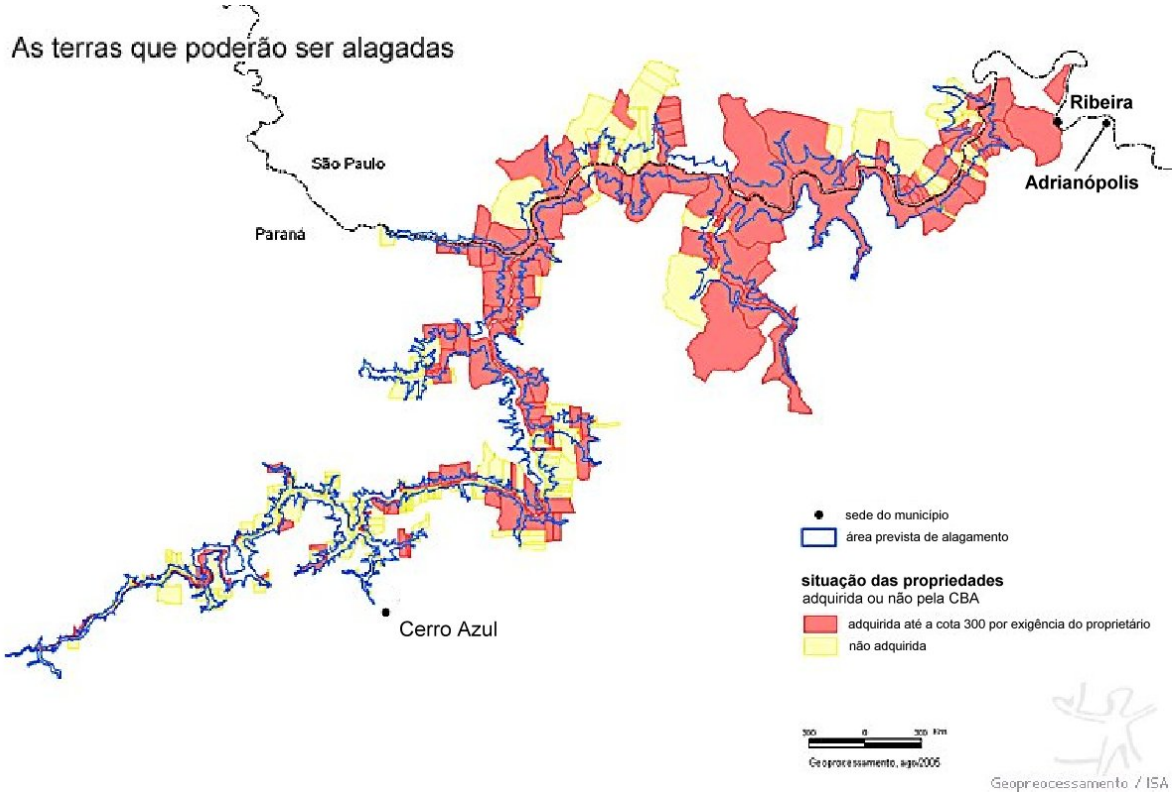


Figura 17 - As terras que poderão ser alagadas, mostrando as terras já adquiridas (em vermelho) e as terras a adquirir

6. Soluções

6.1. Criação de Associação, Cooperativa e Fundevale

Veja o que está no Folha do Vale n. 13, pg 5 de abril de 2006.

Alguns Centavos Por Caixa Salvam a Citricultura de São Paulo

Fica em Araraquara, na região central de São Paulo, a sede do principal aliado do produtor que batalha contra as doenças e pragas dos laranjais.

O **Fundecitrus - Fundo de Defesa de Citricultura**, nasceu em 1997 como uma fonte de recursos para indenizar proprietários de pomares erradicados em razão do cancro cítrico, doença considerada como o mal maior do setor à época. Logo, porém, o órgão voltou-se à orientação dos produtores sobre a doença, tornando-se mais tarde encarregado do monitoramento dos pomares e da prevenção do cancro. O Fundecitrus passou naturalmente a se responsabilizar pela geração e repasse de informações sobre as principais questões sanitárias relacionadas à citricultura realizando e financiando pesquisas cientificas, inclusive em parcerias internacionais.

A instituição mantém 14 centros de apoio fitossanitário e 33 escritórios regionais em território paulista. É sustentada, basicamente, pela contribuição voluntária de produtores e indústrias, que **destinam, cada um, nove centavos de real por caixa de laranja comercializada**. A inspeção e as erradicações ligadas ao cancro cítrico consomem dois terços do orçamento de 45 milhões de reais do fundo. O dinheiro ainda financia pesquisas como as que vêm sendo realizadas para desvendar as lacunas sobre o greening.

Em que pé estão

A citricultura brasileira tem sido vitima de sucessivos ciclos de enfermidades. Confira como esta à presença delas nos pomares nacionais:

CANCRO CÍTRICO – estima-se que apenas 0,14% dos talhões comerciais estejam contaminados, mas o grande problema está em pomares de chácaras e fundos de quintal.

MORTE SÚBITA – pouco se sabe sobre ela, mas como é parecido com a tristeza, provocando declínio rápido da planta, acredita-se que seja de origem virótica e tenha como vetor um pulgão. Estima-se que afete 1,5 milhões de plantas, em 30 municípios de São Paulo e Minas Gerais.

CVC – Sigla de Clorose Variegada dos Citros, chamada também de amarelinho. Há 43,84% de plantas com sintomas da doença em toda a zona citrícola. A incidência maior é no norte paulista e sul do triangulo Mineiro.

GREENING – provoca amarelecimento das folhas, desfolha intensa, produção de laranjas de formadas e queda dos frutos. Foi detectado pela primeira vez no ano passado, mas já tem presença confirmada em 46 municípios.

PINTA PRETA – doença fúngica, foi contatada pela primeira vez no Rio de Janeiro e tem algumas ocorrências em São Paulo. Afeta a aparência da fruta, mas não o sabor, ou seja, permite que seja utilizada na produção de suco, mas impede a comercialização in natura entre municípios e estados.

STUBBORN E MALSECO – a primeira está na Califórnia, e é similar ao greening. A outra seca a planta, ocorrendo na região do Mediterrâneo. Ainda não deram as caras por aqui, mas o Fundecitrus está atento.

A Única Saída para a Citricultura do Vale do Ribeira

Como não há interesse do poder público colocar mais agrônomos na região, para que o Certificado Fitossanitário de Origem possa ser realizado para todos os citricultores, resta agora para Cerro Azul e Dr. Ulysses utilizar a mesma idéia para salvar os Citricultores do Vale.

Este valor seria digamos de R$ 0,20 por caixa, e pagaria Assistência Técnica, Pesquisa, Monitoramento de Doenças e Pragas, Viveiros Telados de Mudas e o combustível e carros para a Assistência Técnica e Monitoramento.

Temos certeza que a Citricultura se manteria aqui como a principal cultura e fonte de renda.

Isto significa que já em 2006 falava-se que a solução é criar um Fundo como o fundo da Fundecitrus, e que este fundo viabilizaria a infra-estrutura necessária para a Citricultura e os agrônomos que faltam na região.

São 4 anos perdidos para a Citricultura. Em 4 anos, uma grande estrutura poderia ter sido montada, como rodolúvios, tanques de desinfecção, levantamentos e mapeamento de pragas e doenças, viveiro de mudas, produtores capacitados, técnicos capacitados e em número suficiente, propriedades visitadas, produtividade aumentada, produção e comercialização agroecológica iniciada, caminhões comprados, máquinas adquiridas e qualidade aumentada.

6.1.1. Nova Atuação da FundeCitrus

Antes irmos a fundo no assunto Fundecitrus, vamos acompanhar o que está descrito na página http://www.fundecitrus.com.br/Pagina/Noticia,275 como a nova forma de atuação da Fundecitrus:

> O Fundecitrus vai mudar seu foco de atuação no Estado de São Paulo. A nova postura foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da entidade com o objetivo de aprimorar o manejo das doenças. O assunto esteve em pauta durante reunião realizada com o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado, João Sampaio, na tarde do dia 18 de janeiro, quando um novo convênio foi discutido.
>
> As mudanças adotadas visam maior enfoque na conscientização e educação fitossanitária, prestação de serviços e capacitação de produtores. De acordo com o presidente do Fundecitrus, Lourival Carmo Monaco, a entidade enfatizará o conhecimento e a modernização tecnológica. “O foco será maior no produtor e na prevenção de pragas e doenças”, afirma.
>
> As novas diretrizes foram necessárias, pois, as ações de controle do greening foram insuficientes frente a dinâmica da doença. Em cinco anos, a incidência de talhões com a presença do greening passou de 3,4% para 24%. Dessa forma, o Fundecitrus vem buscando mecanismos que se mostrem mais efetivos no manejo da doença, embora entendendo que a redução do inóculo é o caminho que permite o controle.
>
> Para Monaco, as mudanças foram necessárias. “Vamos preparar os produtores para que eles façam o manejo adequado de seus pomares, focando na prevenção de pragas e doenças dos citros”.
>
> Na área de pesquisa, o Fundecitrus ampliará o desenvolvimento de conhecimento, a difusão e a incorporação às tecnologias. Na área técnica, as visitas, as palestras, os cursos e os treinamentos terão continuidade, sendo intensificados.
>
> Engenheiros agrônomos levarão – aos citricultores – recomendações para a condução adequada dos pomares. “Todos os citricultores continuarão tendo o apoio do Fundecitrus”, disse o presidente. Os produtores poderão contar ainda com o trabalho de diagnose por meio de análises

laboratoriais. Os levantamentos amostrais também serão feitos anualmente com as principais pragas e doenças.

A partir de agora, a inspeção e fiscalização de pomares ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA). Contudo, o produtor deve seguir as normas estabelecidas pelas legislações atuais para o controle das doenças cítricas.

História de sucesso

Em 33 anos de existência, o Fundo de Defesa da Citricultura sempre foi considerado um exemplo de competência em suas ações na política de sanidade das doenças citrícolas. Ações do Fundecitrus permitiram que 99% dos pomares não apresentassem sintomas de cancro cítrico durante dez anos.

Segundo o presidente Monaco, estima-se que a política de combate ao cancro evitou que gastos equivalentes a R$ 300 milhões fossem evitados caso a doença se expandisse. “No caso do *greening*, estabelecemos uma rede de pesquisa que permitiu entender o processo de disseminação e transmissão da doença”.

O Fundecitrus – Fundo de Defesa da Citricultura é uma associação de fins não econômicos, criado e mantido pelos citricultores, com personalidade jurídica de direito privado. Exerce importante papel na manutenção do maior parque citrícola do mundo, localizado no interior do Estado de São Paulo.

Quando foi fundado, em setembro de 1977, os citricultores e indústrias processadoras de suco buscavam uma solução para um problema grave e imediato – o cancro cítrico e, sem saber, davam um importante passo para a sobrevivência da citricultura paulista.

Hoje, o citricultor tem à sua disposição uma associação, respeitada mundialmente, pela sua vocação para a inovação, tanto no monitoramento de pragas e doenças, quanto para a geração e difusão de novas tecnologias.

Credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para realizar o monitoramento de pragas e doenças no estado de São Paulo e sul do Triângulo mineiro, auxilia a Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) de São Paulo e o Instituto Mineiro Agropecuário (IMA) na erradicação das principais doenças dos citros.

Missão: Assegurar a sanidade do parque citrícola, respeitando o Homem e o meio-ambiente.

O Fundecitrus tem por finalidades:

1. o monitoramento e respectiva avaliação técnica de pragas e doenças de interesse econômico para citricultura;
2. a realização de pesquisas científicas e tecnológicas sobre pragas e doenças da citricultura, visando o seu controle, e a transferência dessa tecnologia para que o citricultor possa dela se utilizar;
3. o financiamento de pesquisas científicas, realizadas em entidades de pesquisas, públicas e/ou privadas, nacionais e/ou estrangeiras, visando a otimização dos recursos e a aceleração dos resultados dessas pesquisas;
4. a realização de outros trabalhos técnicos, simpósios, congressos e treinamentos e cursos de extensão universitária, de interesse científico ou institucional, vinculado aos citricultores ou à citricultura, mediante prévia aprovação do Conselho Deliberativo do Fundecitrus; e

5. propugnar pela realização como executor de serviços de controle de qualidade, certificação de conformidade com as normas técnicas e tudo mais o que couber no âmbito do COMETRO – INMETRO, por delegação deste, ou outras instituições competentes.

O associado citricultor terá direito a um voto para cada 10.000 árvores ou fração que possuir. Dessa Forma, o produtor que tem 5 mil pés de laranja tem direito a um voto, o que tem 13 mil possui dois votos e assim por diante.

Portanto o que precisa ser feito no Vale do Alto Ribeira.

1. Criar uma entidade ou usar uma que atenda as necessidades aqui apresentadas, que gerencie a Citricultura no Município.
2. Esta entidade irá gerenciar os R$ 0,20 (por exemplo) de taxa por cada caixa colhida no município. Este montante pode passar de **R$ 1.000.000 por ano**, sem contar o % da venda das caixas de citros, uma vez que das caixas comercializadas pela entidade, uma parte do lucro fica na entidade, até porque a entidade vai conseguir melhor preço.
3. Este montante de recursos será utilizado para pagar a mão-de-obra técnica e funcionários, além da estrutura para assistência técnica, monitoramento de pragas e doenças, comercialização, e demais atividades, semelhantes a Fundecitrus.
4. Este entidade será responsável por um ou mais viveiros de citrícolas e de outras plantas certificadas, livres de pragas e doenças, proibindo ou monitorando a entrada de plantas oriundas de outros municípios ou estados.
5. Nenhum centavo é necessário dos cofres públicos, uma vez que a estrutura é paga pelos próprios produtores atendidos. Na verdade quem paga é o consumidor, pois quando se faz um aumento no preço da caixa, sempre é repassado para o consumidor. E este consumidor é que vai ganhar, com frutas de mais qualidade, orgânicas e certificadas na sua origem.

Nomes sugeridos para a Associação ou Cooperativa ou...

Até sugerimos aqui nomes para a entidade se esta for criada:

ICAR - Instituto de Citricultura do Alto Ribeira
ICV - Instituto de Citricultura do Vale do Ribeira
ICP - Instituto de Citricultura do Paraná
CCVaR - Cooperativa Citrícola do Vale do Ribeira
CCCADU - Cooperativa Citrícola de Cerro Azul e Dr. Ulysses
ICCADU - Instituto de Citricultura de Cerro Azul e Dr. Ulysses
AARADO - Associação do Alto Ribeira de Agricultura Diversificada e Orgânica
FundeVale - Fundo da Fruticultura do Vale do Ribeira.

Finalidade da Associação, Cooperativa...

Esta Associação tem a finalidade principal de atuar como a Fundecitrus (ou com a Fundevale - se FundeVale for só um fundo), além disto deve: certificar e comercializar os produtos destes produtores que não utilizam agrotóxico ou produtos químicos, orientar especificamente para uma produção de alimentos orgânicos e

para uma produção social (sem uso de mão de obra infantil, a mulher ganhando o mesmo que os homens na mesma função... - base do Mercado Justo).

Objetivos e Metas da Associação, Cooperativa...

- Melhorar os preços e a comercialização dos produtos da região, principalmente a tangerina Ponkan, através do oferecimento de produto livre de agrotóxicos e adubos não orgânicos, mais saudáveis e produzidos com certificação e acompanhamento de técnicos especializados.
- Angariar mais valor aos produtos da região, pois também são criados através de mão de obra que não utiliza crianças, nem há diferença de salários entre homens e mulheres na mesma função.
- Compromisso com o bem estar socioeconômico e respeito à cultura das comunidades locais onde a atividade agroindustrial está inserida.
- Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados econômicos das unidades de produção e de comercialização.
- Visando a diminuição da sazonalidade da mão-de-obra, o aumento da oferta de emprego, a redução dos impactos ambientais, o aumento da segurança alimentar e outros efeitos positivos, promover:
  . Diversificação de culturas;
  . Integração das atividades agrícolas e industriais;
  . Maximização de aproveitamento dos produtos, sub-produtos e resíduos das culturas;
  . Adoção de programas permanentes de recuperação ambiental.
- Sempre consultar e considerar os interesses das populações e grupos sociais quanto aos aspectos que afetem diretamente a sua qualidade de vida.
- Moradia digna e saudável para os trabalhadores residentes.
- As unidades de comercialização, isoladamente ou em parceria, deverão desenvolver programas educacionais para os seus trabalhadores. Os trabalhadores sazonais que morem fora da empresa receberão todo o apoio para participarem de programas educacionais.
- Respeitar as classes de aptidão agrícola do solo.
- Utilizar todas as práticas de manejo que melhorem as condições físicas, químicas e biológicas do solo, como manter o solo coberto durante o maior tempo possível, integrar adubação orgânica e adubação verde ao controle da erosão (com o estabelecimento de curvas de nível, terraceamento, faixas de retenção e outras), cultivo mínimo, plantio direto sem herbicidas, cultivo em faixa ou bordadura.
- Procurar integrar a produção animal à produção vegetal, visando a reciclagem dos nutrientes, a maior independência dos insumos vindos de fora da propriedade e visando também outros benefícios advindos da integração, como a polinização por abelhas melíferas.
- Usar sempre sementes certificadas, mudas e animais com comprovada origem, nunca transgênicos (organismos geneticamente modificados), assim como não usar aditivos, coadjuvantes de fabricação e outros produtos geneticamente modificados ou transgênicos na fabricação de processados.
- Trabalhar com espécies, variedades e raças adaptadas ao local.

6.2. Projeto: Assistência Técnica para uma Citricultura Ecológica no Vale do Alto Ribeira

Este é o nome do projeto que sugerimos seja implantando no início, para começar, antes até da efetivação da Associação ou Cooperativa na região.

Isto porque é necessário o trabalho piloto com uma quantidade de produtores, bem atendidos, primeiro pela falta de técnicos e segundo para que sirva de vitrine para os demais.

6.2.1. Objetivo Geral

Este projeto pretende dar um diferencial tecnológico, qualitativo e ecológico no produto citrícola de todos os **beneficiários diretos envolvidos**, que caracterizará a real possibilidade da venda de toda sua produção, a um preço realmente compensador, como são os produtos ecológicos.

Este diferencial é um produto evidentemente livre de contaminantes e identificado com etiqueta(s) de fruto(s) e rótulo de identificação de origem na caixa, com a propriedade e cultura sendo acompanhada pela assistência técnica, assessorado quanto aos tratos culturais, ao SISLEG, Nota Fiscal de Produtor, INCRA, Reserva Legal, Novas Culturas, Mata Ciliar, Quebra Ventos, Erosão...

Somente com isto cremos que os produtos ecológicos dos beneficiários poderão competir com as laranjas e tangerinas de outros estados, além do que poderão inclusive vender no mercado do Estado do Paraná por bons preços, mesmo com a necessidade de burocracias de permissão de trânsito ou CFO (Certificado Fitossanitário de Origem).

Este projeto pode começar com 150 produtores, que bem atendidos chamarão outros, e outros e outros...

6.2.2. Objetivos Específicos

1) Manter os produtores citrícolas de Cerro e Dr. Ulysses no campo, produzindo, aumentando a renda e melhorando suas qualidades de vida.
2) Priorizar e ensinar a confecção de produtos livres de contaminantes.
3) Gerar plantas mais sadias, originando produtos mais saborosos e nutritivos, além de uma maior longevidade da produção das plantas, principalmente as frutíferas.
4) Conscientização e Capacitação para uma colheita adequada, evitando contaminação, propagação de doenças de um pé para outro, e arrumação em caixas padronizadas por tamanho de fruto e maturação.

5) Etiquetamento com a identificação da entidade envolvida e rótulo de origem, com dados do produtor, data da colheita, originando maior confiança por parte do cliente e comprador.
6) Acompanhamento constante da Assistência Técnica, usando tecnologia de ponta: *computadores, programas, mapas climáticos, zoneamentos e pesquisas do IAPAR, EMBRAPA, IAC e Fundecitrus, registros em livros personalizados por produtor, recomendações técnicas por escrito e numeradas, croquis e usos de mapas e utilização das informações encontradas em órgãos e entidades públicas e privadas.*
7) Mais saúde do produtor e do consumidor.
8) A propriedade do produtor acompanhada pelo proponente terá as modernas técnicas da Agricultura de Precisão e será colocada dentro das normas e exigências das entidades governamentais (INCRA, IAP, IBAMA, SEAB, SUDERHSA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde e Prefeitura), de maneira tal que, todo e qualquer benefício/recurso que possa vir para o produtor, não terá nenhum embaraço ou impedimento legal.
9) Implantar um sistema de monitoramento, com banco de dados em computador e internet, dividindo-se os municípios em sub-regiões ficando em cada uma delas um monitor capacitado, preparado e munido de uma lupa para identificar os focos e iniciar os tratamentos. Neste monitoramento, fazer o que nunca foi feito: um mapeamento de todas as culturas cítricas no município e proporcionar um tratamento diferenciado para quem tem a doença e para quem não tem ainda. Este último que não tem e deseja que seu produto seja ecológico e diferenciado, deverá receber assistência para este manejo ecológico, que deverá manter longe, ou sob controle, as pragas e doenças, inclusive a doença *greening* (atual preocupação dos laranjais paulistas).
10) Finalmente dados estatísticos e de produção para se confiar, podendo se fazer planejamento e gestão territorial, além de políticas públicas muito mais adequadas e que realmente surtam efeito. Além disto, os resumos e acumulados destes dados ficarão acessíveis, via Internet, para qualquer instituição e pessoa.
11) Maior e melhor competição dos produtos agroecológicos competindo com as laranjas e tangerinas de outros estados, além do que poderá inclusive vender no mercado do Estado do Paraná por bons preços, mesmo com a necessidade de burocracias de permissão de trânsito ou CFO (Certificado Fitossanitário de Origem).
12) Cerca de 150 produtores de citros de 2 municípios visitados, cadastrados e com suas informações arquivadas em um grande banco de dados de informações, para acesso de resumos via Internet, e com dados para a localização deles em mapas digitais detalhados, com longitude e latitude.
13) Pelo menos 10 técnicos terão conhecido ainda mais a realidade do município, e terão apresentado os motivos da necessidade do trabalho agroecológico em aproximadamente 250 produtores de citros.
14) Pelo menos 150 produtores de citros terão suas propriedades minuciosamente estudadas, e recomendações impressas estarão nas mãos destes produtores, iniciando o trabalho futuro da transformação da propriedade em produção ecológica e orgânica. Estes terão suas propriedades colocadas em regime agroecológico, o que facilitará a venda e aumentará o ganho, gerando mais renda e qualidade de vida.

15) Estes 150 produtores além da facilidade em vender suas produções ecológicas, também terão facilidade em conseguir financiamentos e benefícios dos órgãos governamentais, pois terão sido instruídos quanto à necessidade da separação, mapeamento e preservação da reserva legal, do cadastramento no SISLEG, o uso de mudas de viveiros telados e certificados, o rotulamento obrigatório das caixas, a Nota Fiscal do Produtor e de todas as necessidades legais, trazendo somente facilidades para sua atividade.

6.2.3. Metodologia

1) **Capacitação dos técnicos e associados** em Citricultura, Agroecologia, Crédito Rural, Legislação Ambiental e Associativismo, Metodologias Participativas, Desenvolvimento rural sustentável... Onde se estará usando:

- o Manual de Normas e Regulamento (o que é permitido, proibido e tolerado na produção ecológica e orgânica) - como o técnico deve usar, como o produtor deve usar, o que é mais importante, como será a fiscalização,
- o Panfleto de Produção e Normas Agroecológicas (as vantagens da Agroecologia e como migrar da produção tradicional para a ecológica, com as normas básicas),
- as Folhas de Cadastro do Produtor (dados do produtor, dados da produção, dados sociais, dados da propriedade - indicadores estes que serão medidos novamente no futuro e comparados para mostrar o crescimento e evolução).
- etiquetas de frutas e rótulos, como usar, por que usar, quais as informações mínimas...
- legislação agrária e ambiental que será buscada atender: mata ciliar, reserva legal, SISLEG, INCRA e regularização fundiária, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, IAP...
- manual próprio da citricultura agroecológica, com tratos culturais utilizados, plantas hospedeiras de pragas, plantas companheiras, quebra ventos, roçada-capina-herbicida, adubos verdes, comprimento de raízes, ciclo do nitrogênio e dos nutrientes, O bem que a Mata faz, Como economizar água, Menos Nutrientes-Mais Doenças, Sintomas de Deficiência Nutricional, Biodigestor, Compostagem, Esterco e Adubação, Micronutrientes, O Solo e seus pequenos habitantes, Predadores de Solo e Seus Alimentos.

2) **Intercâmbio Técnico para Troca de Experiências de Produtores Agroecológicos**

- Entrega do Panfleto de Produção e Normas Agroecológicas (as vantagens da Agroecologia e como migrar da produção tradicional para a ecológica, com as normas básicas),
- Somente apresentação do Manual de Normas e Regulamento (o que é permitido, proibido e tolerado na produção ecológica e orgânica) - como o técnico deve usar, como o produtor deve usar, o que é mais importante, como será a fiscalização. No manual terá ainda informações sobre produção agroecológica, com tratos culturais utilizados, plantas hospedeiras de pragas, plantas companheiras, quebra ventos, roçada-capina-herbicida, adubos verdes, comprimento de raízes, ciclo do nitrogênio e dos nutrientes, O bem que a Mata faz, Como economizar água, Menos Nutrientes-Mais Doenças, Sintomas de Deficiência Nutricional, Biodigestor, Compostagem, Esterco e Adubação, Micronutrientes, O Solo e seus pequenos habitantes, Predadores de Solo e Seus Alimentos. Como o tempo é curto, será mostrado em cartazes somente alguns ditos mais importante deste assuntos.

. Noções de legislação agrária e ambiental que será buscada atender: mata ciliar, reserva legal, SISLEG, INCRA e regularização fundiária, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, IAP...

. Apresentação das Etiquetas de frutas e rótulos: como usar, por que usar, quais as informações mínimas...

3) **Visitas de Assistência Técnica Agroecológica e Extensão Rural** aplicada aos Citricultores Familiares, com entrega definitiva do Manual de Normas/Regulamento e Dossiê Técnico da Propriedade.

. Nas propriedades e famílias de agricultores familiares citricultores que desejarem mudar da produção tradicional para a ecológica, deverão ser feitas pelo menos 3 visitas:

1 - Visita de Levantamento: Será primeira preenchida a Folha de Cadastro do Produtor (com dados do produtor, dados da produção, dados sociais, dados da propriedade). Será também feito um mapeamento e croqui completo da área através de aparelho GPS, percorrendo as áreas e plantações, fotografando, levantando, para a montagem de um completo dossiê técnico, as melhores recomendações para a propriedade, no curto, médio e longo prazo. Neste momento é entregue o **Manual de Produção e Regulamentos**, mostrando o que é Permitido, Tolerado e Proibido na Produção ecológica.

2 - Visita de Implantação: Entrega do Dossiê Técnico e implantação do modelo agroecológico na propriedade.

Dossiê Completo da Propriedade: Dados do Produtor, Dados Sociais (moradia, renda, casamento, esgoto, água...), Dados de Produção (Agrícola e Pecuária), Fotos da Casa e das culturas, Fotos dos Problemas, Fotos de Atividade Positiva, Problemas Levantados, Soluções para Estes Problemas a curto, médio e longo prazo, Modo correto de: poda de limpeza, poda de frutificação, colheita, roçada, coroamento, compostagem, adubação, uso da água, quebra ventos, armadilhas para moscas, adubos verdes, uso de óleo mineral e calda bordalesa com fórmula, Restos da Pecuária e como utilizá-los, mudas de árvores benéficas...

3 - Visita de Acompanhamento: Avaliação e acompanhamento da mudança para o Agroecológico. Pode haver mais visitas destas.

Nesta visita far-se-á a avaliação se as práticas apresentadas na 1ª e 2ª visita estão sendo corretamente aplicadas. A 3ª visita pode ser inclusive um intercâmbio para que outros novos produtores da região vejam como aplicar a Agroecologia na prática.

Resultados Esperados:

A grande maioria dos citricultores da região não sabe que sua produçâo é "quase orgânica". A grande maioria não sabe que existem maneiras de combater pragas e doenças apenas usando técnicas agroecológicas. Esta maioria não sabe que etiquetando suas frutas, rotulando suas caixas, e colocando um certificado (CFO) de acompanhamento técnico desta produção agroecológica junto com a carga, melhora em muito o preço e facilita a comercialização.

E é isto que queremos com as ações do projeto. Informar a maior parte possível dos citricultores da causa agroecológica, e trabalhar com 150 deles mais detalhadamente, etiquetando frutas, rotulando caixas, emitindo CFO para todos e prestando uma Assistência Técnica Agroecológica para a propriedade como um todo.

Além disto, o monitoramento de pragas e doenças das micro-regiões possibilitará o mapeamento e controle da Pinta Preta, mapeamento dos citricultores e dos 150 agroecológicos, determinando ainda melhores ações no futuro.

Com o sucesso das propriedades agroecológicas e do aumento de renda dos 150 citricultores, outros devem aderir com o passar dos anos, transformando o Vale do Alto Ribeira numa referência positiva à produção Agroecológica.

Este mesmo tipo de projeto pode atender outras áreas e grupos de produtores como Agrofloresta, outros Fruticultores, olericultores, milho, feijão...

6.2.4. Considerações Finais

O Sindicato Rural, Sindicato dos Trabalhadores, Secretaria Municipal de Agricultura, IAPAR, Cresol e Coopafi são entidades ligadas à Agropecuária que atuam dentro dos municípios. Se estas entidades não se unirem e fizerem um plano único para a Citricultura e Fruticultura na região, qualquer atividade isolada destas entidades está fadada ao fracasso ou será só um show pirotécnico de fogos, que após acabar, não sobra nada, como mesmo alertou o Eng. Agrônomo Dr. José Roberto da Fonte.

Ou se faz um plano único, integrado, em que todos estejam envolvidos e que tenham o propósito de resolver os problemas, **e não somente dar voto na próxima eleição**, ou os produtores sofrerão todas as mazelas aqui descritas neste trabalho.

É mais ou menos como diz Deuteronômino 28: ou segue os mandamentos, recebendo daí as bênçãos, ou então virá as maldições ali descritas.

Não se trata aqui de nenhuma profecia apocalíptica, nenhuma mandinga, apesar de muito do que se falou anos atrás vem ocorrendo profeticamente, mas sim do mais puro bom senso, analisar os fatos, a ciência e a história.

A força tarefa de técnicos responsável por este projeto do item 6.2, poderia ter pessoas de todas as instituições acima, reportando-se, passando e trazendo dados, informações e conclusões.

Estas informações e conclusões serão utilizadas para novos projetos com mais agricultores, que servirão de base para a cooperativa ou associação que gerenciará o fundo do Vale do Ribeira para a Fruticultura.

6.3. Agrofloresta

Se formos levar à risca a legislação ambiental e de uso de solos, 80% das áreas de Cerro Azul e Dr. Ulysses seriam áreas de preservação permanente. Isto porque há uma grande quantidade de terras em declive acima de 45º e existe também na região uma enorme quantidade de nascentes e rios.

O que fazer então nestas condições. É sabido que 1 ha de floresta bem preservada e tecnicamente bem explorada, rende financeiramente até mais do que 1 ha de soja ou milho. E pode dar menos trabalho. Isto mesmo. Não estamos sabendo tirar da floresta de forma sustentada, o que de melhor ela pode nos dar.

Por isto que criamos aqui um capítulo específico: **como utilizarmos melhor e de forma sustentada as Florestas.**

6.3.1. Noções de AgroFloresta

O milagre da vida acontece todo dia. O planeta é vivo. Toda a planta, árvore, micróbios, e animais como formigas, tatus, cobras e pássaros trabalham o tempo inteiro e com inteligência para criar mais vida e riqueza no lugar.

Se abandonarmos um lugar aonde a mata foi retirada e a terra empobrecia, primeiro crescem capins que criam árvores que gostam de sol. Estas criam as que gostam de sombra. Aos poucos se forma uma capoeira de terra fraca. Mas com o tempo às terras ficam ainda mais férteis.

Quando as árvores da primeira capoeira ficam velhas o vento pode derrubar algumas formando clareiras. Nas clareiras crescem árvores que gostam de Sol, mas precisam de terrenos mais férteis, criando árvores que gostam de sombra e de terras mais férteis. A cada vez que se cria uma clareira surge uma mata mais rica e com maior variedade de árvores, micróbios, frutas e animais.

Numa clareira de mata crescem juntas plantas de vida curta, média e longa. Cresce também uma quantidade de mudas de árvores muito maior das que ficaram grandes e adultas. A natureza planta muito e seleciona quem fica, criando adubo e vida.

Nas Florestas existem árvores em vários andares. A Floresta é a maneira mais perfeita que a natureza inventou de aproveitar o sol que chega a uma determinada área.

Passa mais água pelas árvores do que pelos rios. A chuva é filha da floresta, nasce através dela. As Florestas esquentam o ar no frio e esfriam o ar no calor. As florestas, ou seja, o milagre da vida, é que fazem deste planeta um lugar bom para viver. Os matos e árvores que crescem muitos bem e sem nenhum adubo (como muitos que se desenvolvem sem ninguém plantar) são os que têm mais condições de trazer fertilidade e riqueza para o lugar.

A pergunta para o produtor sempre pesquisador deve ser a seguinte: **o que este animal ou esta praga ou esta doença está fazendo para melhorar este lugar? Lembra da saúva?**

Quem acha que a vida é competição passa a vida lutando contra a vida e colhe desertos com muito pouca vida. Quem acredita na vida, deixa a vida trabalhar e colhe lugares muito ricos, férteis, cheios de alimentos e vida.

6.3.2. Agrofloresta da Vitrine de Tecnologias da Embrapa

Retirado da Circular Técnica 16 - ISSN 1516-4349 - Agrofloresta da Agricultura Familiar. 2002. Pode ser adquirida em http://www.cenargen.embrapa.br/publica/download.html

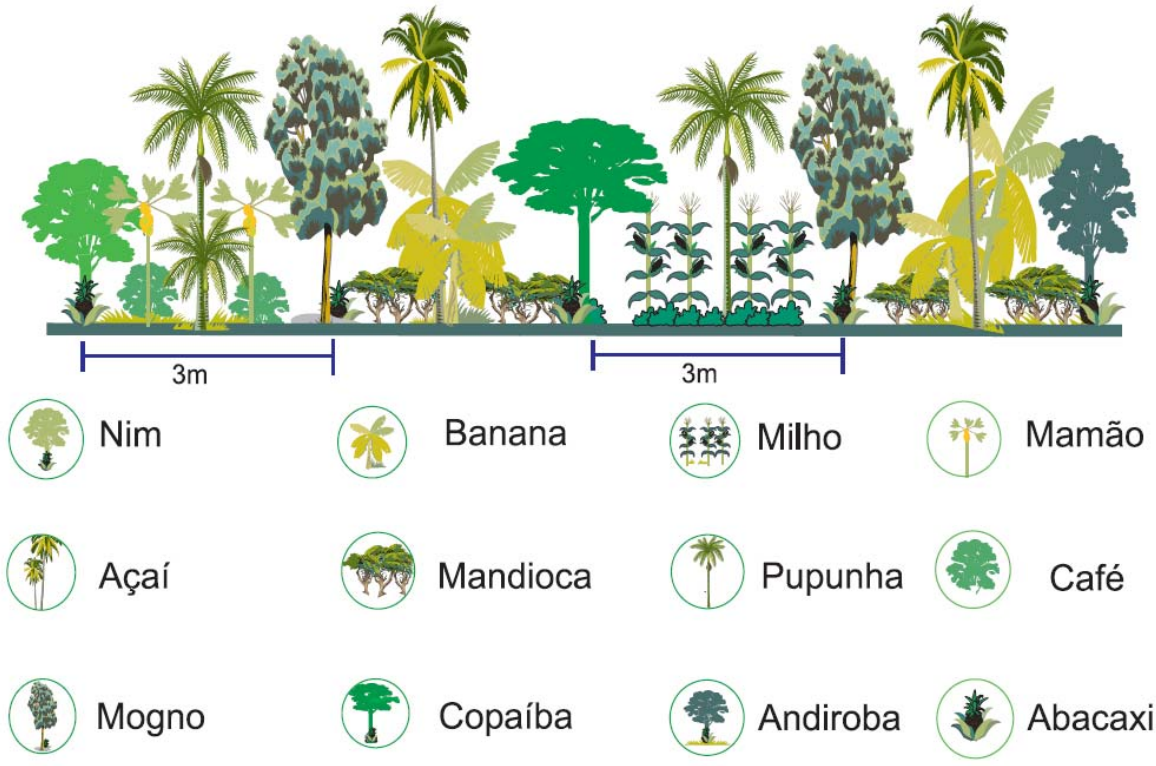


Figura 18 - Sistema Agroflorestal usando 12 espécies das 36 espécies recomendadas para entender visualmente

Nome popular	Nome científico
Abacaxi	Ananas comosus
Açaí	Euterpe oleracea
Açoita-cavalo	Luehea divaricata
Amarantos	Amaranthus caudatus, A.cruentus, A.hypocondriacus
Andiroba	Carapa guianensis
Alpínia	Alpinia purpurata
Banana	Musa cavendish, M.paradisiaca
Bastão-do-Imperador	Etlingera elatior
Café	Coffea arabica
Canafístula	Peltophorum dubium
Cedro	Cedrella odorata
Copaíba	Copaifera langsdorffii
Crotalárias	Crotalaria breviflora, C. juncea, C. paulinea
Cupuaçu	Theobroma grandiflorum
Feijão	Phaseolus vulgaris
Feijão bravo	Canavalia brasiliensis
Feijão-de-porco	Canavalia ensiformis
Gliricídia	Gliricidia sepium
Helicônias	Heliconia bihai, H. psittacorum, H. chartacea
Mamão	Carica papaya
Mandioca	Manihot esculenta
Maxixe	Cucumis anguria
Milho	Zea mays
Mogno	Swiethenia macrophylla
Nim	Azadirachta indica
Pepino	Cucumis sativus
Pupunha	Bactris gasipaes
Sorvete	Zingiber spectabilis
Tomate	Lycopersicon esculentum

Tabela 9 - Lista das 36 espécies Recomendadas pela Embrapa neste experimento

Veja o que fala a Circular Técnica 16 - ISSN 1516-4349 - Agrofloresta da Agricultura Familiar de 2002:

> O sistema agroflorestal apresentado reúne 36 espécies diferentes e está exposto à visitação pública na Vitrine de Tecnologias da Embrapa Sede, em Brasília.
> O plantio foi realizado durante o terço inicial da estação chuvosa em Brasília, em novembro e dezembro de 1999.
> Nele estão associados essências florestais, frutíferas, forrageiras, hortaliças, grãos, plantas medicinais e biopesticidas (plantas que controlam pragas e parasitas).
> Plantas nativas do Cerrado e da Amazônia foram incluídas, com o intuito de observar seu comportamento em sistemas agroflorestais no Cerrado.
>
> As plantas utilizadas nesta agrofloresta podem ser classificadas em oito categorias:
> 1. Espécies florestais: mogno, copaíba, açoita-cavalo, cedro e canafístula
> 2. Biopesticidas: nim, andiroba
> 3. Frutíferas de ciclo curto: abacaxi, melancia, tomate, maxixe, pepino, mamão
> 4. Frutíferas de ciclo médio: cupuaçu, açaí, banana, pupunha, café
> 5. Culturas anuais: milho, feijão, mandioca
> 6. Espécies forrageiras: gliricídia, amaranto
> 7. Plantas de cobertura: crotalárias, feijão-de-porco, feijão bravo
> 8. Espécies ornamentais: helicônias, alpínia, bastão do imperador.

A circular informa o custo para implantar uma área de 225 m^2: **R$ 219,75**.

6.3.3. Do Plantio Convencional para a Agrofloresta

Sistema agroflorestal sucessional biodiverso
4 meses
Projeto Arboreto/Parque Zoobotânico/Universidade Federal do Acre

Figura 19 - 4 meses

Sistema agroflorestal sucessional biodiverso
1 ano e meio
Projeto Arboreto/Parque Zoobotânico/Universidade Federal do Acre

Figura 20 - 1 ano e meio

Sistema agroflorestal sucessional biodiverso
5 anos
Projeto Arboreto/Parque Zoobotânico/Universidade Federal do Acre

Figura 21 - 5 anos

Sistema agroflorestal sucessional biodiverso
18 anos
Projeto Arboreto/Parque Zoobotânico/Universidade Federal do Acre

Figura 22 - 18 aos

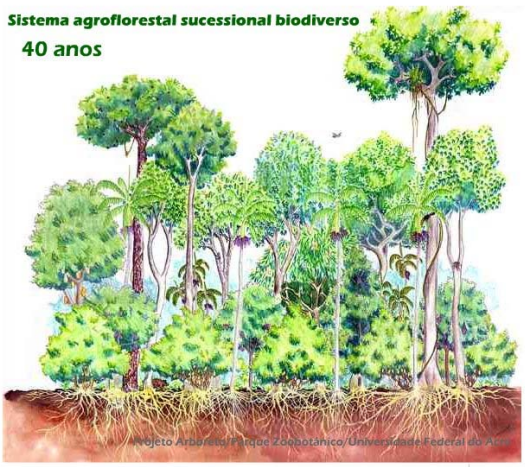


Figura 23 - 40 anos

Projeto Arboreto

Parque Zoobotânico

Universidade federal do Acre

Fonte: http://www.agrofloresta.net/mochila_do_educador_agroflorestal/animacao.htm

6.3.4. Alguns Fundamentos da Agrofloresta

1. Procurar manter a terra sempre coberta.
2. Plantar ao mesmo tempo plantas de vida curta, de vida média e de vida longa.
3. Plantar e deixar crescer muito mais árvores dos que as que sobrarão na idade adulta.
4. Algumas árvores não dão frutos nem boa madeira, mas rebrotam, bem podendo ser podadas muitas vezes para produzir adubo.
5. Plantar árvores que ocupem bem os vários andares da floresta, mesmo que seja uma floresta formada principalmente por árvores de fruta. Seria bom ocupar todos os andares quando a floresta for nova. Devemos ainda plantar as árvores que no futuro formarão todos os andares, isto quando a árvore de vida mais curta já estiver morta.
6. Se as árvores dos andares mais altos perderem as folhas na época da florada das árvores dos andares mais baixos, as árvores de baixo ficarão bem adubadas, terão um estímulo de luz para florescer muito e produzir fartamente.
7. As arvores dos andares mais altos também podem ser podadas para produzirem adubo e permitirem a entrada da luz na época da floresta das árvores dos andares de baixo.
8. As arvores dos altares mais do alto serão mais espaçadas e suas copas não se tocarão, permitindo a entrada de luz para os andares mais baixos.
9. Quando podamos uma árvore, muitas de suas raízes morrem e viram adubos da terra. Como as raízes das árvores pesam quase tanto quanto a parte de cima, a poda representa uma grande adubação em profundidade, além do adubo gerado em cobertura. Podar e repicar acelera o caminho natural da vida em direção a fertilidade.
10. As plantas que ocupam andares diferentes ou produzem em tempos diferentes se ajudam mais do que se atrapalham. A terra produz muitos alimentos diferentes na mesma área. Devemos garantir que a área esteja sempre coberta, evitando erosão e mantendo a terra fresca e úmida.
11. Cada planta produz um alimento diferente para os micróbios da terra. Quando as plantas são variadas os micróbios serão variados produzindo vitaminas que dão saúde as plantações.
12. As pragas e doenças têm dificuldade para andar porque sempre encontram no caminho uma planta que não serve para elas.
13. Quando as árvores fecham demais uma área deve-se podar algumas e eliminar outras. Este manejo deixa a luz entrar, e produz adubo e cobrindo a terra.
14. Quando as árvores fecham pouco é difícil consertar porque as árvores crescem mal debaixo de árvores grandes e velhas. Aproveitamos pouco o sol e sua energia passa a ser destrutiva. A terra fica pouco coberta e adubada. Acontece erosão. O remédio pode ser podar tudo para plantar novamente uma área mais fechada.
15. Se a árvore que plantamos não é a melhor para o lugar porque ele não está suficientemente fértil ou ainda por causa do clima, as pragas fazem o trabalho de atacar nossa árvore. A inteligência da natureza está dizendo que naquele momento nossa árvore não é a mais adequada para melhorar o lugar. O melhor caminho é usar outras plantas para tornar o lugar suficientemente fértil.
16. Mesmo o adubo orgânico não tem tudo que as plantas precisam. Ele imita a mata, mas falta a vida diversificada da mata que dá saúde para as plantas.

17. O melhor lugar para a maioria de nossas lavouras de vida curta é uma clareira de mata.
18. Sempre que possível plantar árvores direto por sementes na mesma linha das lavouras. A lavoura marca a árvore, a capina não fica dificultada e é muito mais fácil e barato que fazer mudas.
19. Plantar muda de raiz nua em lavouras nos dias de chuva mansa é eficiente e muito mais fácil e barato do que fazer, carregar e plantar mudas em saquinhos. As mudas de raiz nuas podem ser conseguidas semeando canteiros ou encontradas debaixo de matrizes.
20. As lavouras são ótimas criadoras de árvores.
21. Podemos enriquecer as áreas plantadas por estacas. Depois fica mais fácil podar, e multiplicar as estacas na própria área.
22. Quem planta com trator pode plantar faixas de agrofloresta alternadas com faixas de lavoura. As Faixas diminuem a erosão, servem como quebra-vento e trazem vida e adubo para o campo, melhorando a saúde das lavouras e diminuindo o ataque de pragas e doenças.
23. As faixas de agrofloresta podem ser semeadas por sementes, usando a semeadora e a distribuidora de adubos do trator.
24. Podemos acumular galhada nas faixas aumentando sua fertilidade e permitindo o cultivo de plantas e árvores mais exigentes.
25. Podemos começar com faixas diferentes como faixas 4 metros de largura e distantes 30 metros uma da outra. No ano seguinte podemos plantar mais uma faixa no meio.

A Agrofloresta é o modo mais eficiente de retornar à natureza o que ela precisa e fazer ela dar o que precisamos (lucros e qualidade de vida).

6.3.5. Conceitos de Agroecologia

Na Revista Folha do Vale n. 13, aparece informações importantes para a implantação de culturas agroecológicas. Veja abaixo um resumo:

SINAIS DE QUE ALGO VAI MAL

Falta o Elemento...Sintomas Gerais na Planta Devido à Falta do Elemento

Nitrogênio .....Planta fraca, folhas uniformemente amareladas, as mais velhas murcha
Fósforo.....Planta raquítica, maturação tardia dos frutos, grãos chochos, folhas escuras, às vezes arroxeadas
Potássio .....Manchas brancas, amarelas ou pardas nas folhas e secamento das margens; caules finos e fracos
Cálcio .....Folhas novas deformadas, a ponta não cresce, manchas amarelas nas margens e entre as nervuras, raízes fracas
Magnésio .....Cor de gema de ovo ou arroxeada entre as nervuras das folhas velhas, que se curvam e são facilmente destacadas
Enxofre.....Folhas novas pálidas, às vezes com manchas secas e tons arroxeados no período
Boro.....Folhas do ápice deformadas; morte da gema apical da planta, onde podem aparecer brotos em leque; enegrecimento da cabeça ou no interior das hortaliças
Cobre.....Folhas do ápice murchas, sem manchas ou descoloração; dificuldade do caule se manter ereto
Zinco .....Folhas pequenas, às vezes retorcidas, com manchas amareladas; encurtamento dos entrenós da planta; tufo de folhas nas pontas dos ramos

Tabela 10 - Sintomas Gerais na Planta Devido à Falta do Elemento

O BEM DA MATA

Respeitar as nascentes e os cursos dos rios é a forma mais segura de sempre ter água em boas quantidades

- Conserve a vegetação natural que margeia as nascentes
- Replante a que foi destruída nas beiras dos cursos d´água
- Prefira árvores e arbustos da própria região no replantio
- Essa vegetação impede a deposição de terra erodida nos rios

ESTES NÃO COMBINAM

Pares de nutrientes antagônicos: o excesso de um elemento causa a deficiência do outro elemento:

Excesso	Deficiência
Nitrogênio nítrico	Molibdênio
Nitrogênio amoniacal	Cobre, Cálcio, Potássio
Zinco (pomares)	Ferro - Manganês
Cobre	Molibdênio
Molibdênio	Cobre
Cálcio (calagem)	Manganês, Ferro, Potássio

Tabela 11 - Excesso de um Elemento Falta de Outro

MENOS NUTRIENTES, MAIS DOENÇAS

A planta que está deficiente em água e nutrientes, que é mal adubada, é mais susceptível às pragas e às doenças, inclusive à Pinta Preta para a Ponkan e Laranja. Veja abaixo o que a deficiência de um determinado nutriente proporciona em doença ou praga:

Deficiência	Cultura	Doença ou Praga
Boro	Girassol	Míldio (Erysiphe cichoracerum)
	Beterraba	Míldio (Phoma Betae)
	Couve-Flor	Míldio (Botrytis sp.)
	Linho	Míldio e infecções bacterianas
	Cevada	Míldio (Erysiphe graminis)
	Roseira	Míldio (Brospora sparsa)
	Goiabeira	Broca-do-caule
	Milho Híbrido	Lagarta-do-Cartucho (Spodoptera frugiperda)
	Trigo	Ferrugem (Pucciona triticina)
Cobre	Trigo	Ferrugem
Manganês	Aveia	Infecção bacteriana
	Ervilha	Míldio
Molibdênio	Alfafa	Menor resistência a infecções
	Seringueira	Oidium heveae/Phyphtora sp.
Zinco	Milho	Broca-do-colmo (Elasmopalpus)
	Fumo	Virose de Mosaico muito mais intensa
Manganês	Tomateiro	Murcha fusariana (só quando faltar manganês e existir excesso induzido de ferro)

Tabela 12 - Sintomas Gerais na Planta Devido à Falta do Elemento

UMIDADE CERTA

A coberta morta é a forma na qual a palha é mais eficiente no combate à erosão e a perda d´água:

Sistema de Incorporação	PERDA DE: Terra (ton/ha)	Água (% de chuva)
Palha queimada	20,2	8,0
Palha enterrada	12,6	5,0
Palha na superfície	6,5	2,5

Tabela 13 - Palha Queimada ou Enterrada

Análise destas Informações

Este capítulo mostra-nos que as plantas, os solos e os animais revelam muitas coisas, pela simples observação ou uma análise mais aprofundada.

Por exemplo: Se a saúva está atacando uma determinada planta no seu quintal, é porque ela está deficiente, mau nutrida. Se você a adubar e cuidar das suas pragas e doenças (aliás planta bem adubada também dá menos doença), as formigas passarão por suas plantas e quintal, subirão o muro e atacarão as plantas deficientes do quintal vizinho.

Isto mesmo. Elas parecem que receberam uma ordem divina (mas é também uma ordem química) para só atacar as que estão deficientes ou morrendo.

Este ramo novo da ciência chamado Agroecologia que inclui a matéria Agrofloresta, está-se desenvolvendo a passos largos nestes últimos anos, e tem nos trazido tanta informação nova, que está mudando o modo como praticamos agricultura hoje. A Agroecologia nos mostra que tudo está interligado, e uma coisa que fazemos aqui pode ter influência numa área bem distante: **o efeito borboleta**[2].

[2] **Efeito borboleta**, segundo a Wikipédia, é um termo que se refere às condições iniciais dentro da teoria do caos. Este efeito foi analisado pela primeira vez em 1963 por Edward Lorenz. Segundo a cultura popular, a teoria apresentada, o bater de asas de uma simples borboleta poderia influenciar o curso natural das coisas e, assim, talvez provocar um tufão do outro lado do mundo. Porém isso se mostra apenas como uma interpretação alegórica do fato. O que acontece é que quando movimentos caóticos são analisados através de gráficos, sua representação passa de aleatória para padronizada depois de uma série de marcações onde o gráfico depois de analisado passa a ter o formato de borboleta.

6.3.6. Grandes questões/problemas da Agroecologia e Agrofloresta a serem enfrentados

Fonte: Encontro Nacional de Agroecologia - Rio de Janeiro, 30 julho a 02 agosto 2002 - Grupo de trabalho temático - Sistemas agroflorestais e agroextrativismo

Mas nem só de flores vive a Agroecologia e Agrofloresta. Abaixo listamos as dificuldades e ainda itens que merecem reflexão:

1. A legislação atual (Código Florestal) dificulta o manejo agroflorestal em florestas nativas; são exemplos as restrições ao corte de palmeiras (pupunha) manejadas e ao manejo de matas ciliares.
2. Dificuldade de ampliar áreas de manejo agroflorestal e número de agricultores(as) envolvidos nos processos.
3. Ausência de política pública voltada para o desenvolvimento da agroecologia em todos os segmentos: ensino, pesquisa, extensão e crédito, incluindo medidas específicas para os SAFs (Sistemas Agroflorestais).
4. As ações ainda são isoladas, com poucos multiplicadores/irradiadores da proposta agroflorestal e permacultural.
5. Falta de interação entre as instituições de pesquisa e os agricultores e agroextrativistas.
6. Falta de acesso à terra por parte dos(as) agricultores(as) familiares, principais agentes de desenvolvimento dos SAFs.
7. O modelo atual de desenvolvimento, baseado no consumo e exploração irracional dos recursos naturais.
8. Falta de capacitação de técnicos e pesquisadores, aliada à descrença da sociedade na viabilidade dos SAFs.
9. Dificuldades na relação de confiança entre agricultores(as) e técnicos(as).
10. Ainda são poucas as referências concretas de implantação e manejo de SAFs.
11. De forma geral, a extensão rural é inadequada e pouco participativa.
12. As entidades representativas, como sindicatos, ainda participam pouco do processo de construção dos SAFs.
13. Sistema educativo voltado para uma concepção predatória dos recursos.
14. Retorno demorado de alguns produtos da agrofloresta, o que reflete a falta de planejamento nos desenhos agroflorestais que contemplem demandas de curto e médio prazos.
15. Desconhecimento e falta de sistematização das experiências/referências de trabalhos agroecológicos.
16. Dificuldades no beneficiamento e comercialização de produtos agroflorestais.

17. A organização abrangente, em forma de redes, ainda é frágil.
18. Falta de informação em relação aos apoios financeiros externos aos SAFs.
19. Substituição do papel do poder público por ONGs na assessoria técnica, devido à falta de capacitação de técnicos governamentais.
20. Controle de pragas e doenças nos SAFs.
21. Trabalhar manejo e comercialização coletiva.
22. Promover o debate sobre sistemas agroecológicos nos conselhos municipais.
23. Fomentar a integração de entidades governamentais, movimentos sociais e organizações não governamentais que desenvolvem ações agroecológicas.

Figura 24 - Trabalho Agroflorestal com as comunidades

6.4. Turismo

6.4.1. Diretrizes para Um Turismo Sustentado no Vale do Ribeira

Este material retiramos do Jornal Folha do Vale n. 12:

1 - Melhoria e embelezamento da cidade

- Limpeza urbana: Coleta, depósito e reciclagem do lixo. “Cidade limpa não é a que mais se varre, mas a que menos se suja”.
- Arborização planejada.
- Mais e melhores praças públicas.
- Despoluição e urbanização do Rio Ponta Grossa e Rio Ribeira. Em Dr Ulysses, atuar no rio contaminado que nasce na Cidade.
- Evitar elementos que descaracterizem os imóveis históricos: placas comerciais luminosas, letreiros nas paredes, telhas de zinco, basculantes e materiais modernos nas fachadas.
- Instalação de fonte luminosa na Praça central.
- Tratamento de água e esgoto.
- Plano Diretor (programa técnico-político fixador das diretrizes para o desenvolvimento e expansão urbana). Visa assegurar a ordenação disciplinada da cidade e o bem-estar físico, psicológico, social e espiritual da população.
- Implantação de melhorias na administração municipal, para que se planeje melhor e desperdice menos os recursos orçamentários e as receitas municipais.

2 - Atividades de lazer

- Mais investimentos em áreas de lazer.
- Promoção e incentivo de festivais, exposições, convenções, concursos, feiras, bailes, serenatas, gincanas e outros eventos culturais.
- Feiras de artesanato e culinária local.
- Proibição de doações políticas de terrenos passíveis de tornarem-se parques, áreas de lazer e de práticas esportivas. Ex.: à beira de Matas de preservação, às margens do Rio Ponta Grossa em Cerro Azul...

3- Patrimônio cultural

- Construção de CORETO na praça municipal, para eventos e apresentações culturais.
- Construção de Portal da Cidade.
- Incentivos fiscais para fins de preservação do acervo arquitetônico e cultural (Ex. Isenção do IPTU para imóveis históricos preservados).
- Campanhas para a conscientização do valor cultural e do potencial econômico do Patrimônio histórico na comunidade e nas escolas de bairros.
- Revitalização das associações de bairros.
- Restauração da antiga Igreja Católica e a biblioteca municipal. Em Cerro Azul, restauração da Casa da Cultura e do prédio histórico que abriga a sede da Prefeitura Municipal.

4 - Infra estrutura turística

- Estabelecer elo político e operacional no encaminhamento de projetos, fortalecendo sua inclusão nos planos de governo e na definição dos respectivos orçamentos.
- Formação e capacitação de pessoas para atender o fluxo turístico da cidade.
- Implantação de Conselho Municipal de Turismo.
- Profissionalização da rede hoteleira e de restaurantes: competitividade na qualidade e preço dos serviços prestados.
- Desenvolvimento e incentivo ao artesanato da região (qualidade e originalidade dos produtos).
- Comércio Turístico aberto aos sábados, domingos e feriados.
- Melhoria da sinalização urbana e da sinalização das vias de acesso à cidade.
- Melhoria e modernização de empreendimentos turísticos.

- Folders informativos com mapa da cidade, indicando os locais a serem visitados e os bons serviços. Colocar isto em site específico: www.cerroazul.tur.br.
- Melhor divulgação dos eventos culturais que acontecem na cidade (agenda cultural permanente e calendário de eventos). Colocar isto em site específico: www.cerroazul.tur.br.
- Divulgação turística interna e externa - Internet, mídias, agências de turismo...
- Implantação da "Casa do Turista": local com instalações adequadas para recepção e informação, com exposição de fotos, exibição de filmes e CD Rom sobre a cidade e região.
- "Linha Turismo": excursões organizadas do turismo a ser feito na cidade, nas cidades vizinhas, com roteiro de viagem.
- Incentivo ao turismo ecológico.
- Desenvolver um projeto de turismo regional através da articulação entre municípios, (Itapirapuã Paulista, Ribeira, Apiaí, Bonsucesso, Barra do Chapéu, no Paraná: Adrianópolis, Cerro Azul, Dr. Ulysses, Tunas do Panará etc.).
- Incentivo para curso superior ou pelo menos pós-médio, voltado para área do turismo.

Figura 25 - Existe um tipo de turismo não citado ainda aqui: trata-se da visita ao pomar que pode ser feita em Cerro Azul e região...

6.4.2. Exemplos Práticos

Figura 26 - Repórteres de vários veículos, convidados pelo Praia Secreta Expedições em 2005 quando Daniel (último a direita agachado) os trouxe para conhecerem o esporte e Cerro Azul

Juízes de Curitiba vem fazer Turismo: Circuito de Bike Cerro Azul

Além do espetacular exemplo do Praia Secreta que traz turistas continuamente para Cerro Azul desde 2005, principalmente para a prática do Rafting, buscamos um exemplo também do Jornal Folha do Vale n. 12 na mesma época, quando uma simples marcação de um trajeto, trouxe um grupo de juízes para fazer um circuito de Bike aqui:

> Em data ainda a ser confirmada, alguns juízes de Curitiba, amantes do esporte e da Bike, estarão em Cerro Azul e Doutor Ulysses, para percorrer o **Circuito de Bike, Moto e Caminhada de Cerro Azul**, circuito este criado e mapeado por este Jornal, o FDCA - Fórum de Desenvolvimento de Cerro Azul e a Rádio Comunitária Novo Cerro Azul, FM 104.9.
> Este Circuito tem 28 Kilômetros, passando por lindas áreas de 2 municípios. É quase todo plano (pois existe somente uma forte subida e descida), começando em Cerro Azul, vai pela Rua Atanagildo de Souza Laio (antiga Carlos Gomes), virando na direção do Ribeirão Bonito do Chapéu, passa pela Ponte sobre o Ponta Grossa (1), vai até a direção da Casa Branca, virando à direita no cruzamento para o Ribeirão Bonito do Veado, vai até a Balsa (3), passa o Rio Ribeira de Balsa, volta para Cerro Azul, pela estrada da Bomba, quando encontra a grande subida e descida, passa o Rio Turvo (4) entrando em Dr. Ulysses, e encaminha-se até a Ponte do Ribeira (5), retornando para Cerro Azul (6), num total de 28 kms e alguns metros.
> O tempo todo para percorrer é de 2,5 horas a 3 horas de Bike, um pouco menos de 2 horas de Moto (apreciando a paisagem) e de 6 a 7 horas a pé, porque há necessidade de pelo menos uma parada para almoço e lanche. Sugerimos que a parada seja no local (7), detalhado abaixo, onde tem provavelmente a maior praia de Cerro Azul e Dr. Ulysses (uma praia

de cerca de 60 metros), que está escondida para quem passa todo dia na estrada que vai para a Bomba.
Vale a pena conferir. Bom Passeio...

Figura 27 - O Circuito de Bike criado em 2005

Na época o Jornal Folha do Vale fotografou todo o lugar, e encontrou uma Praia Secreta até então. Colocou as informações no Jornal, e esta praia começou a ser constantemente visitada pela população, levando o vereador Marcelo a pedir a construção de uma passarela.ali.

Figura 28 - O Circuito de Bike ia de Cerro Azul, até a Balsa e voltava por dentro, totalizando 23 km

Página 8 FOLHA DO VALE Alto Ribeira, Janeiro de 2006

Juízes de Curitiba vem fazer Turismo no Circuito de Bike de Cerro Azul

Rio Turvo
Dr. Ulysses
Rio Ribeira
Volta Grande
28 km
Balsa
Casa Branca
Cerro Azul
Rio Ponta Grossa
Ribeirão Bonito

Em data ainda a ser confirmada, alguns juízes de Curitiba, amantes do esporte e da Bike, estarão em Cerro Azul e Doutor Ulysses, para percorrer o **Circuito de Bike, Moto e Caminhada de Cerro Azul**, circuito este criado e mapeado por este Jornal, o FDCA - Fórum de Desenvolvimento de Cerro Azul e a Rádio Comunitária Novo Cerro Azul, FM 104.9.

Este Circuito tem 28 Kilômetros, passando por lindas áreas de 2 municípios. É quase todo plano (pois existe somente uma forte subida e descida), começando em Cerro Azul, vai pela Rua Atanagildo de Souza Laio (antiga Carlos Gomes), virando na direção do Ribeirão Bonito do Chapéu, passa pela Ponte sobre o Ponta Grossa (1), vai até a direção da Casa Branca, virando à direita no cruzamento para o Ribeirão Bonito do Veado, vai até a Balsa (3), passa o Rio Ribeira de Balsa, volta para Cerro Azul, pela estrada da Bomba, quando encontra a grande subida e descida, passa o Rio Turvo (4) entrando em Dr. Ulysses, e encaminha-se até a Ponte do Ribeira (5), retornando para Cerro Azul (6), num total de 28 kms e alguns metros.

O tempo todo para percorrer é de 2,5 horas a 3 horas de Bike, um pouco menos de 2 horas de Moto (apreciando a paisagem) e de 6 a 7 horas a pé, porque há necessidade de pelo menos uma parada para almoço e lanche. Sugerimos que a parada seja no local (7), detalhado abaixo, onde tem provavelmente a maior praia de Cerro Azul e Dr. Ulysses (uma praia de cerca de 60 metros), que está escondida para quem passa todo dia na estrada que vai para a Bomba.

Vale a pena conferir. Bom Passeio...

Uma praia calma de 60 x 20 m, aberta à visitação pelos moradores do local, com somora e muitos lambaris

A visão da praia de dentro da água. Cerca de 20 metros e quanto se pode andar dentro da água sem correr riscos na corredeira do Varadouro.

Este é o canal do varadouro visto de baixo. É um local muito perigoso, principalmente para rafting e canoagem, uma vez que todo o Ribeira passa aqui.

O casal BUTCHER que mora no RECANTO DO VARADOURO e que nos trataram muito bem. Ele é filho do "neguinho" BUTCHER. Seu nome é Oleri José Butcher e ela Zenilda. Continuando o Circuito de Bike, o ponto (4) é a ponte sobre o Rio Turvo, o ponto (5), a ponte sobre o Rio Ribeira e o ponto (6) é o retorno a Cerro Azul, perfazendo 28 kms.

RIB. BONITO 4 Km
CASA BRANCA 8 Km
R.B.DO VEADO 11 Km
BALSA 12 Km
FREGUESIA 15 Km
BALSA VELHA 2 Km

Na entrada para a Balsa, no início do trecho ao final da Rua Carlos Gomes (atual Atanagildo de Souza Laio), a placa indicando as distâncias e localidades. O destino é a BALSA que está a 12 km de distância, menos da metade do caminho.

A entrada para a BALSA vista de um outro ângulo.

No mapa, este é o ponto (1), a ponte sobre o Rio Ponta Grossa, na direção para a BALSA.

A BALSA - o ponto (3). Do outro lado estaremos a menos de 1 km do RECANTO DO VARADOURO.

No mapa, este é o ponto (2). À esquerda, vai para Ribeirão Bonito do Veado. À direita, o nosso destino, vai para a BALSA. Estamos na Casa Branca.

Os Balseiros e Ricardo Oliveira, da Rádio e presidente do Sindicato, dando sua contribuição para a travessia

Quando se está chegando na BALSA, aparece o Ribeira, e a pontinha da Praia de 60 metros. Ao fundo, o canal do Varadouro, visto do lado esquerdo do rio.

Já do outro lado, a balsa com 2 carros, capacidade máxima, preparando-se para sair.

Este é o canal do Varadouro visto do lado direito do Rio Ribeira. Um pouco abaixo está a Praia de 60 metros que demos o nome de RECANTO DO VARADOURO.

O RECANTO DO VARADOURO, a 1 km da Balsa, sentido Cerro Azul, uma praia das maiores do Rio Ribeira

Esta é a entrada (à direita) para a BALSA

A praia do RECANTO DO VARADOURO

Fórum de Desenvolvimento de Cerro Azul organiza treinamento de seus integrantes em lugar paradisíaco em S. Sebastião

De pé - Leonardo, João Carlos, Negrinho, Dirceléia, Mara, Joaquim, Rodrigo, Jhenifer, Leonilda, Cidaco, Adriane. Sentados - Arlene, Julia, Mantana, Valdir, juntamente com Luiz Paulus, Leoni, Aramis e Ricardo, que não puderam comparecer, este é o FDCA - Fórum de Desenvolvimento de Cerro Azul, que com o apoio do SEBRAE, começa a fazer treinamentos e ações alternativas para o desenvolvimento sustentável do município de Cerro Azul

Os participantes deste treinamento do dia 30 de dezembro, puderam, através de brincadeiras e técnicas de treinamento ao ar livre, aprender como planejar, como manter a equipe mais unida e ao mesmo tempo criaram os Mandamentos do FDCA:

1. Apresentar idéias, planejando e executando **com qualidade** as ações planejadas.
2. Trabalhar **pela comunidade** e não para o FDCA ou para si próprio.
3. Ser o **elo ou a ligação** entre as instituições e o poder público.
4. Ser um **espaço democrático** de Discussão, Crítica e Construção de Idéias.
5. **Ouvir sempre** a comunidade e seus líderes.
6. **Propor Parcerias** em todos os níveis.
7. Manter as **reuniões semanais** para que o avanço seja significativo dentro do mês.
8. **Prometer para a comunidade o que pode cumprir** dentro da realidade do FDCA e do município.
9. Dar **ênfase na qualidade e representatividade** dos seus membros em detrimento à quantidade.
10. **Atuar somente em ações em que haja pessoas**, dentro do FDCA, **preparadas ou com vocação para tal**, ou ainda com ações em que se encontrem estas pessoas dentro das parcerias.

O local onde ocorreu o treinamento é na propriedade do Negrinho de São Sebastião, um lugar magnífico.

O FDCA está aberto a outras pessoas embuidas em promover o desenvolvimento sustentável do Vale.

Seu Leonardo e Adriane foram os ganhadores da brincadeira do 1 ao 7 e por isto estão aqui em destaque para os leitores.

Banho de cachoeira para todo mundo, porque ninguém consegue vir neste lugar sem entrar na água ou atravessar por detrás deste lance d'água.

Eis a equipe que resolveu o "intrincado" problema: colocar 9 vacas separadas em currais fazendo apenas 3 quadrados. Brincadeiras como esta fizeram parte do treinamento tomando-o prazeroso.

AUTO POSTO BEIRA
Em Cerro Azul a QUALIDADE da marca
Ipiranga
Mais de 40 anos servindo nossos clientes e amigos
No endereço que você já conhece

Figura 29 - O JFV 12 com a praia secreta que virou passarela

6.4.3. Café Do Vale e GAT - Grupo de Acolhida ao Turista

Mara e Ernesto Lovato começaram também em 2005, uma atividade nova na região. Começaram a receber os turistas de um dia (uma vez que já recebiam antes pessoas para pernoite), com um café colonial com os frutos, artesanato e produtos

da região. Criaram nesta época o Café Regional Do Vale, e mais recentemente o GAT - Grupo de Acolhida ao Turista, sendo um dos responsáveis pela alimentação de dados do site www.cerroazul.tur.br.

Juntamente com Daniel Spinelli do Praia Secreta Expedições começaram uma série de atividades em prol do turismo da região, pois crêem e vivem isto, sabendo do futuro e da indústria de empregos que é o turismo.

Figura 30 - Em primeiro plano, Mara do Café regional Do Vale, com um grupo de turistas em 2005

Figura 31 - O café colonial simples do Café Regional Do Vale

Figura 32 - No Café Regional Do Vale neste ano de 2010, com um grupo de jornalistas (ao fundo Daniel Spinelli - organizador do evento)

Figura 33 - Um mosaico de lugares e momentos turísticos em Cerro Azul e região

O que queremos dizer com o exposto até aqui é que basta querer e agir...

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CATI (SP). Boletim Técnico 165 – Citros. São Paulo (SP), setembro/1997.

MATTOS JUNIOR, Dirceu de, NEGRI, José Dagoberto de, FIGUEIREDO, José Orlando de, POMPEU JUNIOR, Jorgino. Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico. Instituto Agronômico - Centro APTA Citros Sylvio Moreira. Rod. Anhanguera, km 158. CEP 13.490-970, Cordeirópolis (SP), **CITROS: Principais Informações e Recomendações de Cultivo – encontrado no site internet (ano 2004): www.iac.sp.gov.br/Tecnologias/Citros/Citros.htm**

DOWBOR, Ladislau. Capitalismo: novas dinâmicas, outros conceitos, Seade, revista São Paulo em Perspectiva, Abril-Junho 1998.

DOWBOR, Ladislau. O Mosaico Partido, São Paulo:Vozes, 2000.

DOWBOR, Ladislau. Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação, São Paulo: Vozes, 2001.

DOWBOR, Ladislau. Desafios da Comunicação, São Paulo: Vozes, em 2002.

DOWBOR, Ladislau. A Reprodução Social, Vol. I (edição revista), São Paulo: Vozes, 2002, e Vol. II (edição revista), São Paulo: Vozes 2003.

DOWBOR, Ladislau. O que Acontece com o Trabalho? São Paulo: Senac em 2002 (indicado para o prêmio Jabuti).

DOWBOR, Ladislau. Os Desafios do Trabalho, São Paulo: Senac, 2003.

EPAGRI. Boletim Didático n. 15. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina SA. Controle Integrado de Moscas das Frutas.

FONTE, Eng. Agrônomo José Roberto da. Limitações e Possibilidades para o Desenvolvimento do Vale do Ribeira - Tese. 2006. Curitiba (PR).

IAC. Boletim Técnico 200 (IAC). 17 de março de 2005.

IN 20 - Instrução Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que aprovou as Diretrizes Gerais para Produção Integrada de Frutas – DGPIF, e as Normas Técnicas Gerais para Produção Integrada de Frutas - NTGPIF, (**Anexo 1) (Instrução Normativa nº 20).**

JERONYMO, Alexandre Cosme José. USP, São Paulo 2007. Deslocamentos de Populações Ribeirinhas e Passivos Sociais e Econômicos decorrentes de Projetos de Aproveitamentos Hidrelétricos: A Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto/SP - PR.

JORNAL FOLHA DO VALE, Edições 1 a 19 - www.cerroazul.tur.br/folhadovale - Editor: Eng. Agrônomo Edson de Almeida e Franzen (2004 a 2006).

LEITE JR, Rui Pereira. Cancro Cítrico. Apostila IAPAR. Londrina-PR, 2000.

LEITE JR, Rui Pereira. Clorose Variegada dos Citros. Apostila IAPAR. Londrina-PR, 2000.

LEITE JR, Rui Pereira. Pinta Preta. Apostila IAPAR. Londrina-PR, 2000.

NACHORNIK, Prof. Valdomiro Lourenço – Organizador e relator. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DAS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL/PR. Tese. 2006. Faculdade Tuiuti do Paraná. Curitiba (PR).

VÁRIOS AUTORES DO IAPAR. A Citricultura no Paraná. Londrina (PR), Junho/1992.

VÁRIOS AUTORES DA SEAB. Manual Técnico de Citricultura. Curitiba (PR), Secretaria de Estado da Agricultura (SEAB), Novembro/1984.

Páginas da Internet Consultadas

http://www.cerroazul.tur.br
http://www.cerroazul.tur.br/folhadovale
http://www.iac.sp.gov.br/Tecnologias/Citros/Citros.htm
http://www.emater.gov.br
http://www.seab.gov.br
http://www.cnpmf.embrapa.br/citros.htm
http://www.cnpmf.embrapa.br/biblioteca.htm
http://www.agricultura.gov.br/dfpv/fruticultura.htm
http://www.fundecitrus.com.br/indicebr.html
http://www.fundecitrus.com.br
http://www.fundecitrus.com.br/doenprag.html
http://www.fundecitrus.com.br/Pagina/Noticia,275
http://www.agricultura.gov.br/fruticultura/index.htm
http://www.todafruta.com.br/todafruta/mostra_conteudo.asp?conteudo=7768
http://www.nbz.com.br/arquivos/empresaquantica.pdf
http://www.nbz.com.br/editoraherr
http://www.cenargen.embrapa.br/publica/download.html
http://www.agrofloresta.net/mochila_do_educador_agroflorestal/animacao.htm